

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANGELO SANTOS ALBERTI

**SOB O SOL NASCENTE DO YUAN: BRICS E A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA
DESDOLARIZADO**

Santana do Livramento

2025

ANGELO SANTOS ALBERTI

**SOB O SOL NASCENTE DO YUAN: BRICS E A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA
DESDOLARIZADO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Igor Palma Barbosa.

De acordo,

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

A334s Alberti, Angelo Santos

Sob o sol nascente do yuan: BRICS e a construção de um
sistema desdolarizado / Angelo Santos Alberti.
99 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2025.

"Orientação: Igor Palma Barbosa".

1. Desdolarização. 2. Sistema Monetário Internacional. 3.
BRICS. 4. China. I. Título.

ANGELO SANTOS ALBERTI

**SOB O SOL NASCENTE DO YUAN: BRICS E A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA
DESDOLARIZADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 01 de dezembro de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Me. Igor Palma Barbosa
Orientador
UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
UNIPAMPA

Prof. Me. Tiago Matos dos Santos
Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE)



Assinado eletronicamente por **IGOR PALMA BARBOSA, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 08/12/2025, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **KAMILA RAQUEL RIZZI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/12/2025, às 08:00, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1920251** e o código CRC **AFB635D6**.

DEDICATÓRIA

Dedico todo o empenho depositado nesta obra a quem nunca me permitiu desistir, meus pais, Elaine e Neuri.

AGRADECIMENTOS

Toda teoria, todo o esforço e todo o tempo depositado nesta monografia não é tão difícil quanto escrever esta parte. Sem sombra de dúvidas, este é o “capítulo” mais desafiador e importante de todos.

Com isso, começo agradecendo à minha família, mais especificamente, ao meu pai, Neuri; minha mãe, Elaine; meu irmão, Pedro; e meu tio, Tchano. Todos tiveram um papel inestimável nesta jornada. Os conselhos de vida, as frases que só vou ouvir de vocês, e ainda, os ensinamentos que eu passarei adiante, advieram destas quatro pessoas. Agradeço por terem me ensinado o real valor da persistência e da solidariedade, pois são atributos que levarei para a minha vida.

Aos meus grandes amigos, Diego, Iannic, Juan, Marcelo, Ramiro, Thiago e Wanderson, ou melhor, à cúpula, agradeço por todos os momentos que passamos juntos. Desde as simples e divertidas conversas no pátio até as viagens que fizemos, os campeonatos que jogamos e os trabalhos que fizemos e apresentamos, tudo isso só foi especial porque foi com vocês. Se eu fosse separar cada um e contar sobre nossos momentos, certamente precisaria escrever um livro, por isso faço um breve agradecimento à vocês, já que os momentos ficarão para sempre vivos na minha memória. Eu amo vocês.

Duda, a pessoa que ensinou sobre ser pé no chão e a pensar antes de agir. Me ensinou também a amar e a ser amado, me mostrou a parte leve do processo, que sempre dá tempo de nos vermos e que são os momentos simples que mais valem a pena. À moça que é nervosinha, mas que é também o meu grande amor, o meu eterno agradecimento, eu te amo.

À Júlia, que me mostrou o significado de novos capítulos, que uma amizade pode perdurar mesmo após uma turbulência, e que isso pode ser aplicado em outras alas de nossas vidas. Lhe desejo todo o sucesso do mundo e que sua alegria continue sempre contagiante.

À Heloisa, que foi minha amiga durante toda a graduação, até quando tudo parecia frio e escuro, mas repentinamente pude me deparar com a reconciliação e com a amizade novamente. Espero que se dê muito bem na tua jornada e que possas realizar todos os teus sonhos. Ao Samuel, que compartilhou inúmeras piadas comigo e tornou os lugares que estávamos juntos mais divertidos, apenas espero que nunca se esqueça que o Grêmio é maior que o Flamengo.

A todos os professores, que nos lecionaram da melhor forma possível e depositaram seu real empenho para que nos formássemos hoje. Todavia, quero registrar meus agradecimentos especiais à profª. Anna Carletti, que acreditou no meu trabalho quando ele ainda era uma vaga ideia, sem esta crença, ele nunca teria saído do campo idealístico. Ao prof. Igor Barbosa, que me auxiliou a desenvolver este trabalho, e dedicou o seu tempo em ajudar-me a melhorá-lo, assim como me orientou em outras obras. E ao prof. Renatho Costa, que me mostrou que a universidade não é vertical, e que o título que alguém possui não o define, principalmente quando me refiro ao de titulação subalterna. Os meus sinceros agradecimentos a todos vocês.

Por fim, e extremamente importante, ao meu grande amigo Márcio Peichoto, que esteve comigo desde o início da graduação. Agradeço as conversas diárias no saguão, os jogos nas quadras de Livramento, os assados nos fins de semana e a parceria de sempre. Espero revê-lo um dia, muito obrigado, meu amigo.

*“Não existe nenhum outro homem na face
desta terra que queira ver teu bem, como
eu quero”.*

Neuri Alberti

RESUMO

O Sistema Monetário Internacional vigente é liderado pelos Estados Unidos e ainda proveniente dos acordos de Bretton Woods. Apesar de seu modelo ter falido na década de 1970, suas instituições estão vivas e exercem forte influência até hoje. Com isso, os países do Terceiro Mundo enxergaram sua condição de subjugados, o que os levaram a buscar uma emancipação. A China é o principal ator em busca desta emancipação. Com reformas que renderam um forte desenvolvimento industrial desde a década de 1980, Pequim passou a se tornar proeminente no sistema, e a desenvolver estruturas financeiras que rivalizam com as ocidentais. Portanto, o projeto chinês de emancipação é a desdolarização, que, entretanto, precisa de uma ação conjunta para ser posta em prática. Este multilateralismo está contido no BRICS, que desenvolveu instituições e artefatos para contestar a ordem sistêmica ocidental. A pergunta que esta obra visa responder, portanto, é como a China se vale do BRICS e de seus mecanismos econômicos em nome de um sistema monetário alternativo?. A hipótese levantada é que a China usa o BRICS e de seus mecanismos econômicos como um palco próprio para contestar esta ordem financeira e criar um sistema monetário alternativo ao dólar, direcionando os demais membros e, por consequência o bloco, para objetivos particulares, consolidando-se como uma socorrista econômica global, através da implementação de programas de desdolarização do baluarte econômico internacional. Para testar a hipótese, esta obra vale-se de uma metodologia qualitativa, de caráter analítico e hipotético-dedutivo, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e de dados secundários provenientes de organismos internacionais, relatórios institucionais e fontes jornalísticas de credibilidade. Por fim, os resultados foram de uma confirmação parcial da hipótese, pois apesar da China impor vontades em movimentações específicas do grupo, o mesmo atua em ânsia conjunta, eliminando a necessidade de Pequim direcionar arbitrariamente o bloco, sobretudo em suas instituições.

Palavras-chave: Desdolarização; Sistema Monetário Internacional; BRICS; China.

ABSTRACT

The current International Monetary System is led by the United States and originates from the Bretton Woods agreements. Although its original model failed in the 1970s, its institutions remain active and exert strong influence to this day. Consequently, Third World countries perceived their subjugated condition, which led them to seek emancipation. China is the main actor in this pursuit. With reforms that spurred strong industrial development since the 1980s, Beijing has become prominent in the system and has begun developing financial structures that rival Western ones. Therefore, China's emancipation project is de-dollarization, which, however, requires joint action to be implemented. This multilateralism is embodied in BRICS, which has developed institutions and mechanisms to contest the Western systemic order. The question this work aims to answer, therefore, is: how does China leverage BRICS and its economic mechanisms in pursuit of an alternative monetary system?. The hypothesis raised is that China uses BRICS and its economic mechanisms as its own stage to contest this financial order and create an alternative monetary system to the dollar, directing the other members and, consequently, the bloc toward its particular objectives, consolidating itself as a global economic 'first responder' through the implementation of de-dollarization programs against the international economic bulwark. To test this hypothesis, this work employs a qualitative, analytical, and hypothetical-deductive methodology, based on a literature review, document analysis, and secondary data from international organizations, institutional reports, and credible journalistic sources. Finally, the results led to a partial confirmation of the hypothesis. Although China imposes its will on specific group movements, the bloc also acts with a shared ambition, eliminating the need for Beijing to arbitrarily direct the group, especially concerning its institutions.

Keywords: De-dollarization; International Monetary System; BRICS; China.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Balança Comercial e Conta Corrente dos EUA, em milhões de dólares (1896-1956).....	68
Gráfico 2 - Balança Comercial e Conta Corrente da China (2000-2024).....	69
Gráfico 3 - Exportações da China e dos EUA, em trilhões de dólares (1995-2024).....	70
Gráfico 4 - Crescimento econômico da China, em bilhões de dólares (1990-2024).....	72

LISTA DE SIGLAS

ACR	Arranjo Contingente de Reservas
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRIC	Grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China
BRICS	Grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRICS+	Grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, e Irã
CEBRICS	Conselho Empresarial do BRICS
CIPS	Cross Border Interbank Payment System
CSA	Ciclo Sistêmico de Acumulação
CSNU	Conselho de Segurança da ONU
EFF	Mecanismo de Funcionamento Ampliado
EUA	Estados Unidos da América
FED	Federal Reserve
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IED	Investimento Externo Direto
JCPOA	Joint Comprehensive Plan of Action
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
OIC	Organização Internacional do Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas

OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
RIC	Grupo de países formado por Rússia, Índia e China
SMI	Sistema Monetário Internacional
UEP	União Europeia de Pagamentos
URSS	União Soviética
WSDR	Regime do Dólar Wall-Street

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. BRETTON WOODS: A CONSOLIDAÇÃO SISTÊMICA.....	18
2.1. O Poderio Britânico e sua Liderança Sistêmica: Um Breve Histórico do Padrão-Ouro.....	20
2.2. A Consolidação da Hegemonia Estadunidense: De Bretton Woods ao Sistema Monetário Contemporâneo.....	30
2.3. A Decadência Hegemônica.....	39
3. BRICS: O NASCIMENTO DO CONTESTADOR.....	47
3.1. BRIC: O Apelo Inicial.....	47
3.2. A Consolidação Briciana.....	52
3.3. A Gênese Institucional.....	56
3.3.1. O Banco do BRICS.....	57
3.3.2. O ACR.....	60
3.4. BRICS+ e a ampliação do Peso Externo.....	62
4. A ASCENSÃO CHINESA.....	64
4.1. O Apelo Desdolarizante.....	73
4.2. Práticas Chinesas De Desdolarização.....	78
4.3. Brics como Instrumento Chinês.....	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
6. REFERÊNCIAS.....	92

1. INTRODUÇÃO

O sistema de Bretton Woods se consolidou como um forte e robusto sistema econômico mundial. Instituições como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD - comumente conhecido como Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC - instituição que teve sua gênese com o fim do GATT) não somente passaram a ser as estruturas econômicas de referência mundial, como também atribuíram a centralidade do sistema financeiro aos Estados Unidos (EUA) e a sua moeda, o dólar.

No século anterior (séc. XIX), a Inglaterra é quem detinha este poderio e centralização, no entanto com o advento das duas Guerras Mundiais e do esgotamento do processo de financeirização dos britânicos, os EUA é quem assumiram este posto, visto que seu território não foi afetado durante os conflitos mundiais e suas capacidades econômica, militar e política os conduziram para o pináculo sistêmico (Arrighi, 1996).

A partir da assunção norte-americana da hegemonia e centralidade do sistema internacional, o séc. XX passou a ser orientado por suas dinâmicas e pela percepção ianquista de mercado, na qual instituições criadas pelos próprios EUA passaram a vigorar como orientadoras do baluarte econômico internacional. Todavia, este sistema não abarcou todos os Estados como deveria, privilegiando os próprios norte-americanos e países com interesses mútuos, relegando nações do Terceiro Mundo e as condicionando à sua lógica sistêmica.

Entretanto, no século XXI, presenciamos um interregno sistêmico, dado que o poderio estadunidense começou a ruir a partir da década de 1970, chegando em seu esgotamento no início dos anos 2000, ao passo que a China alçou um avanço econômico a partir da década de 1980 que perdura até os dias de hoje. Em outros termos, o avanço chinês nos mais variados setores configura a passagem do Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA) de Washington para Pequim.

Todavia, é mister deixar claro que o fim desejado por Pequim não é de destruição do baluarte financeiro atual, senão a criação de uma segunda via que seja benéfica aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, ou seja, sistemas que atuariam em concomitância (Liu; Papa, 2022). Além do mais, esta tarefa não pode ser executada de maneira solitária, visto que um novo baluarte

sistêmico, nos moldes atuais do sistema internacional, necessita de um amplo apoio, para que esta nova lógica ganhe legitimidade.

O palco que mais se encaixa nesta ambição é o BRICS+, visto que é uma coalizão financeira que já iniciou o processo de desdolarização, através da criação de instituições alternativas às de Bretton Woods. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD - comumente conhecido como Banco do BRICS) é o equivalente ao BIRD e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) ao FMI¹ (Stuenkel, 2017).

Existem muitos outros projetos bricsianos em andamento, como o Brics Pay. No entanto, o projeto mais ambicioso que o BRICS possui, em nome da criação de um sistema alternativo desdolarizado, é a criação de uma moeda única, que tem como objetivo ser o termo de troca nas transações intrabloco, eliminando a necessidade do uso do dólar neste cenário.

Entretanto, como a China se vale do BRICS e de seus mecanismos econômicos em nome de um sistema monetário alternativo? Esta é a pergunta que esta pesquisa visa responder. A hipótese a ser testada é que a China usa o BRICS e de seus mecanismos econômicos como um palco próprio para contestar esta ordem financeira e criar um sistema monetário alternativo ao dólar, direcionando os demais membros e, por consequência o bloco, para objetivos particulares, consolidando-se como uma socorrista econômica global, através da implementação de programas de desdolarização do baluarte econômico internacional.

Os objetivos desta obra estão divididos em um geral e três específicos. O geral é demonstrar como a China utiliza do BRICS e de seus mecanismos econômicos como um palco próprio em busca da criação de um sistema monetário internacional alternativo desdolarizado, enquanto os específicos são: analisar o sistema de Bretton Woods e a consolidação de uma robusta ordem econômica dolarizada; compreender o cenário de criação do BRICS, a partir de iniciativas políticas e econômicas internacionais dos países fundadores; e, por fim, compreender como a China usa o BRICS como um projeto de estrutura alternativa ao sistema mundial dolarizado.

¹ O ACR é um fundo com um montante disponível de US\$100 bilhões. Este arranjo serve para proteger as economias do BRICS contra uma eventual crise econômica que, por consequência, os levariam a recorrer ao FMI. Ou seja, serve não somente para alavancar a economia nacional dos membros do bloco em tempos de crise, mas para também manter viável a continuidade do discurso da contestação contra o sistema de Bretton Woods (Stuenkel, 2017).

Para alcançarmos a completude destes objetivos, esta obra conta com cinco princípios fulcrais que a norteiam. Portanto, o embasamento teórico está fundamentado nos conceitos de Sistema Monetário Internacional (Eichengreen, 2000), de Hegemonia (Cox, 1985) (Arrighi, 1996), de Desdolarização (Liu; Papa, 2022) e de Ciclos Sistêmicos de Acumulação (Arrighi, 1996).

Outrossim, a justificativa desta monografia embasa-se na profundidade teórica e na importância de compreendermos dinâmicas de governança global, para entendermos que apesar de haver incertezas no cenário internacional, é possível estudar movimentações de uma maneira que nos respondam questionamentos sobre o mundo e suas lideranças e arbitrariedades. Outro fator importante é o desafio de escrever sobre algo que bata de frente com um sistema consolidado, que aponte seus erros e descreva suas atuações deliberadas, e que portanto, paralelamente apresenta novas dinâmicas que, conforme descrito ao decorrer da obra, tendem a substituir as atuais.

Em relação aos métodos de desenvolvimento desta obra, adota-se uma abordagem qualitativa, baseada na análise de informações e fatos previamente ocorridos, os quais são interpretados à luz de teorias e autores relevantes ao tema. Complementarmente, utilizam-se dados numéricos, gráficos e tabelas como recurso auxiliar à compreensão e fundamentação da problemática de pesquisa.

O trabalho possui um caráter exploratório, sendo estruturado a partir de análise documental e revisão bibliográfica. As principais fontes consultadas incluem documentos oficiais do BRICS e de suas instituições financeiras, bem como obras acadêmicas de referência, tais como Robert Cox (1981), Giovanni Arrighi (1996 e 2007), Barry Eichengreen (2000), David Harvey (2005), Oliver Stuenkel (2017), entre outros.

O método científico empregado é o hipotético-dedutivo, a partir do qual se construiu uma hipótese inicial sobre o BRICS como instrumento estratégico da China para desafiar a hegemonia do dólar. Essa hipótese orienta a análise dos dados e das interpretações teóricas ao longo do desenvolvimento do trabalho, sendo constantemente confrontada com as evidências empíricas e os marcos conceituais abordados. O recorte temporal é de 2009 a 2025, pois esta data representa o período mais atual ao que tange atuações sistêmicas envolvendo o grupo, enquanto aquela representa o marco inicial formal do BRICS.

Destarte, para cumprir com os objetivos propostos até aqui, o presente trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro (capítulo 2), será abordada a consolidação sistêmica de Bretton Woods. Mais especificamente, a obra perpassa sobre a assunção da liderança sistêmica pelo Reino Unido e como ocorre a passagem para os EUA, consolidando-os como hegêmones.

No segundo capítulo (capítulo 3), é abordada a criação e o estabelecimento do BRIC e suas posteriores expansões, para o BRICS e ao BRICS+. Além disso, também é descrita a criação das instituições do grupo e como elas funcionam.

Por fim, o último capítulo explicativo (capítulo 4), apresenta dados sobre o processo da crise terminal estadunidense e da ascensão chinesa e o porquê de Pequim estar assumindo um regime de acumulação próprio, além de evidências que elucidam a liderança chinesa sobre o BRICS+.

2. BRETTON WOODS: A CONSOLIDAÇÃO SISTÊMICA

O sistema de Bretton Woods nasceu em 1944, nas conferências realizadas no Hotel Mount Washington, na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos EUA. Estas conferências representaram o pontapé inicial de um novo Sistema Monetário Internacional (SMI), cujas bases estão presentes até os dias atuais.

Primordialmente, para entendermos o que é um SMI e como ele funciona, Eichengreen (2000) explica que este representa o ambiente onde as chamadas “guerras comerciais” e os “fluxos de comércio internacionais” acontecem. É também no âmbito do SMI que estão abrigadas as instituições financeiras e de comércio - que atuam como reguladoras deste grande palco -, as coalizões de âmbito econômico², e, evidentemente, os Estados como atores unitários dos fluxos comerciais e financeiros.

Ademais, é mister frisar que Sistema Monetário Internacional não é o mesmo que sistema internacional, apesar de levar consigo aspectos que se assemelham. Ou seja, também é um grande palco de atuação interestatal e de interação entre diferentes atores - como os já supramencionados -, no entanto, neste cenário, há regras e os Estados, geralmente, as cumprem em nome de uma inserção, ou ainda, de um não isolamento dentro do sistema.

O sistema monetário internacional é a cola que mantém ligadas as economias dos diferentes países. Seu papel é dar ordem e estabilidade aos mercados cambiais, promover a eliminação de problemas de balanço de pagamentos e proporcionar acesso a créditos internacionais em caso de abalos desestruturadores. (Eichengreen, 2000, p.23).

Portanto, de acordo com Eichengreen (2000), o SMI tem o dever de ordenar as interações entre os atores, deixando de lado a lógica sistêmica de anarquia, como é vista dentro do SI. O mesmo deve conter artefatos que mantenham conectados os fluxos comerciais e integradas as economias nacionais, tudo isso em nome de uma harmonia econômica mundial. Em vista disso, um SMI deve ter um regime cambial, mecanismos de pagamentos e instituições para, justamente, alcançar-se esta ordem.

² Estas coalizões nada mais são do que grupos de países que atuam em prol de um objetivo comercial - ou financeiro - em comum. Portanto, não são grupos que caracterizam ou almejam, por exemplo, uma unificação ideológica ou beligerante, senão somente a vantagem comercial para seus membros. Estes ideais, no entanto, podem sofrer escalonamentos e evoluírem para outras áreas, entretanto, raramente foi presenciado movimentações semelhantes em coalizões que nasceram a partir do ideal financeiro/comercial, o que os limitam a estes setores, como a eliminação de barreiras alfandegárias e frouxidão tarifária em determinados mercados nacionais (Balassa, 2011).

Os acordos de Bretton Woods, para Eichengreen (2000), não somente consolidaram as bases do SMI, como também foram pioneiros em um sistema institucionalizado. Até então, as regras que permeavam a composição de um arcabouço financeiro global eram a confiança na moeda de referência e a solidariedade internacional, sendo este o ponto fulcral da boa execução do sistema. O bimetalismo (padrão-prata) e o padrão-ouro são exemplos históricos acerca destas proposições.

Com a implementação das instituições de Bretton Woods os EUA assumem a liderança sistêmica e atribuem o dólar como o principal termo de troca do sistema financeiro global, além de o ter consolidado como moeda de referência e reserva frente às demais economias mundiais, ou seja, passou-se a ser necessário ter grandes reservas de dólar para que os países tenham uma moeda forte e um alto poder de conversibilidade.

Evidentemente, este sistema não surgiu indiscriminadamente, tampouco foi o primeiro modelo sistêmico de ordem monetária, mas sim, substituto do antigo padrão-ouro britânico e da Libra Esterlina como moeda de referência global. Entretanto, como retromencionado, o que mantém o atual sistema como vigente são suas fortes instituições, pois estas, como veremos adiante, regulamentam e legitimam a sua liderança, consolidando um robusto arcabouço sistêmico de manutenção do poderio estadunidense (Cox, 1986).

Diferentemente deste padrão, aquele comandado pela Grã-Bretanha não possuía instituições multilaterais formais nos moldes das que surgiriam em Bretton Woods - embora o Banco da Inglaterra desempenhasse um papel crucial de coordenação -, o que contribuiu para a sua derrocagem quando o poder britânico já não mais era suficiente para controlar o equilíbrio de poder entre as nações (Arrighi, 1996) (Cox, 1986).

Indubitavelmente existem outros fatores para a consolidação, execução e encerramento de um SMI, todavia, no que tange ao seu bom andamento, os principais são a confiança e a solidariedade. Como veremos detalhadamente no tópico 2.1, o padrão-ouro dos britânicos, segundo Eichengreen (2000), iniciou-se com a Alemanha vencendo a Guerra Franco-Prussiana, em 1871, e vendendo suas reservas de prata para compra de ouro, legitimando as largas reservas auríferas britânicas como a principal fonte de conversibilidade global e instituindo Londres como o centro financeiro mundial, a chamada “City”.

Esta movimentação gerou a sensação de confiança dentro do SMI, pois as duas maiores potências da época utilizavam o ouro como lastro às suas moedas. Já a solidariedade baseava-se no amplo uso do metal e na concordância dos países em coordenar suas taxas de juros, ou seja, sempre que o Banco da Inglaterra alterava as suas taxas - por ser o mais influente -, os demais Bancos Centrais europeus também deviam fazer o mesmo em nome da harmonia e da paridade das taxas de conversibilidade do ouro entre os países (Eichengreen, 2000).

Todavia, para compreendermos como se deram as diferenças sistêmicas da Grã-Bretanha e dos EUA e para elucidar as suas passagens hegemônica e de liderança monetária, é mister evidenciar como se dava o padrão-ouro britânico e como ocorreu sua derrocagem, para que posteriormente seja possível entender as bases e a forma como foi implementado o padrão-dólar.

2.1. O Poderio Britânico e sua Liderança Sistêmica: Um Breve Histórico do Padrão-Ouro

Antes de adentrarmos no poderio britânico e em sua liderança sistêmica, se faz mister apresentar a teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Giovanni Arrighi (1996). Para o teórico, o que caracteriza um CSA são duas diferentes épocas, portanto, a época de expansão material e a de expansão financeira.

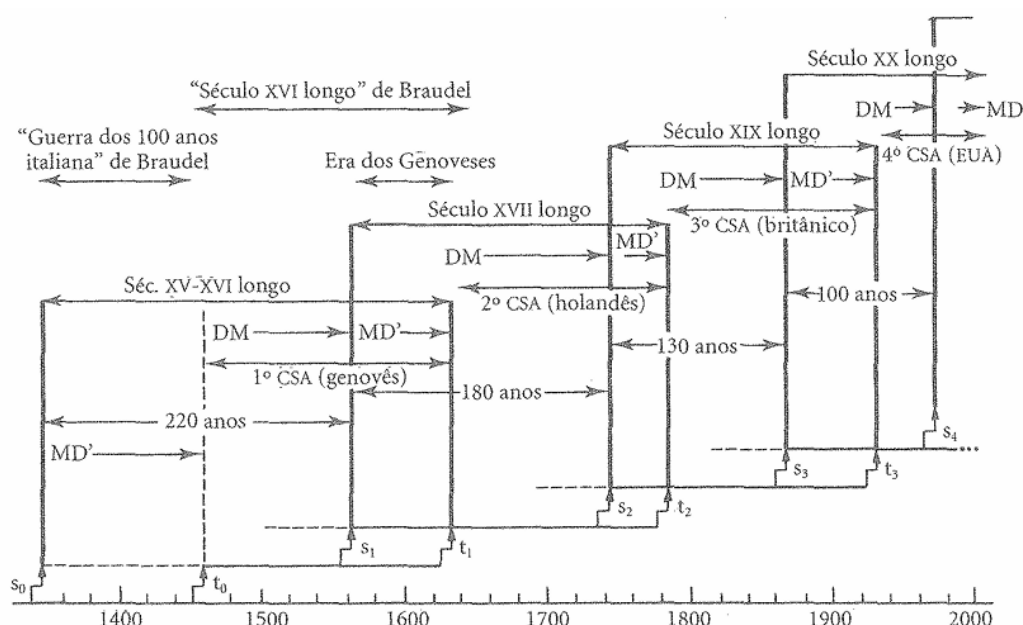
Nas fases de expansão comercial, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos [...]; nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros [...]. Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação. (Arrighi, 1996, p. 6).

Em suma, Arrighi (1996) defende que há um padrão de acumulação entre as hegemonias, todas começam transformando o capital disponível em produtos - a chamada expansão material de acumulação -, até que este alcance seu ápice, ou seja, um esgotamento das oportunidades lucrativas na produção, e para que se ultrapasse este teto, os detentores de capital (oriundos de algum Estado) buscam a expansão financeira, passando a investir seu excedente da produção, na especulação, no crédito e em outras formas de investimento que vão além de suas fronteiras. A completude de um CSA representa um século longo.

Este processo foi característico em todas as hegemonias da era moderna, da cidade-Estado de Gênova, da República Holandesa, do Reino Unido, dos EUA e

também é neste interregno de passagem para a China - que será abordado no capítulo 4. Um aspecto comum a esses ciclos sistêmicos de acumulação é a sua sobreposição, assim dizendo, antes que um ciclo se encerre completamente, outro já começa a se formar. Enquanto uma potência ainda está na fase inicial de expansão material, outra, que atingiu os limites dessa fase, passa a direcionar seu capital para a expansão financeira, movimento este que, segundo Arrighi (1996), contribui para o surgimento de novas lideranças sistêmicas. A figura 1 exemplifica estes movimentos.

Figura 1 - Fases e passagens entre os Ciclos Sistêmicos de Acumulação



Fonte: Arrighi (1996)

Além das supramencionadas fases, os CSA também possuem um padrão, determinado a partir de três características importantes, sendo elas: um centro hegemônico (um Estado-líder); uma forma específica de acumulação de capital; e um período de ascensão e declínio, que termina quando outro centro assume a liderança (Arrighi, 1996).

Ademais, para um Estado adquirir o status de hegemonia é necessário passar por um longo processo de aumento de poder em distintas áreas, como a militar, a econômica e, atualmente, a tecnológica, além de ter que conseguir fazer o uso de seu poder latente para diversos fins. O ponto fulcral desta sentença é de que a hegemonia está interligada com os CSA.

Por fim, as transições entre novas lideranças sistêmicas acontecem em um momento de caos sistêmico (ou crise terminal). Isto porque, na teoria de Arrighi (1996), o fim de um ciclo sistêmico de acumulação representa também a aparição de um caos sistêmico, já que a atual hegemonia começa a perder legitimidade dentro do cenário internacional, e por isso perde capacidade de organizar o sistema, passa a ter movimentações contraditórias nos âmbitos econômico, militar e político e começam a aparecer conflitos ou farpas que demonstrem grande probabilidade de uma guerra acontecer.

A partir da discussão teórica, podemos entender como funcionou o CSA britânico e como se deu sua falência. Começando pelas interações monetárias internacionais, o padrão-ouro as ordenou desde o final do séc. XIX até a 1ª Guerra Mundial. Apesar de o mesmo ter sido reavivado no período entreguerras, o cenário em que, principalmente, a Europa se encontrava, já não permitia mais a possibilidade desta volta. A conversibilidade do ouro ficou comprometida com a redução do poderio britânico e com a Alemanha - grande detentora de ouro - passando a ser uma devedora, um status bem diferente daquele de credora do pré-guerra.

Não obstante ao supramencionado, a Grã-Bretanha manteve-se como a liderança sistêmica até o entreguerras e instituiu o metal que detinha em abundância como lastro oficial das economias mundo afora, que só foi retirado de cena anos depois da assunção de uma nova potência e por conta de um período insustentável e de esgotamento de uso do ouro. Portanto, analisemos como que a Inglaterra instituiu um padrão monetário internacional sem instituições³ e por um período tão longo, consolidando-se como a hegemonia sistêmica e líder do setor econômico global.

Como argumentação inicial acerca da hegemonia britânica, Cox (2007, p. 116) afirma que

o período [britânico] (1845-1875) foi hegemônico: havia uma economia mundial com a Inglaterra no centro. Doutrinas econômicas coerentes com a supremacia britânica, mas universais em sua forma - vantagem comparativa, livre-comércio e o padrão-ouro disseminaram-se aos poucos

³ Evidentemente, à época, havia uma instituição que conduzia as movimentações monetárias, o próprio Banco da Inglaterra (Banco Central inglês). No entanto, não havia instituições de regulação mundial nos moldes das instituições atuais, como o FMI, o BIRD e a OMC. Ou seja, os países alinhavam-se aos passos britânicos através do reconhecimento da liderança que colocava-se sobre a Grã-Bretanha e não porque existiam órgãos específicos para isso.

da Grã-Bretanha. O poder de coerção garantia essa ordem. A Grã-Bretanha determinava o equilíbrio de poder na Europa, evitando assim qualquer desafio à sua hegemonia por forças baseadas em outro território. A Grã-Bretanha reinava soberana no mar e tinha capacidade de obrigar os países periféricos a obedecerem às regras do mercado.

Para Arrighi (1996), os britânicos assumiram a liderança sistêmica dos holandeses, após as Guerras Napoleônicas e um processo de aperfeiçoamento das suas atividades produtivas, marcando um novo capítulo histórico da expansão material. O que permitiu esta nova etapa da economia inglesa foi uma série de fatores ocorridos entre o final do séc. XVIII e início do séc. XIX. Primeiro, teve-se o encerramento das referidas Guerras Napoleônicas, segundo, o governo britânico aumentou, exponencialmente, seus gastos públicos, e por consequência, as dívidas dos ingleses mais do que triplicaram:

Como resultado desse aumento explosivo do endividamento e dos gastos públicos, a indústria britânica de bens de capital passou por uma expansão fenomenal. A indústria siderúrgica [...] adquiriu uma capacidade de que ultrapassava em muito as necessidades dos tempos de paz [...]. Todavia, a hiperextensão criou condições para um novo crescimento futuro, dando aos siderurgistas britânicos incentivos ímpares para buscar novos usos para os produtos baratos que seus novos grandes fornos eram capazes de produzir. Essas oportunidades foram encontradas nos trilhos das vias férreas e nos navios de aço (Arrighi, 1996, p.164).

Portanto, a combinação da expansão da ala siderúrgica com a mecanização da indústria têxtil dos britânicos fez com que seus bens de capital saíssem do âmbito nacional e passassem a penetrar no mercado internacional. E em troca os países consumidores vendiam insumos à potência insular britânica, como forma de absorver recursos e quitar suas dívidas referentes aos bens de capital (Arrighi, 1996).

É justamente esta combinação inicial que trouxe à tona o “período de transição” da era holandesa para a britânica, que para Arrighi (1996) este é o momento em que a cada CSA uma inovação aparece, ou seja, há um grupo de capitalistas que são superados por outro grupo através de um aperfeiçoamento. Com isso, o grupo sucessor não coloca em prática a mesma lógica capitalista do grupo anterior, senão uma lógica nova, até porque

a evolução do capitalismo histórico como sistema mundial não avançou de modo linear, isto é, através de uma série de movimentos simples para adiante, no decorrer dos quais as velhas formas organizacionais fossem superadas pelas novas de uma vez por todas. Ao contrário, cada passo à frente baseou-se num ressurgimento de formas organizacionais

previamente superadas (Arrighi, 1996, p.153).

Entretanto, assim como os genoveses não ruíram por perderem o controle do capital mundial para os holandeses, o mesmo não aconteceu com os holandeses quando perderam o posto para os britânicos. Ou seja, por mais que ciclos novos comecem, a antiga supremacia financeira não deixa de ser forte e nem de ter um alto controle capitalista, senão somente é ultrapassada por outra nação que toma o controle do capital mundial (Arrighi, 1996).

Com isso, o cerne de propulsão da ascensão britânica assentou-se na Revolução Industrial, já que a partir dela que as práticas produtivas foram transformadas e o inglês foi projetado como idioma necessário para se realizar comércio e para entender os manuais do maquinário britânico. Além disso, a expansão colonial britânica também contribuiu para a disseminação do inglês, que tornou-se um símbolo da liderança da Grã-Bretanha.

Isto porque o domínio linguístico somou-se aos aparatos militar e financeiro e deu legitimidade aos britânicos diante dos demais atores internacionais (Gil, 2022). Portanto, a articulação entre imperialismo, transformação produtiva e cultura linguística remodelou profundamente as interações sociais do período e sustentou a consolidação do protagonismo britânico no sistema internacional.

Neste sentido, como observa Cox (1986, p. 220, tradução nossa): “Mudanças na organização da produção gera novas forças sociais, das quais, por sua vez, provocam mudanças na estrutura dos Estados; e a generalização de mudanças na estrutura de Estados altera a problemática da ordem mundial.”⁴ A trajetória britânica ilustra bem essa lógica, a partir da revolução industrial, o país reconfigurou sua base social e estatal, impulsionando uma expansão imperial que contribuiu diretamente para a formação de uma nova ordem mundial sob sua liderança.

Por conseguinte, foi esta expansão imperial que possibilitou ao país o acúmulo de ouro em abundância, não obstante a vigência do padrão-prata. Como os demais países europeus tinham a ampla necessidade de negociar os bens de capital e manter o comércio com os britânicos, não tiveram escolha, senão adotar o mesmo padrão dos ingleses. Além de que, como já supramencionado, a Inglaterra não consolidou o padrão-ouro sozinha, a Alemanha a seguiu primordialmente, e como os

⁴ Changes in the organization of production generate new social forces which, in turn, bring about changes in the structure of states; and the generalization of changes in the structure of States alters the problematic of world order (Cox, 1986, p.220).

alemães tinham altos negócios com Dinamarca, Suécia, Holanda, Noruega e os países da União Monetária Latina⁵, estes países também aderiram ao padrão-ouro para manterem ativos seus comércios (Eichengreen, 2000).

Destarte, a junção destes fatores introduziram a Inglaterra como a liderança sistêmica. Entretanto, isto não significa que a mesma buscou incessantemente se tornar a hegemonia global, mas que o curso natural das ações tomadas pela mesma - e pelos demais atores do sistema - ao decorrer das décadas a levaram para este posto:

Mas, tal como no caso das comunidades mercantis italianas que precederam os holandeses - ou, aliás, no das comunidades inglesas e norte-americanas que se seguiram a eles -, não haveria coragem, espírito de iniciativa e ousadia capazes de ajudar os holandeses a se tornarem a nova “classe” capitalista dominante da economia mundial européia, com tanta rapidez e êxito, se não lhes sucedesse estarem no lugar e no momento exatos para pegar “o vento que estivesse soprando. Esse “vento” sempre resultou de circunstâncias sistêmicas que são um efeito inintencional dos atos de muitos agentes, antes de mais nada aquele que está em processo de ser desalojado do alto comando da economia mundial (Arrighi, 1996, p. 137, grifo nosso).

Conforme a ideia trazida por Arrighi, por mais que o mesmo esteja centrado na ideia da dominância holandesa nesta citação, o “vento” também passou para a Inglaterra e depois para os EUA, ou seja, ambos estiveram inseridos em um amálgama de situações concomitantes que fizeram com que tivessem condições de ascender a posição de liderança.

No entanto, é evidente que quando um país percebe que atingiu um *status* de proeminência e relevância dentro da organização dos Estados, o mesmo passa a condicionar as ações do sistema conforme seus interesses, porém transpassados como de forma geral ou coletiva. De acordo com Arrighi (1996, p.29): “um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral.”

Visando demonstrar como a Inglaterra alcançou este status de liderança, os britânicos obtiveram, a partir do padrão-ouro, a proeminência do sistema, pois uma vez instaurado o novo SMI, nenhum país poderia voltar atrás em sua adoção, visto

⁵ Faziam parte da União Monetária Latina a França, o Reino da Itália, a Bélgica e a Suíça. Este grupo fora criado, em 1865, para padronização da cunhagem das moedas de prata na mesma medida, ou seja, para que as moedas produzidas nestes países tivessem o mesmo teor de prata e não acabassem tendo valores destoantes umas das outras (Eichengreen, 2000).

que o que mantinha o então padrão-ouro-libra vigente era sua admissão em massa, logo nenhum Estado poderia arrepender-se sozinho, pois o mesmo ficaria isolado no sistema. Este foi o principal fator que permitiu com que a Grã-Bretanha mantivesse-se como a liderança do SMI, por mais que não tivesse instituições sustentando seu comando (Eichengreen, 2000).

Ainda que instituições formais - como aquelas que surgiriam em Bretton Woods - para regular o padrão-ouro não existissem, Eichengreen (2000) aponta que o Banco da Inglaterra (Banco Central britânico) atuava como uma espécie de âncora monetária informal, definindo sua taxa de redesconto⁶ e influenciando, assim, o comportamento dos demais bancos centrais europeus.

Havia, portanto, uma espécie de coordenação internacional implícita, sustentada não por tratados, mas pela confiança na estabilidade britânica e de sua moeda. Quando Londres precisava conter a saída de ouro, elevava-se a taxa de redesconto. Os demais países, por sua vez, ajustavam as suas de modo a preservar o equilíbrio cambial e manter o sistema funcionando de maneira relativamente estável. Paralelamente, havia outros fatores determinantes para a liderança britânica, como sua poderosa marinha e suas possessões coloniais em massa, além de liderarem o livre comércio. Estes três fatores unidos trouxeram uma alta margem de manobra para os ingleses, visto que um se tornava complemento do outro.

De acordo com Gallagher e Robinson (1953), a Grã-Bretanha mantinha segura as suas colônias para assegurar o fluxo comercial entre estas e a metrópole. Então o uso da forte marinha estava embasado na certeza de que as matérias primas necessárias para o setor industrial inglês chegariam até o centro do Império Britânico, sendo a Índia, a principal dessas colônias.

O controle britânico sobre a Índia fez com que o país se mostrasse muito à frente dos demais europeus nos quesitos de poder financeiro, material, humano e militar. A Grã-Bretanha não somente controlava o equilíbrio de poder europeu, como fixou-se ainda mais nesta posição, pois outras fortes nações haviam passado por conflitos que as limitavam às suas projeções de poder. Por exemplo, a Rússia czarista havia parado sua expansão na Crimeia, a França participou do conflito contra a Rússia e em seguida, perdeu a guerra para os prussianos, enquanto a

⁶ A taxa de redesconto é a taxa de juros cobrada pelo banco central sobre os empréstimos concedidos aos bancos comerciais, funcionando como um instrumento de controle de liquidez no sistema bancário e, no contexto britânico do século XIX, como ferramenta para equilibrar a balança de pagamentos via ajustes no fluxo de ouro (Eichengreen, 2000).

Grã-Bretanha atingia seu ápice de poder e controle territorial e financeiro (Arrighi, 1996).

Concomitantemente, a Inglaterra passou a adotar o livre comércio, e com tal poderio que alcançara, passou a abrir seu mercado de forma unilateral, ou seja, retirou tarifas de importação de outros países sem exigir reciprocidade imediata, pois acreditava que sua influência seria incrementada no concerto europeu, dado que as demais nações se interligariam com o mercado britânico e passariam a precisar cada vez mais da sua parceria em busca do ouro e dos bens de capital (O'Brien; Pigman, 1992).

Diante disso, a interligação econômica dos europeus com os britânicos e a adoção em massa ao padrão-ouro, resultou, na verdade, no abandono de reservas abundantes de prata para substituí-las por altas quantias auríferas nas reservas de seus Bancos Centrais. Esta movimentação corroborou a centralidade da potência britânica e instaurou uma percepção generalizada da necessidade de manutenção e harmonia do próprio sistema em que estavam inseridos, que, apesar do referido poderio exuberante dos ingleses, nenhum Estado ousava interferir na condução sistêmica britânica:

[...] o regime britânico unilateral de livre comércio ligou o mundo inteiro à Grã-Bretanha. [...] Os Estados achavam-se “enjaulados” numa divisão global do trabalho, centrada no Reino Unido, que restringia momentaneamente sua disposição e capacidade de declarar guerra ao principal Estado capitalista, bem como uns aos outros (Arrighi, 1996, p.169).

Portanto, o controle do SMI pelos ingleses se deu pela sua superioridade militar, pelas suas colônias, pela influência linguística - que legitimava tacitamente sua presença - e por manter o equilíbrio de poder entre os europeus. Dentro do âmbito monetário, os britânicos se autossustentaram e sustentaram o continente através da exportação de ouro para os países necessitados e de bens de capital para cobrir o êxodo aurífero de suas reservas (Eichengreen, 2000).

Diante disso, apesar de todo poderio britânico, quem estava por trás da ala financeira eram grupos privados, principalmente, os Rothschild. Estes foram um dos propulsores da máquina imperialista britânica, pois eram banqueiros mercantis que promoviam um “intercâmbio político” com o setor público inglês. Ou seja, enquanto os britânicos promoviam segurança e integravam os Rothschild em seu aparato de

poder, os banqueiros promoviam o comércio e a financeirização a partir de seu próprio capital (Arrighi, 1996).

Em síntese, os Rothschild liberavam recursos para a Grã-Bretanha continuar sua expansão imperialista, enquanto o governo britânico consolidava a Inglaterra como um Estado poderoso, e que por isso, dava ao capital externo a confiança para depositar seus ativos nas mãos dos Rothschild. Um contribuía para a expansão do outro, o que resultou na governança da família judia sobre as finanças do imperialismo britânico.

Não obstante o controle monetário internacional, o ciclo inglês encontrará seu “outono”, ou seja, uma crise sinalizadora que nasce por volta de 1873, a chamada “Longa Depressão” (1873-1896). É durante este período que os detentores do capital inglês diminuem o seu aporte monetário na ala produtiva para intensificar a expansão financeira.

No entanto, a intensificação do capital circulante e da lucratividade a partir da Longa Depressão foi, em grande parte, às custas da classe trabalhadora. Os burgueses realocaram o capital industrial para o financeiro e saíram como os únicos beneficiados desta mobilização, dado que esta movimentação reduziu o emprego e o salário dos trabalhadores.

Isto é importante, pois as pressões sociais representarão um fator de peso adiante, organizações sindicais nascerão e o partido dos trabalhadores governará o parlamento britânico. Estas variáveis são importantes em razão da maneira que a Grã-Bretanha conduziu o padrão-ouro-libra, que para manter a livre circulação monetária, desconsiderava o desemprego e realizava cortes de gastos públicos, o que prejudicava a população. Assim como será abordado adiante, estes elementos serão determinantes para o futuro britânico e para a mudança da condução governamental inglesa (Eichengreen, 2000).

Conforme aborda Arrighi (1996), a Longa Depressão fez com que houvesse-se uma expansão financeira na Europa como um todo, que apesar de ter feito com que a City acentuasse sua centralidade monetária global, possibilitou que os demais países europeus comesçassem a disputar espaços de protagonismo com a hegemonia novecentista. A viabilidade somada da ânsia de proeminência europeia corroeu a capacidade britânica de manter o equilíbrio de poder no continente, aumentando exponencialmente os custos de proteção do Império.

Cox e Arrighi dialogam nesta questão, defendendo que a afronta de outras nações contra sua liderança resultou em dois conflitos mundiais e no aprofundamento de uma onda protecionista, que minou o livre comércio e acarretou o abandono do padrão-ouro-libra. A consequência destes fatores foi um processo de divisão mundial em blocos econômicos e o iminente fim da liderança inglesa (Cox, 2007).

Entretanto, com o fim, especificamente, da 1ª Guerra Mundial, foram diversas as questões que surgiram e derrubaram de vez a liderança monetária dos ingleses. Uma delas foi a crença britânica de que, com a vitória do conflito, deveria-se incentivar ainda mais a expansão imperialista. Todavia, os custos envolvendo o modelo passaram a ser maiores que os benefícios, fazendo com que esta lembrança estimulasse o partido dos trabalhadores a iniciarem um processo de desmantelamento do imperialismo ao assumirem o poder britânico no pós-2ª Guerra Mundial (Arrighi, 1996).

Sucessivamente, os concomitantes fechamento dos mercados, encerramento do livre comércio, o referido advento das pressões sociais, o enfraquecimento industrial britânico e uma Europa arrasada territorialmente minaram a condução do padrão-ouro, o que impediu a Grã-Bretanha e os demais países europeus de manter altas reservas do minério, ao passo que os EUA haviam acumulado quantias que os tornavam os maiores detentores do metal no sistema internacional (Eichengreen, 2000).

Contudo, para Arrighi (1996), o ingresso britânico em seu caos sistêmico se deu com a crise de 1929. Em outros termos, o CSA inglês estava não somente em sua fase de esgotamento, como o dos EUA estava nascendo e colocando-se à mostra. Washington já contava com uma poderosa base industrial munida de um vasto potencial militar e o dólar estava mais valorizado do que a libra, além de os norte-americanos já estarem na sua fase de expansão material.

Mas, o que decretou oficialmente a transição sistêmica foi a eclosão da 2ª Guerra Mundial. A intensificação da derrocagem britânica na Europa ampliou consideravelmente o espaço para o caos sistêmico. Assim, a liderança londrina, antes incontestável, perdeu sua capacidade de moldar o sistema, abrindo espaço para que os EUA assumissem, formalmente, o protagonismo da nova ordem monetária (Arrighi, 1996).

Com isso, apesar da Grã-Bretanha ter perdido o seu protagonismo e proeminência, o apanhado apresentado demonstra como a assunção da liderança do SMI consolidou sua hegemonia sistêmica. A união de fatores como a revolução industrial (expansão material), o imperialismo e a financeirização (através de bancários) foram determinantes para este controle. Complementarmente, fica evidente que o controle do padrão-ouro, ou seja, um sistema monetário controlado pelos britânicos permitiu que suas ações fossem seguidas e obedecidas. Uma espécie de consórcio entre o capital estatal e privado.

Assim como a sua derrocagem demonstrou que quando Londres perdeu poder sobre o controle monetário com o fim da 1ª Guerra Mundial - por mais que tenha saído como vencedora do conflito -, o poder que o país tinha sobre o sistema também começou a ruir. A ascensão de outro Estado, que se valeu das mesmas fases sistêmicas - mas, com suas peculiaridades e movimentações próprias -, demonstrará no próximo subcapítulo que o controle monetário a partir de outra inovação também resultará no aprofundamento da liderança do sistema como um todo.

Destarte, com o fim da 2ª Guerra Mundial, os britânicos já não possuíam mais o aparato militar, industrial e financeiro que sustentara durante o séc. XIX. Sua capacidade de moldar o sistema econômico mundial havia sido corroída, juntamente do padrão-ouro baseado em suas práticas e normativas. A partir de 1944, com os acordos de Bretton Woods, o cenário internacional sofre uma reviravolta, os EUA criam instituições e remodelam o sistema, dando início a uma nova era capitalista e de controle do equilíbrio de poder global, ponto este que abordaremos no próximo subcapítulo.

2.2. A Consolidação da Hegemonia Estadunidense: De Bretton Woods ao Sistema Monetário Contemporâneo

O SMI nascido das conferências de Bretton Woods estabeleceu-se a partir de um cenário muito diferente daquele em que vigorara o controle britânico. O livre comércio antes instaurado, com amplo acesso aos mercados e com taxas de redesconto ajustáveis para manter o nível das reservas de ouro, agora fora substituído por um panorama de pós-guerra, com ampla necessidade de reconstrução e retomada de confiança entre os mercados.

Como resultado de um novo arranjo monetário global, os EUA instituíram o dólar como moeda de referência mundial e o fixaram como a única moeda conversível em ouro - uma taxa fixa de US\$35 por onça de ouro -, enquanto os demais países deveriam ter reservas em dólares e suas moedas nacionais indexadas à divisa norte-americana. Ou seja, se antes tinha-se a confiança no Banco da Inglaterra para ajuste cambial, agora tem-se a confiança no dólar e em seu lastro no ouro (Eichengreen, 2000).

Ademais, para alcançar os referidos objetivos de reconstrução e retomada da confiança, o padrão dólar adotou três aspectos inéditos em relação ao padrão precedente. Foi criada uma nova forma de câmbio fixo, pois o mesmo era ajustável em caso de um “desequilíbrio fundamental”⁷ em alguma das economias nacionais; foram permitidos controles nos fluxos de capitais; e foi criado o FMI com o intuito de supervisionar as políticas econômicas dos Estados, inclusive acionar a Cláusula de Escassez de Divisas,⁸ caso fosse necessário, e disponibilizar recursos financeiros para aqueles que estivessem passando por problemas em sua balança de pagamentos (Eichengreen, 2000).

Dessa forma, os países passaram a controlar os fluxos de capitais com intensidade no novo SMI, buscando evitar as crises de escassez monetária que haviam marcado o padrão-ouro-libra no período entreguerras, conforme explicado no tópico anterior.

Os governos regulavam os mercados financeiros para canalizar o crédito para setores estratégicos. A necessidade de conseguir licenças de importação complicava os esforços para canalizar transações de capital através das contas correntes. Os controles foram capazes de conter a enxurrada porque não eram apenas um só obstáculo na corredeira. Ao contrário, os controles eram parte de uma série de comportas e barragens com a ajuda das quais águas turbulentas foram domadas. [...] os países que registravam persistentes déficits em seus balanços de pagamentos e quedas nas reservas tornavam mais rigorosos não apenas os controles de capital como também restrições cambiais e exigências de licenças de importação [...] com o objetivo de fortalecer a balança comercial (Eichengreen, 2000, p. 132-133).

⁷ Traduzindo este câmbio fixo, mas ajustável, significava que sempre que um país quisesse alterar sua taxa de câmbio, precisava pedir permissão para o FMI, que por sua vez, analisaria o pedido e decretaria uma aprovação ou rechaço acerca da medida. Ou seja, os países não estavam livres para controlar a própria política monetária, mas sim a cargo das decisões do FMI (Eichengreen, 2000).

⁸ A Cláusula de Escassez de Divisas nada mais é do que a imposição de penalidades para os países que usarem de políticas econômicas com intuito de desestabilizar o sistema. Com isso, o FMI pode restringir o acesso deste país ao dólar, afetando seu comércio e suas reservas internacionais. Apesar de ainda existir atualmente, a cláusula nunca foi acionada (Eichengreen, 2000).

Como observado, Eichengreen aponta que os controles de capital foram amplamente utilizados no pós-2ª Guerra Mundial como uma medida de proteção dos mercados nacionais, a despeito da tentativa e da ânsia norte-americana em implementar o livre comércio, já que os líderes ianquistas acreditavam que somente a volta da liberalização comercial é que poderia promover a reconstrução europeia.

Eichengreen (2000) ainda apresenta que os EUA contavam com uma indústria, principalmente bélica, em larga expansão, o que dava ao Congresso um amplo apoio dos industriais em nome da assinatura dos Artigos de Acordo de Bretton Woods,⁹ pois estes acreditavam que o acordo abriria portas para os produtos estadunidenses acessarem novos mercados (Eichengreen, 2000).

Mas, como é que os norte-americanos já detinham uma base industrial robusta, a ponto de superar o da Grã-Bretanha imediatamente ao término da 2ª Guerra Mundial? Ainda, de onde vieram os recursos implementados no país para concretizar sua expansão material? A resposta é simples. Vieram do próprio sistema de livre comércio dos ingleses durante o séc. XIX.

Arrighi (1996) argumenta que a expansão material dos EUA se deu através de uma combinação entre territorialismo e o livre comércio britânico. Diferentemente da expansão colonial promovida pela Inglaterra, os EUA expandiram-se para o interior do continente, ou seja, organizou, nas palavras de Arrighi (1996, p. 60), “um compacto império territorial doméstico”, pois esta forma de territorialismo era menos custosa do que um ultramarino aos moldes da expansão inglesa.

Já o livre comércio era, na época, de fato, puramente inglês. Os EUA, com suas políticas expansionista interna e isolacionista, tinham um mercado extremamente fechado para os produtos externos, contudo com portas escancaradas ao capital, à mão de obra e à iniciativa estrangeira que estivesse disposta a empreender em solo americano. Ainda cumpre destacar que os EUA se tornaram o cerne das relações comerciais ao término de sua expansão, com acesso aos dois principais oceanos do planeta, o Pacífico e o Atlântico, transformando-se em uma espécie de enclave comercial global (Arrighi, 1996).

No entanto, para suportar o posterior peso da liderança sistêmica, Washington delegou às suas instituições o controle do SMI, como já mencionado. Isto é, desde sua implementação, os EUA já haviam tentado delegar um papel de importância ao FMI dentro do sistema monetário, em medida similar àquela que o

⁹ Documento originário do FMI oficializado na Conferência de Bretton Woods, em 1944.

Banco da Inglaterra possuía quando liderara o SMI britânico e influenciara as taxas de câmbio e redesconto dos países.

Como argumenta Cox (1986), existem três categorias que quando juntas moldam uma configuração de poder interestatal. São elas: capacidades materiais, ideias e instituições:

Capacidades materiais possuem potencial produtivo e destrutivo. Em sua forma dinâmica, estas existem como capacidades tecnológica e organizacional, e em suas formas acumuladas como recursos naturais das quais a tecnologia pode transformar estoques de equipamentos (como indústrias e armamentos) e a riqueza que pode comandá-los. [...] Ideias são divididas em duas categorias. Uma tem significado intersubjetivo ou noções compartilhadas da natureza das relações sociais que tendem a perpetuar hábitos e expectativas de comportamentos. [...] A outra categoria são as imagens coletivas da ordem social defendidas por diferentes grupos de pessoas. [...] A institucionalização é o meio de estabilização e perpetuação de uma ordem particular (Cox, 1986, p. 218-219, tradução nossa, grifo nosso).¹⁰

Quando analisado o pensamento de Robert Cox, os EUA aplicam com maestria estes três fatores em sua condução sistêmica, fato este que a Grã-Bretanha não conseguiu realizar da mesma forma anteriormente, dado que detinha somente a capacidade material como fator abundante, por meio da sua indústria inovadora e de sua superioridade militar, principalmente naval. Não à toa, quando os países europeus começaram a se desenvolver e a expandir sua indústria e passaram a ter uma forte ânsia por colônias, a 1ª Guerra Mundial eclodiu e ruiu com o poderio britânico.

Concomitantemente, os EUA, com sua renovação sistêmica, passou a usar de seu parque industrial desenvolvido e que ainda possuía uma ampla capacidade de expansão à vista; controlou as ideias que permeavam o cenário global, liderando uma coalizão anti-comunista - que durou com veemência até 1991 com a queda da União Soviética (URSS), e que deu espaço para o discurso anti-terrorista após os ataques ao World Trade Center, em 2001; e, por fim, criou e assentou as instituições

¹⁰ Material capabilities are productive and destructive potentials. In their dynamic form these exist as technological and organizational capabilities, and in their accumulated form as natural resources which technology can transform, stocks of equipment (for example, industries and armaments), and the wealth which can command these. [...] Ideas are broadly of two kinds. One kind consists of intersubjective meanings, or those shared notions of the nature of social relations which tend to perpetuate habits and expectations of behavior. [...] The other kind of ideas are collective images of social order held by different groups of people. [...] Institutionalization is a means of stabilizing and perpetuating a particular order (Cox, 1986, p. 218-219).

de Bretton Woods: o FMI, o Banco Mundial e tentou criar a Organização Internacional do Comércio (OIC),¹¹ que acabou não saindo do papel.

Acerca das instituições, cada uma controlaria uma ala diferente do novo SMI. O FMI, como já mencionado, era responsável por supervisionar e coordenar as políticas monetárias - essencialmente as taxas de câmbio -, o Banco Mundial por liberar recursos para a reconstrução de estruturas essenciais ao desenvolvimento dos países e a OIC seria a responsável pelas diretrizes do comércio internacional.

Ressalta-se ainda que a criação destas instituições corrobora como os Estados não buscam, durante sua expansão material, ser os hegemônicos do sistema, e demonstra como isto passa a ser um ato perseguido pelos mesmos somente quando assumem um papel de liderança por terem acumulado mais poder que os demais *players* da ordem global. A ideia inicial dos EUA com as instituições era permitir que elas liderassem o sistema ao passo que os norte-americanos pudessem voltar ao isolacionismo:

[...] EUA, Grã-Bretanha e seus aliados acordaram em formar um Fundo Monetário Internacional e um Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, conhecido posteriormente como Banco Mundial, [...] com o objetivo de facilitar a liberalização do comércio e dos pagamentos no mundo do pós-guerra. Os líderes americanos esperavam que o estabelecimento de regramentos multilaterais para a economia mundial - o plano também previa uma Organização Internacional do Comércio - faria com que fosse desnecessário aos EUA prover ajuda de forma larga e contínua, ou ainda, ter que intervir frequentemente para manter o equilíbrio financeiro. [...] Os EUA, tendo estabelecido o multilateralismo, retornariam para os bastidores e deixariam com que o sistema financeiro operasse tranquilamente através da combinação de mercados e acordos internacionais. Ainda em 1947, ficou claro que as economias europeias eram demasiadamente fracas para esta visão de multilateralismo fácil a ser realizado (Keohane, 1984, p. 141-142, tradução nossa).¹²

¹¹ A OIC acabou não se consolidando por dois motivos. O primeiro foi a não ratificação pelo Congresso americano da Carta de Havana - documento assinado pelos líderes de 56 países que seriam os membros pioneiros da organização. O segundo motivo foi o embate entre protecionistas e perfeccionistas. Estes criticavam as inúmeras exceções que deveriam ser impostas a um sistema de livre comércio para manter os níveis de investimentos nos países europeus, enquanto aqueles criticavam o livre comércio em si, defendendo que os europeus deveriam focar somente nos investimentos internos, visando a recuperação dos países no pós-guerra. Este embate fez com que o presidente Truman e sua cúpula desistissem de tentar convencer o Congresso americano a mudar de ideia e ratificar a Carta de Havana (Eichengreen, 2000).

¹² [...] the United States, Great Britain, and their allies agreed to form an International Monetary Fund (IMF) and an International Bank for Reconstruction and Development (IBRD), later known as the World Bank. [...] that was to facilitate liberal trade and payments in the postwar world. U.S. leaders hoped that establishment of multilateral rules for the world economy - plans were also under way for an International Trade Organization - would make it unnecessary for the United States to provide large and continuing aid, or to intervene frequently to maintain financial equilibrium. [...] the United States, having established multilateralism, would return to the background and let the financial system operate smoothly through a combination of markets and international agreement. Yet by 1947 it had become

Conforme teoriza Keohane (1984), os EUA não queriam assumir a responsabilidade e os custos de ter que liderar o sistema. Entretanto, quando entenderam que recorrentemente teriam de ser o ator a socorrer os demais, não tiveram escolha, senão assumir a sua liderança, e com isso lançar as bases de um acordo que contemplaria seus interesses estratégicos. Para realizar este feito, os EUA tiveram duas atitudes principais: influenciar o funcionamento das instituições e modelar o novo padrão-ouro.

Como veremos adiante, o FMI vai passar a atuar de formas diferentes ao decorrer dos anos e com o surgimento de organizações como a OMC. Isto vai impactar, principalmente, na exigência de condicionantes distintas entre os países do Norte e do Sul Globais que recorrem aos seus empréstimos (Kentikelenis; Stubbs; King, 2016).

Entretanto, no que ainda tange à época do padrão-ouro-dólar, os EUA, ao perceberem que não conseguiriam mais ser isolacionistas, passam a institucionalizar seu poderio. Washington consolida sua moeda como referência global, impõe suas próprias regras ao sistema - passa a permitir o controle de capitais, justamente porque percebeu que o sistema implorava por este controle, em um primeiro momento - e passa a controlar a forma como as políticas monetárias poderiam ou não ser adotadas via FMI - por mais que o Fundo não fosse tão eficaz neste momento.

Ademais, os EUA implementaram um projeto econômico que representaria maior peso que suas próprias instituições no que concerne a sua consolidação sistêmica, o Plano Marshall. Como os EUA temiam perder os mercados europeus para a influência comunista da URSS, começa-se, então, uma onda de incentivos econômicos para a Europa, com bilhões de dólares enviados por Washington - via Federal Reserve (FED)¹³ - visando a reconstrução europeia e a sua permanência no guarda-chuva de influência estadunidense (Keohane, 1984).

Em conjunto com o Plano Marshall, surgiu a União Europeia de Pagamentos (UEP), que nada mais era que um arranjo intra-europeu que visava a reconstrução

clear that the European economies were too weak for this vision of easy multilateralism to be realized (Keohane, 1984, p. 141-142).

¹³ O Federal Reserve (Reserva Federal, em português) é o nome do Banco Central dos Estados Unidos.

da conversibilidade de suas moedas em dólares nas contas correntes¹⁴ por meio da diminuição gradual das barreiras comerciais entre seus membros. A UEP surgiu em 1950 e encerrou suas atividades em 1958, e tinha como participantes a Europa ocidental e suas colônias ultramarinas (Eichengreen, 2000).

Keohane (1984) aponta que a UEP era discriminatória em relação aos EUA, mas que os estadunidenses aceitaram a ideia de implementação do arranjo na esperança de que a Europa se estabilizasse e aderisse ao almejado livre comércio. Ou seja, o teórico aponta que os EUA fizeram sacrifícios em nome de seus objetivos de longo prazo de proeminência do liberalismo comercial e de sua influência, tratando a situação como estratégica e não como generosa:

Então os EUA, visionariamente, fizeram sacrifícios a curto prazo - disponibilizando ajuda financeira e permitindo uma discriminação contra as exportações norte-americanas - visando alcançar o objetivo de longo prazo de criar uma ordem econômica internacional na qual o capitalismo liberal prevaleceria e a influência estadunidense seria predominante (Keohane, 1984, p. 146, tradução nossa).¹⁵

Anteriormente, afirmou-se que o padrão-ouro-dólar havia introduzido um sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, passou-se a ser permitido o controle de capitais e que foi criado o FMI para supervisionar as políticas monetárias. No entanto, outros fatores permearam a condução do novo padrão, que foram sendo introduzidos ao decorrer dos anos que sucederam a Conferência de Bretton Woods.

Conforme argumenta Eichengreen (2000), foi criado, em 1947, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) para tentar coordenar o comércio internacional e eliminar as fortes barreiras tarifárias. E os EUA alcançaram este objetivo ao final da década de 1950. De acordo com Keohane (1984), o GATT deu certo pelo fato de os países terem o visto como temporário e com medidas provisórias, não sendo uma organização formal e sem contemplar à nenhuma nação o status de membro.

¹⁴ A conversibilidade de uma moeda em conta corrente significa que um país tem capacidade de trocar moedas estrangeiras pela sua e vice-versa. Em outros termos, é viabilizar ao cidadão nacional que ele troque sua moeda por uma estrangeira para poder viajar, por exemplo. Ou ainda, que ele preste serviços no exterior e receba seu pagamento em moeda estrangeira e, posteriormente, possa trocar pelo dinheiro vigente em seu país sem problemas, pelo fato de sua nação ter reservas suficientes para suprir as demandas de trocas entre moedas (Eichengreen, 2000).

¹⁵ So the United States farsightedly made short-term sacrifices - in giving financial aid and in permitting discrimination against American exports - in order to accomplish the longer-term objective of creating a stable and prosperous international economic order in which liberal capitalism would prevail and American influence would be predominant (Keohane, 1984, p. 146).

No entanto, o que estava por trás da ideia do GATT era a ambição estadunidense de abrir os mercados em nome da penetração de produtos diversos e dos mais variados lugares. Um destes lugares era o Japão, que os EUA bancou a participação no Acordo para que o liberalismo comercial pudesse absorver de forma mais igualitária os produtos de países aliados. Entretanto, essa igualdade não estava baseada em um pensamento em prol do sistema como um todo, mas sim em os EUA não terem que absorver sozinhos aquilo que o mercado não conseguia, criando uma espécie de “compartilhamento da absorção produtiva global” (Keohane, 1984).

Este era um dos motivos do porquê os EUA ambicionavam com tanto rigor a liberalização comercial, para não ter que absorver o ônus da não penetração de produtos de países industrializados em outros Estados desenvolvidos. Ou seja, o direcionamento da atuação institucional estava atrelada a ambição estadunidense de condução sistêmica.

Concomitantemente, a hegemonia norte-americana se consolidava também por meio de instituições político-diplomáticas, como a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, na Conferência de São Francisco. Embora não fosse uma instituição de caráter econômico, a ONU cumpria um papel estratégico na legitimação do novo sistema internacional. Ao promover ideais como soberania nacional, autodeterminação dos povos e integração das antigas colônias ao “mundo livre”, os Estados Unidos vinculavam sua liderança à promessa de uma ordem mais inclusiva e institucionalizada. Essa narrativa contribuía para sustentar a arquitetura de Bretton Woods, oferecendo uma dimensão normativa e simbólica à hegemonia norte-americana:

À medida que esses instrumentos mais tradicionais de poder foram sendo dispostos na proteção e reorganização do “mundo livre”, as organizações de Bretton Woods [...] e a ONU tornaram-se instrumentos suplementares, administrados pelo governo dos Estados Unidos no exercício de suas funções hegemônicas mundiais; na impossibilidade de serem usadas dessa maneira, essas instituições foram impedidas de exercer suas próprias funções. Assim, durante todo o período das décadas de 1950 e 60, o FMI e o Banco Mundial desempenharam um papel pequeno ou nulo na regulamentação do dinheiro mundial, comparados e relacionados com um seleto conjunto de bancos centrais nacionais, liderados pelo Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos (Arrighi, 1996, p. 68).

Por fim, com Bretton Woods e a ONU, o sistema liderado pelos EUA estava embasado na cooperação - ou pela sua sensação (Keohane, 1984). Entretanto, a

despeito do forte controle sistêmico estadunidense já instaurado a partir de 1950, os norte-americanos teriam de encontrar outras formas de operacionalizá-lo a partir da década de 1970. Com a conversibilidade das moedas europeias retomadas, o sistema de Bretton Woods começou a mostrar sinais de esgotamento.

Um dos motivos que levou a este cenário foram os “eurodólares”, que eram investimentos de empresas estadunidenses em bancos europeus ou em filiais de bancos norte-americanos fora dos EUA. Estes depósitos eram feitos para escapar da legislação monetária de Washington ou para aproveitar os melhores rendimentos que os bancos europeus ofereciam. Os eurodólares se tornaram um problema pelo fato de terem inundado o mercado financeiro europeu e, principalmente, o londrino (Arrighi, 1996).

O excesso de dólares em circulação e uma reserva aurífera que crescia em menor ritmo, trazia à tona outros dois medos, o da inflação e o da incapacidade estadunidense de manter a paridade fixa de sua moeda com o ouro. Estes dois fatores causaram fortes temores aos países do SMI, principalmente porque tinham suas moedas atreladas ao dólar.

No que tange ao medo da inflação nos EUA, os países, principalmente europeus, temiam que os dispêndios norte-americanos aumentassem exponencialmente para cumprir com os objetivos políticos de crescimento interno e aproximação internacional ao capitalismo em detrimento do comunismo (Eichengreen, 2000). O ponto fulcral desta problemática estava em a Europa e o Japão absorverem cada vez mais dólares para igualar a inflação com os EUA, ao invés de obrigá-los a desvalorizar sua moeda. Como os países não podiam permitir com que a inflação aumentasse demasiadamente, as taxas de câmbio fixas já não estavam mais sendo eficazes.

Os países europeus não tiveram outra saída senão encerrar o fluxo de entrada de dólares para suas economias e liberar suas taxas de câmbio. Em 1971, a Alemanha foi a primeira a cumprir com esta ação, depois outros europeus fizeram o mesmo. Ainda em 1971, o presidente norte-americano Richard Nixon suspendeu o compromisso de entregar uma onça de ouro ao mercado internacional por US\$35 - decisão esta que ficou conhecida como “Choque Nixon” (Eichengreen, 2000).

Com isso, o sistema de Bretton Woods chegou ao fim, consolidando o encerramento da expansão material estadunidense e o início de sua expansão financeira, além de se instituir uma nova lógica econômica internacional não mais

ancorada na conversibilidade do dólar, mas no poder financeiro emergente de Wall Street e na supremacia econômica dos Estados Unidos - temas que serão desenvolvidos no próximo subcapítulo.

2.3. A Decadência Hegemônica

Conforme apresentado anteriormente, os EUA não conseguiram sustentar o padrão-ouro-dólar por conta da alta quantidade de dólares em circulação dentro de um cenário de taxas de câmbio fixas. Estes dois fatores estrangularam o sistema de paridade de Bretton Woods e resultaram na sua crise.

Entretanto, embora tenha-se esgotado o SMI baseado em Bretton Woods, um novo arranjo monetário não surgiu, apenas foi remodelado. As instituições de Bretton Woods continuaram existindo, os EUA mantiveram-se como liderança do sistema e o dólar não deixou de ser a moeda de referência global.

Além do mais, os EUA passaram a ter controle total das políticas que envolviam o dólar, além de ter adotado políticas monetárias frouxas, que tinham como característica juros baixos, grandes déficits públicos e volumosas emissões de dólares - que, conseqüentemente, geravam inflação. Esta frouxidão, como será mostrado adiante, foi o prelúdio da crise sinalizadora estadunidense (Arrighi, 1996).

Primordialmente, o remodelado arranjo tira o ouro de cena e dá entrada ao chamado Regime do Dólar Wall-Street (WSDR, na sigla em inglês). Isto é, o dólar deixa de ter um indexador e as políticas monetárias do FED reúnem os resquícios que ainda faltavam para ter a total centralidade do SMI. Outrossim, outro ator ganha relevância inédita no novo sistema, o petróleo - por formarem os petrodólares -, além de as instituições de Bretton Woods ganharem maior importância (Gowan, 2003).

Uma das questões a serem feitas a partir deste “novo” sistema é: qual a importância que passou a ser dada para as instituições oriundas de Bretton Woods? As mesmas existiram desde 1944 e tiveram pouca atuação internacional. Até o fim dos anos 1960, a atuação prática do FMI em termos de financiamento era limitada e o protagonismo no apoio financeiro à reconstrução coube ao Plano Marshall. A resposta está centrada na “cortina” que, principalmente, o FMI passou a representar para os EUA.

Os norte-americanos começaram a direcionar as instituições para um processo de sensação de construção conjunta do SMI e, concomitantemente, direcionavam o sistema monetário a partir de políticas aplicadas sobre o petróleo. A

título de exemplo, em 1972, foi criada a Comissão dos Vinte - no âmbito do FMI - para discutir a volta da paridade entre as moedas - almejadas pela Europa e pelo Japão -, mas a determinação estadunidense em manter o câmbio flutuante não permitiu o grupo a chegar em um consenso, resultando na dissolução da Comissão em 1974 (Eichengreen, 2000).

É importante ressaltar esta comissão porque ela aconteceu ao passo que os EUA influenciavam a OPEP¹⁶ a aumentar os preços do petróleo. O objetivo estadunidense era simples, criar excedentes advindos dos petrodólares,¹⁷ e para que esta iniciativa desse certo, era necessário que o câmbio mantivesse-se flutuante (Gowan, 2003).

O dinheiro advindo do petróleo era de extrema importância para os EUA, por mais que Washington não fizesse parte da OPEP. Isto porque o aumento dos preços do ouro negro causaria excedentes de dólares que não seriam absorvidos pelas indústrias dos países do Oriente Médio, pelo fato das mesmas não terem tamanho para tal ato. O aumento dos preços também causaria um déficit nas contas correntes dos Estados importadores de petróleo, pois teriam de pagar mais para adquirir o recurso.

Conforme argumenta Gowan (2003), essa foi uma movimentação extremamente precisa dos EUA, pois com o cenário supracitado, os membros da OPEP direcionaram estes petrodólares para bancos ocidentais - majoritariamente estadunidenses -, por terem acumulado bilhões de dólares em reservas. Como estes países não conseguiam absorver (investir em sua própria economia) estas receitas, investiam em ativos europeus e norte-americanos por intermédio dos bancos da potência Atlântica. Por sua vez, os bancos privados estadunidenses emprestavam este dinheiro para países que detinham déficits no balanço de pagamentos - em grande medida para países subdesenvolvidos.

Portanto, o pontapé inicial do WSDR foi a financeirização promovida pelos norte-americanos e os precedentes “eurodólares”, que adentraram nas economias europeias antes da quebra de Bretton Woods. Por mais que se tenha retirado o ouro

¹⁶ A OPEP é a sigla para Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Esta organização reúne doze membros que controlam a produção de relevantes quantidades de petróleo. A organização também ajusta o preço e a oferta do petróleo no mercado internacional (Organization of the Petroleum Exporting Countries, s.d.).

¹⁷ Petrodólar é o nome dado ao dinheiro que um Estado ou empresa recebe a partir da venda de petróleo no mercado. Como o preço do petróleo está anexado ao dólar, as vendas feitas na indústria petrolífera são, majoritariamente, concretizadas em dólares (Gowan, 2003).

como indexador do dólar, as divisas estadunidenses continuaram nos bancos por toda a Europa, o que marcou o início da expansão financeira dos EUA e a manutenção do dólar como moeda de referência global (Arrighi, 1996).

Além disso, os bancos privados passaram a ter um papel essencial neste novo regime. Como dito anteriormente, os países deficitários pegavam empréstimos com estes bancos, portanto a dívida contraída pelos Estados tomadores de empréstimos não era com os EUA, mas sim com suas instituições. Como argumenta Gowan (2003, p. 51):

À primeira vista, essas novas providências pareciam aos governos uma libertação da antiga rigidez. Mesmo que suas contas correntes ficassem deficitárias, eles podiam pedir empréstimos aos mercados financeiros privados. [...] E eles seriam livres para permitir que a taxa de câmbio de suas moedas se movimentasse de modo mais flexível em vez de ter de subordinar todos os outros objetivos econômicos a manter uma taxa fixa frente a outras moedas fortes. Entretanto, a maioria dos países envolvidos na economia capitalista internacional logo descobriu que a libertação era, a longo prazo, uma ilusão. Era mais como uma armadilha.

Gowan traz este pensamento pelo fato de o WSDR estar estritamente conectado às frouxas políticas que permeavam o dólar e às instituições cada vez mais ligadas aos EUA. Ou seja, uma iniciativa alimentava a outra. A dependência internacional cada vez maior de instituições financeiras atreladas a Wall Street fortalecia o peso e o papel da divisa estadunidense, ao passo que a centralidade do dólar fez com que a busca por reservas baseadas na moeda crescesse, e a fonte da divisa estadunidense são os bancos privados listados em Wall Street.

Entretanto, os EUA expandiram tão grandemente seu poderio e presença financeira que as instituições que liberam recursos aos países necessitados não são somente norte-americanas, mas também de outras nacionalidades, principalmente bancos ingleses. Gowan (2003) apresenta esta parceria como o “elo anglo-americano”.

Essa expansão somada à prevalência do ideal capitalista em detrimento do comunismo e o fortalecimento das instituições privadas e governamentais - estas com maior importância a partir da década de 1970 - contribuíram para o discurso hegemônico norte-americano. O fato de parecer a liderança do sistema, como argumenta Cox (1986), já é suficiente para exercer, efetivamente, este papel, pela legitimidade que os demais atores entregam para Washington. Ainda neste sentido, Todd (2003) reforça o argumento de Cox, afirmando que:

[...] a revelação da dimensão mais profunda e mais simpática da hegemonia americana [era] um poder aceito num mundo que reconhecia, em esmagadora maioria, que a organização capitalista da vida econômica e democrática da vida política era a única razoável e possível (Todd, 2003, p. 12).

A legitimidade que o sistema passou a depositar no comando estadunidense, é apresentada por Cox através do tripé: capacidade material, ideias e instituições. Entretanto, isto será uma realidade somente a partir do momento em que Washington deixa de ser isolacionista e passa a também projetar sob o sistema a realização dos seus próprios interesses. Uma dessas fontes de projeção de poder reside no FMI, que, inicialmente, possuía políticas de empréstimos condicionadas à apresentação de um plano que estabilizasse a moeda do solicitante a taxas de câmbio realistas. Contudo, atualmente, as condicionalidades estão fundadas nas “políticas de austeridade”.

Essas políticas envolvem mudanças na programação econômica dos Estados solicitantes, como abertura de mercado (por meio da eliminação de barreiras alfandegárias), aumento da taxa de juros (com o intuito de acalmar a economia e reduzir a inflação) e corte de gastos governamentais (como o corte em auxílios governamentais e em subsídios que mantém o preço dos alimentos acessíveis para a população) (Peet, 2003).

O problema destas condições reside em suas consequências. A abertura de mercado e o concomitante aumento da taxa de juros geram desemprego, enquanto os cortes governamentais afetam a porção mais pobre da população. Como dito anteriormente, o FMI não teve um protagonismo acentuado no período imediato do pós-2ª Guerra Mundial, mas passou a ter a partir da década de 1970.

O divisor de águas das austeras políticas do FMI foi um empréstimo feito à Grã-Bretanha, em 1976. À época, os ingleses eram liderados pelo Partido dos Trabalhadores, que bancaram o déficit de cerca de £750 milhões na balança de pagamentos, em nome da manutenção do emprego e do crescimento interno. No entanto, a ameaça de fundos japoneses, norte-americanos e de outros países da Europa ocidental em retirar seus investimentos da City, forçou o governo a aceitar um acordo de empréstimo do FMI, que por sua vez, exigiu cortes nos gastos e a retirada de barreiras às importações (Peet, 2003).

A retração econômica na Grã-Bretanha, envolvendo repetidos cortes nos planos de gastos públicos governamentais e a mudança para anunciar publicamente objetivos monetários, era largamente o produto de pressões coercitivas externas em múltiplos níveis que serviram para restringir a autonomia política das autoridades governamentais (Harmon, 1997, p. 229, tradução nossa).¹⁸

Harmon (1997) argumenta que quando uma pressão estrutural é colocada sobre um mercado, ela acaba causando uma desconfiança generalizada, que resulta na obrigação de um país em alterar suas políticas monetárias para não perder para outros países os investimentos externos que são destinados aos seus ativos, ou seja, a Grã-Bretanha - assim como outros Estados posteriormente - foi, implicitamente, obrigada a implementar políticas de austeridade.

Aqui é que reside o cerne da questão do uso das instituições. Os Estados cooperam para se chegar nesta obrigação implícita. Contudo, estes atores eminentes do sistema não podem simplesmente juntar-se e infringir a soberania de outro Estado, alegando que este precisa modificar suas políticas de importação ou suas taxas de câmbio, mas uma organização neutra pode. Neste caso, o FMI (Peet, 2003).

A partir desta ruptura causada no Fundo, os países do Terceiro Mundo¹⁹ é que passaram a sofrer com as condicionalidades do FMI, justamente porque as nações desenvolvidas relutavam em recorrer a empréstimos da instituição devido às mudanças estruturais exigidas. Para adentrar a relação países subdesenvolvidos-FMI, é mister retornarmos ao período de empréstimos dos bancos privados para estes países (décadas de 1960 e 70), que advinham a partir dos petrodólares, pois houve uma sequência inversa nesta relação. Como os países subdesenvolvidos tinham um vasto espaço para a indústria nascente, os bancos privados passaram a emprestar dinheiro visando grandes retornos financeiros. No entanto, estes Estados também continham grandes déficits em suas contas correntes.

Conforme aborda Peet (2003), a partir de um cenário deficitário e uma alta quantia de empréstimos adentrando nessas economias, os países do Terceiro

¹⁸ Economic policy retrenchment in Britain, involving repeated cut-backs in the Government's public expenditure plans and the move to publicly announced monetary targets, was largely the product of coercive external pressures exerted at multiple levels that served to constrict the policy autonomy of the governing authorities (Harmon, 1997, p.29).

¹⁹ Terceiro Mundo é um termo que, inicialmente, foi utilizado para descrever os países que não estavam alinhados aos países capitalistas (Primeiro Mundo) e nem aos comunistas (Segundo Mundo) durante a Guerra Fria. Com o término do conflito frio, o termo passou a ser usado para representar os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (Arrighi, 1996).

Mundo passaram a acumular mais déficits e a dar sinais de um calote. Portanto, os bancos suspenderam seus empréstimos, o que resultou na impossibilidade dos subdesenvolvidos em cobrir os prejuízos em seus balanços de pagamentos. Em vista disso, o movimento inverso se deu com os bancos privados saindo destes mercados, o que abriu margem e fortaleceu a presença do FMI. O Fundo criou o Mecanismo de Funcionamento Ampliado (EFF, na sigla em inglês), que visava conceder empréstimos aos países subdesenvolvidos que estivessem passando por problemas em suas balanças de pagamentos, entretanto, se comprometessem-se a adotar as normas do programa de estabilização contido nas Diretrizes sobre Condicionalidade.

As Diretrizes sobre Condicionalidade - acordadas por países do Primeiro Mundo - previa o mesmo que foi imposto à Grã-Bretanha, ou seja, liberalização comercial, desvalorização da taxa de câmbio, políticas de austeridade e a promoção de um ambiente mais favorável aos investimentos externos. Como os países estavam “desesperados” para pegar estes empréstimos e estabilizar suas balanças de pagamentos, acabavam aceitando as condicionantes do Fundo.

Mas, as Diretrizes também diziam que o diretor-geral do FMI recomendaria a aprovação somente quando ele julgasse que o programa de estabilização do país fosse consistente com as políticas e provisões do Fundo, e quando ele achasse que o programa poderia, realmente, ser executado. De fato, esperava-se que os países colocassem as “medidas corretivas” em prática antes que um acordo de stand-by fosse aprovado (Peet, 2003, p. 85, tradução nossa).²⁰

Como observado, os países tomadores de empréstimos estavam sempre à mercê da aprovação do diretor-geral do Fundo - historicamente um europeu, com base no “acordo de cavalheiros”²¹ - sendo implicitamente obrigados a pôr em prática as medidas requisitadas pelo FMI. Portanto, como visto, os EUA, e seus aliados ocidentais, passaram a exercer um controle imenso sobre as políticas de empréstimos do FMI, mantendo os países subdesenvolvidos presos às condicionalidades irrealistas do Fundo.

²⁰ But the Guidelines also said that the managing director of the IMF would recommend approval only when he judged that the country's adjustment program was consistent with the Fund's provisions and policies, and when he thought that the program would actually be carried out. Indeed, countries might be expected to put the 'corrective measures' into effect before a stand-by arrangement was approved (Peet, 2003, p.85).

²¹ O Acordo de Cavalheiros é um pacto informal entre os EUA e a Europa Ocidental acerca da gestão das instituições criadas em Bretton Woods. Com isso, o diretor-geral é escolhido pelos europeus, enquanto o diretor-geral adjunto é escolhido pelos norte-americanos (Peet, 2003).

Apesar do controle suprarreferido, tanto da circulação monetária quanto das instituições, o declínio estadunidense passou a dar sinais de vida. As já mencionadas frouxas políticas monetárias dos EUA começaram a levantar temores acerca da condução do SMI pelos norte-americanos. A grande quantidade de dólares em circulação - na transição dos anos 1970-80 - no sistema financeiro, decorrentes destas políticas, passaram a gerar estagflação²² e uma crescente desconfiança acerca da divisa estadunidense, o que obrigou o FED a adotar políticas mais rígidas sobre as políticas monetárias. Paul Volcker, presidente do FED à época, ordenou então um aumento brusco na taxa de juros, para encarecer os créditos, reduzir a inflação e atrair dólares de volta para os EUA, o que acabou aumentando o preço da moeda e retomando a confiança no dólar (Arrighi, 1996).

Por fim, este apanhado demonstra, por diferentes vias - monetária, institucional e ideal -, o controle exercido pelos EUA sobre o SMI. Entretanto, não obstante a aparência de recuperação promovida pelos norte-americanos durante a década de 1980, outros fatores surgiram como contestes frente à sua preponderância. O primeiro é o apontamento de Phillips (1993, p. 194) sobre a alta preocupação do líder do sistema acerca das finanças globais: “A preocupação excessiva com as finanças e a tolerância para com as dívidas parecem ser típicas das grandes potências econômicas em seus estágios finais. Elas prenunciam o declínio econômico”.

O segundo é a ascensão chinesa e de organismos internacionais multilaterais de contestação à deliberada liderança sistêmica estadunidense e às políticas discriminatórias do FMI, que, como já observado, exigem práticas irrealistas para os países subdesenvolvidos em troca de empréstimos do Fundo. As políticas monetárias do FMI passaram a ter alternativas para o Terceiro Mundo, principalmente com a ascensão chinesa e de grupos econômicos como o BRICS.

Terceiro, assim como se teve um caos sistêmico marcado por conflitos e desordem global na passagem dos CSAs anteriores, estes fatores também são visíveis no atual baluarte de poderio norte-americano. Os conflitos russo-ucraniano, israel-palestino e as frequentes contestações de países antes totalmente submetidos ao poderio estadunidense demonstram que o atual Ciclo está já adentrou em sua crise terminal - que será abordada com mais detalhes adiante -, com os EUA

²² Estagflação é um fenômeno econômico que representa uma alta na inflação somada ao baixo crescimento econômico nacional e à uma alta taxa de desemprego (Eichengreen, 2000).

perdendo o controle do equilíbrio de poder entre os países, o que abre espaço para outros atores emergirem neste cenário.

Portanto, o século XXI inicia-se com uma fase de intensa contestação do atual SMI, com os países subdesenvolvidos ganhando força em instituições multilaterais e com um ator em contínua ascensão, que consegue manter relações concomitantemente com o Norte e com o Sul Global, a China. Entretanto, a demonstração constestatória frente aos EUA e seus novos desafios serão abordados nos próximos capítulos.

3. BRICS: O NASCIMENTO DO CONTESTADOR

Atualmente, o BRICS é um ator de natureza, incontestavelmente, reformista, pois o grupo possui grandes anseios no que diz respeito à uma reestruturação sistêmica, já que visa integrar-se com uma imagem de ator proeminente e com voz mais ativa no concerto internacional. No entanto, o apelo reestruturante inicial não somente não saiu do papel, como também deixou um ar de que nunca foi lido pelas potências ocidentais, emergindo assim, um grande sentimento de restrição e constrangimento de países do Terceiro Mundo, que naquele momento, nem sequer imaginavam juntarem-se em um grupo com o intuito de bater de frente com a liderança do consórcio estadista ocidental.

Ademais, é mister elucidar que o BRICS não é um bloco econômico - por mais que possa-se ser usado o termo “bloco” para referir-se ao mesmo - e nem um grupo com algum grau de institucionalização supranacional, como a União Europeia, por exemplo. O BRICS é uma espécie de mecanismo internacional de cooperação, no qual reúne países em nome de um objetivo comum, ou seja, as decisões do grupo são por consenso e não vinculantes, não obstante terem amplo reconhecimento e legitimidade de seus membros.

Entretanto, como o BRICS saiu de uma narrativa de obsessão conjunta para um grupo com instituições, apelo desdolarizante e alto peso externo conforme é conhecido atualmente? Esta é a pergunta que será respondida ao decorrer deste capítulo.

3.1. BRIC: O Apelo Inicial

Antes de adentrarmos ao famoso primeiro molde do grupo, criado a partir do relatório do economista Jim O'Neill, em 2001, que à época era economista-chefe do banco norte-americano Goldman Sachs, precisamos entender, sucintamente, qual parte do contexto geopolítico da transição dos anos 1990 para os anos 2000 que acabou se tornando um prelúdio do que se constituiria no BRICS futuramente.

Primeiramente, o fim da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim e o colapso da URSS, renderam aos EUA uma posição superior aos demais países do sistema internacional, inclusive de seus aliados ocidentais, considerando ainda que a dispersão da ideal soviético foi fortemente minado com a unificação alemã e a sua inclusão na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A Rússia, principalmente, se viu como a mais enfraquecida perante os países que emergiam

naquele período. O colapso soviético havia demonstrado uma fraqueza estrutural do comunismo implantado nos países, o que acabou custando a influência e o tamanho político russo no concerto internacional (Ikenberry, 2001).

Segundamente, a ânsia russa de voltar a ter proeminência política em seu entorno estratégico para, posteriormente, recuperar sua relevância no sistema como um todo foi o primeiro passo para nascer uma coalizão que batesse de frente com o arcabouço ocidental. A responsável pela perseguição deste objetivo foi a Doutrina Primakov, um aglomerado de princípios criados pelo ex-chanceler e ex-primeiro-ministro russo, Yevgeny Primakov (Bernier, 2018).

A Doutrina remete-se à cinco princípios dos quais a Rússia pós-soviética deveria se inspirar para voltar a ser um *player* proativo e importante do sistema. O novo manual de política externa tinha como base a multipolaridade; a autonomia estratégica; a integração regional; o pragmatismo; e o princípio da não-intervenção. Evidentemente, os russos não conseguiriam retomar seu tamanho político somente com estes princípios, Moscou precisaria da aproximação de outros Estados para alcançar seu suprasumo objetivo (Shabbir, 2023).

Portanto, como resposta à lógica singular estadunidense, a Doutrina defende uma política externa multivetorial, e tem grande influência na construção da atual política externa russa, que passou a priorizar uma aproximação, sobretudo com China e Índia, buscando uma aliança anti-ocidental, visando um mundo multipolar, sem uma potência única ditando a política internacional (Zhebit, 2019). Desta aproximação nasce, em 2001, o RIC (sigla para Rússia, Índia e China), um mecanismo de cooperação trilateral a nível ministerial.

Este é o primeiro passo do que culminaria no BRIC futuramente, no entanto, o anseio de inclusão do “B” no acrônimo era puramente russo. De acordo com Stuenkel (2017), tanto a Índia quanto a China não viam sentido em incluir o Brasil, pois o RIC havia sido criado como uma forma de tecer estratégias para superar problemas de segurança e contrapor a presença estadunidense na Ásia. O Brasil, além do mais, era considerado um país com demasiados problemas para integrar um grupo com potencial de projeção global, o que comprova a iniciativa puramente econômica, e não política, que O'Neill enxergou ao criar o BRIC.

Entretanto, ainda conforme Stuenkel (2017), o ideário russo era montar o RIC+Brasil, como a tentativa de incluir o sul-americano em uma lógica multipolar futura, já que Moscou enxergava o Brasil como um participante da nova ordem

mundial emergente. O BRIC vai ter então, como um de seus pilares originários, o anseio doutrinário russo, que vai ver a completude dos princípios de Primakov na aderência do mecanismo bricsiano de cooperação.

Por conseguinte, a iniciativa russa de aproximação com países de seu entorno estratégico em busca de um mecanismo que dialogasse o idioma da multipolaridade teve sua gênese doravante o relatório de O'Neill, que enxergava um alto potencial econômico em quatro Estados emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China. Ou seja, países com características semelhantes: grande população, extenso território nacional e alta projeção de crescimento econômico (O'Neill, 2001).

Notavelmente, a união dos países formava o acrônimo BRIC, já que a África do Sul não possuía as características supracitadas.²³ O'Neill reuniu apenas estes quatro países pois em seu levantamento, somente esta quadra já superaria economicamente os países do G7, com um crescimento real do PIB maior do que o dos desenvolvidos. Afirmava também que até o início da década de 2010, o PIB baseado no poder de paridade de compra do BRIC seria de cerca de 23,3% do montante mundial, que em 2001 representava apenas 8% (O'Neil, 2001).

Apesar de O'Neill ter feito esta análise como uma espécie de indicação de um campo fértil a investidores, sem levar em conta aspectos políticos e seus desdobramentos, a sigla ganhou proeminência, assim como afirma Stuenkel (2017), já que outras tentativas de criação de um bloco de países emergentes haviam sido desenvolvidas ao fim da Guerra Fria:

O grupo BRICs acabou, portanto, se tornando um nome conhecido não por ser um conceito novo, mas porque simbolizava, de forma poderosa, uma narrativa que nos anos 1990 parecia distante, mas parecia fazer sentido no meio da década de 2000: uma imensa transferência de poder, dos Estados Unidos e da Europa, para potências emergentes como China, Índia e Brasil. Essa mudança foi ocorrendo com rapidez, deixando o mundo menos ocidentalizado e mais ideologicamente diversificado (Stuenkel, 2017, p. 21).

Ademais, o surgimento do BRIC está muito além de simples reuniões formais entre seus representantes, mas concentra-se em uma contestação importante da ordem sistêmica estadunidense, dado que com o fim da Guerra Fria, Washington teve ainda mais liberdade para fortalecer seu poderio exuberante perante um sistema de cunho liberal e com abrangência tanto no âmbito econômico quanto no político, baseado em uma corrente de alianças fortes e com integração seletiva, na

²³ Mais tarde, o próprio Jim O'Neill discordou da entrada da África do Sul no BRICS. "Não tem cabimento. A África do Sul não pertence ao BRICs." (O'Neill, 2012, apud Naidoo, 2012, s.p.).

qual participam países como o Canadá, a Austrália, a Europa (tanto individualmente quanto em bloco), o Japão e a Coreia do Sul, como parceiros principais. O BRIC - e o posterior BRICS, e ainda, os BRICS+ -, não faz e nem enxerga a possibilidade de fazer parte deste sistema de alianças (Hurrell, 2009).

A ordem sistêmica liderada pelos EUA tem um arcabouço robusto que a sustenta como um pináculo vibrante perante a tentativa de mudança do *status quo*, pois conforme analisado no capítulo anterior, a condução da política econômica mundial estritamente atrelada ao FMI, ao GATT, posteriormente a OMC, e ao Banco Mundial, tem o objetivo de blindar a coalizão sistêmica e impedir a perda da legitimidade que a sustenta no topo.

Este baluarte econômico possibilita, portanto, uma ampla margem de condução da política econômica mundial aos países ocidentais, visto que há uma tradução da liderança institucional em poder político global. Este fato está presente nas condicionantes impostas às nações que queiram acessar seus recursos, dada a exigência da aproximação ao neoliberalismo a partir de “prescrições de austeridade fiscal, liberalização das balanças comercial e financeira, suspensão de subsídios aos setores públicos, e reformas estruturais” (Kentikelenis; Stubbs; King, 2016, p. 544, tradução nossa).²⁴

Em outros termos, se há o alcance do poderio político a partir do âmbito econômico, o que também permite a liderança a ser opressiva, com o uso de empresas do ramo financeiro e embargos econômicos para aplicar sanções àqueles que se distanciem da sua lógica de poder ou que sejam Estados coligados de inimigos declarados, como acontece com a Coreia do Norte e com Cuba, por serem aliados fiéis, principalmente, de Rússia e China (Liu; Papa, 2022).

Em vista disto, o anseio de contrapor esta ordem foi fortificado com uma nova etapa que incrementou a possibilidade real de revisão, o relatório de 2003 do Goldman Sachs. Este mostrou-se mais impactante que o primeiro, trazendo projeções de que em 2050, os países do BRIC teriam um PIB maior do que os do G6 - EUA, Japão, França, Alemanha, Reino Unido e Itália (Wilson, 2003). Se antes o BRIC pairava apenas como um grupo insignificante de países, mesmo que elencado por O'Neill como o futuro da economia mundial, a partir da nova análise, os impactos causados eram maiores em relação a de 2001, uma vez que a efetiva inclusão do

²⁴ “[...] prescriptions of fiscal austerity, trade and capital account liberalization, public sector layoffs, and structural reforms” (Kentikelenis; Stubbs; King, 2016, p. 544).

termo dentro do cenário político internacional se consolidou doravante a insistência do economista acerca da mudança que os emergentes causariam no SMI no futuro (Stuenkel, 2017).

Outrossim, Brasil, Índia e China se viram deixados de lado dentro de um sistema na qual considerava Itália e Canadá como grandes integrantes do G8, enquanto os três países emergentes, mesmo com economias maiores, eram marginalizados. Ainda neste sentido, Holanda, Bélgica e Itália tinham mais influência em organizações como o FMI, por mais que tivessem economias menores. O pedido revisionista passou a ser um elemento muito presente na retórica dos Estados que viriam a formar o BRIC, com constantes pressões acerca de reformas em instituições importantes como o FMI e o Banco Mundial. Um destes pedidos foi feito logo na primeira oportunidade que os ministros da economia do BRIC tiveram de se reunir, no âmbito da crise financeira de 2008 nos EUA - que será abordada adiante. O apelo pela mudança era real:

Exigimos uma reforma nas instituições multilaterais para que as mesmas sejam reflexo das mudanças estruturais na qual a economia mundial passa e o incremento da função central que os mercados emergentes agora possuem. Concordamos que os organismos internacionais devem rever suas estruturas, regras e instrumentos acerca de aspectos como representação, legitimidade e efetividade, além de fortalecer sua capacidade de localizar problemas de cunho global. Reformas no FMI e no Banco Mundial devem ser levadas adiante e guiadas por uma política mais equitativa e participação balanceada entre países desenvolvidos e emergentes. O Fórum de Estabilidade Financeira deve imediatamente ampliar seu quadro de membros para incluir uma representação significativa de economias emergentes (First Meeting of BRIC Finance Ministers, 2008, p. 2, tradução nossa).²⁵

O conglomerado das projeções de Jim O'Neill e o anseio apelativo do grupo resultaram, em 2006, no primeiro encontro dos chanceleres do BRIC com intuito de unir uma retórica junto à ideia mútua acerca da indignação da condução e distribuição de poder dentro das organizações financeiras mundiais, e ainda, da resistência do G8 em aceitar que potências emergentes adentrassem à título de membro pleno na organização. Este encontro se deu junto à 61ª Assembléia Geral

²⁵ We called for the reform of multilateral institutions in order that they reflect the structural changes in the world economy and the increasingly central role that emerging markets now play. We agreed that international bodies should review their structures, rules and instruments in respect of aspects like representation, legitimacy and effectiveness and also to strengthen their capacity in addressing global issues. Reform of the International Monetary Fund and of the World Bank Group should move forward and be guided towards more equitable voice and participation balance between advanced and developing countries. The Financial Stability Forum must immediately broaden its membership to include a significant representation of emerging economies (First Meeting of BRIC Finance Ministers, 2008, p. 2).

das Nações Unidas, na chamada Reunião de Chanceleres que as quatro nações organizaram para debaterem às retromencionadas tratativas, que mais tarde culminaram na criação formal do BRIC (Ipea, 2014).

3.2. A Consolidação Briciana

Apesar da primeira reunião em 2006, e a segunda em 2007 (de iniciativa brasileira e russa), foi somente em 2008, com a iniciativa de Sergey Lavrov (chanceler russo), que o primeiro encontro formal aconteceu, em Ecaterimburgo, na Rússia, entretanto, em nível de chancelaria novamente, sem a presença dos chefes de Estado. De acordo com Stuenkel (2017), é a partir daqui que o BRIC deixa de ser uma categoria de investimentos - como assumia O'Neill - para se tornar uma entidade de Estados que atuaria em assuntos políticos globais em conjunto.

Ainda em 2008, ocorreu a crise do *subprime* - crise do crédito hipotecário, comumente conhecida como crise financeira de 2008 - nos EUA, que corroeu grande parcela do poderio econômico dos bancos privados²⁶, e gerou uma crise generalizada em diversos outros países do globo que possuíam investimentos nos EUA - mais notavelmente, os europeus -, o que abriu grande espaço para o mercado emergente atuar com maior protagonismo dentro do sistema (Warren, 2021).

De acordo com o *The Economist* (2009) as economias emergentes do BRIC, não obstante o sofrimento sentido da crise, por terem uma cautela maior com a liberalização do sistema comercial, conseguiram se estabilizar com maior rapidez e maior agilidade do que os países desenvolvidos, o que também permitiu uma margem de manobra mais ampla dentro dos grupos tomados como responsáveis - o G20 - para se chegar a um acordo comum de resolução da crise.

Para Stuenkel (2017) a crise do subprime foi o principal fator unificador do elo bricsiano, isto porque os ministros da economia e os presidentes dos Bancos Centrais dos países do BRIC se reuniram quatro vezes durante o ano do desequilíbrio financeiro, visando criar um planejamento conjunto para superar os revéses da crise. Como resultado, tiveram grande influência na resolução final do G20. Entretanto, o principal fato por detrás desta movimentação é a união de um grupo que nem sequer existia até a atribulação econômica, mas que passou a ter vínculos robustos em busca de um objetivo comum.

²⁶ Bancos como o Lehman Brothers, um dos mais antigos bancos de investimentos do mundo, faliram e outros como o próprio Goldman Sachs tiveram de pedir auxílio ao Federal Reserve (Warren, 2021).

A partir desta movimentação em conjunto que o BRIC abriu portas para a formação de uma onda emergente de contestação da ordem financeira internacional. As reuniões de nível ministerial que o bloco passou a ter revelavam o teor reformista que os membros buscavam. Um destes exemplos é o encontro dos ministros da economia dos países em 2008, na cidade de São Paulo, no qual Guido Mantega, então ministro da Fazenda do Brasil, defendeu em uma destas reuniões que: “nós queremos um novo bloco de poder, mais ativo, mais eficiente” (Grupo dos 20, 2008, p. 1).²⁷

Após os encontros ministeriais e a resolução do G20 com peso bricsiano, ficou acordado entre os ministros presentes que era necessário uma articulação que elevasse o nível institucional do até então grupo *ad hoc*. Em 2009, portanto, Lula da Silva e Dmitri Medvedev, respectivamente, então presidentes brasileiro e russo, anunciaram em uma reunião bilateral no Rio de Janeiro, a 1ª Cúpula dos Líderes do BRIC, que seria realizada no mesmo ano na Rússia, novamente em Ecaterimburgo. Participaram do encontro, os três então presidentes Lula, do Brasil, Medvedev, da Rússia e Hu Jintao, da China, além do então primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh (Stuenkel, 2017).

Este foi o primeiro passo para a cooperação intra-BRIC, que fortaleceu os frágeis laços que, principalmente, o Brasil tinha com os demais membros, além de que com a ambição de aproximar os países do bloco, o BRIC passou a cooperar em áreas como ciência, tecnologia, educação e defesa. Ainda conforme Stuenkel (2017), logo em 2010, esta cooperação ficou ainda mais ampla, através da 2ª Cúpula dos Líderes dos BRICs, em Brasília. Foram executados diversos fóruns de pesquisa, comércio, negócios, entre outras áreas, com destaque a encontros como o Fórum Acadêmico do BRICs, o Fórum de Negócios dos BRICs, a 2ª Reunião de Assessores de Segurança Nacional dos BRICs, o 1º Encontro de Cooperativas do BRICs e o Fórum de Negócios do BRICs.

Em 2011, a China assume a responsabilidade da 3ª Cúpula, realizada na cidade de Sanya, e quebra com o paradigma de que tinha uma política externa cautelar, e por isso não estaria engajada com o restante do grupo. O 3º encontro do bloco se mostrou muito importante, pois é nesta cúpula que a África do Sul integrará o grupo e trará o “S” maiúsculo para completar o acrônimo.

²⁷ “We want a new power block, more active, more efficient” (Grupo dos 20, 2008, p. 1).

A ampliação do bloco trouxe muitas controvérsias à época, isto porque muito se questionava a motivação da escolha da África do Sul em detrimento de outros países que possuíam semelhanças maiores com os países do BRIC. O Estado meridional africano possui território e população muito menores que a dos demais membros (ocupa a 24ª posição mundial para ambos os parâmetros) e, na época, de acordo com o Banco Mundial (2025b), uma economia de cerca de US\$460 bilhões, ou seja, muito menor que a dos outros quatro países do bloco - apesar de, em 2011, ser a maior economia do continente africano -, enquanto, a título de comparação, todo o “grupo dos quatro” fazia parte do top-10 nas listas de maiores economias, territórios e populações do mundo neste mesmo ano (FMI, 2011).

Tabela 1 - Posição dos países do BRICS no ranking da economia mundial em 2011

Posição Global	País	PIB (em Bilhões de US\$)
2ª	China	US\$ 7.425 bi
6ª	Brasil	US\$ 2.614 bi
9ª	Rússia	US\$ 2.022 bi
10ª	Índia	US\$ 1.824 bi
29ª	África do Sul	US\$ 458 bi

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FMI (2011)

A entrada da África do Sul teve, portanto, a China como pivô. Pequim demonstrou na 3ª Cúpula do bloco, que além de ser a maior economia do grupo, era também a que mais tinha peso politicamente. Isto não significa que os demais países não eram a favor da entrada da África do Sul no BRIC, mas veremos adiante, com a expansão para o BRICS+, que Pequim também foi quem liderou a entrada dos novos membros na segunda onda expansiva do bloco, ou seja, o utilizando como um palco político, apesar de não demonstrar a partir de sua retórica, mas sim, com ações que busquem concretizar seus objetivos (Stuenkel, 2017) (Sant’Anna, 2023).

Pretória adentra ao bloco a partir da noção estratificada dos países-membros, cada um tinha um objetivo diferente em concordar com o ingresso do país, apesar do discurso oficial estar centrado, especialmente, na cooperação Sul-Sul, com a crença de que a aproximação entre países emergentes não teria os moldes exploratórios da cooperação com os países do Norte global, somado ao fato de que as nações do Sul conhecem, teoricamente, as necessidades da porção meridional

do globo, o que criaria uma rede de ajuda entre estes países a partir da doutrina de que as nações subdesenvolvidas podem crescer sem estarem atreladas aos países desenvolvidos (Moore, 2012).

Acerca dos diferentes objetivos, para Moraes e Ribeiro (2015), o ingresso do país sul-africano representava um grande avanço político para o grupo. O Brasil enxergava uma forma de se promover interna e externamente com o emparelhamento do peso da retórica africana com os demais países do bloco, já que mais da metade da população brasileira é afrodescendente e Brasília possui um discurso de proximidade histórica com o continente africano. Para a Índia, o ingresso africano no grupo representava uma aproximação de contrapeso em relação à China, que ganhava muito espaço no continente, assim como demonstrava uma trégua nas críticas de compras de terras que os indianos haviam feito na Etiópia. Por fim, a África do Sul tem uma política externa conhecida por ser reformista, fator este que chamou a atenção de Brasil e Índia.

Para a Rússia, esta era uma oportunidade de se reaproximar do continente após o término da Guerra Fria e tentar reverter a imagem negativa herdada dos soviéticos pelo apoio a grupos rebeldes, além de abrir portas para investimentos na África continental. No que tange à China, o objetivo central era rebater o discurso do neo-colonialismo, colocando a África do Sul como um parceiro sem hierarquia, mas sim em uma relação horizontal, e evidentemente, fortalecer sua presença em todo o continente, além de enrobustecer a retórica da cooperação Sul-Sul, na qual sua política externa tanto se baseia (Moraes; Ribeiro, 2015).

Portanto, a transformação do BRIC para o BRICS almejava encontrar na África do Sul, a chave da porta para todo o continente africano e uma fortificação do apelo reformista da ordem internacional ocidental:

[...] a inclusão de um país africano num grupo conhecido por seu dinamismo e poder econômico, que pode até chegar a ameaçar a ordem global liderada pelo Ocidente em algum momento, vai fortemente contra a imagem tradicional que se tem da África como um continente de países suplicantes, passivos, flagelados pela pobreza e pelas guerras, sem voz para deliberações globais (Stuenkel, 2017, p. 82).

Por conseguinte, assim como escreve Stuenkel, a África do Sul é o representante do continente africano como um todo ao ingressar no bloco, ao menos, é como os membros-fundadores enxergaram Pretória, entenderam que o país carregaria todo o anseio continental em conjunto com suas movimentações

internacionais e tornaria o grupo completamente Sul-globalizado, agora com representantes da América Latina, da Ásia e da África (Stuenkel, 2017).

Por fim, o BRICS saiu de um projeto relatorial de união econômica, perpassando por um anseio coletivo para, finalmente, se tornar tanto um mecanismo de cooperação quanto um contestador da ordem internacional, mesmo ainda não possuindo suas instituições neste momento. Suplementarmente, o simbolismo por detrás da inclusão da África do Sul, já demonstrava o quanto o grupo acreditava que poderia buscar na união do Sul-Global a superação da dependência Nortista.

3.3. A Gênese Institucional

Com a expansão do grupo e o fortalecimento da retórica de contestação, o BRICS ainda precisava avançar em seus trabalhos para dar continuidade à ambição reformista. Esta questão só será concretizada na reunião de 2014, na 6ª Cúpula do BRICS, sediada no Brasil, na cidade de Fortaleza. A ideia era criar um arcabouço financeiro/econômico que pudesse fazer frente com o ordenamento ocidental. Já que o clamor por reformas nas instituições financeiras globais não era ouvido, o BRICS passou a tentar desenvolver suas próprias instituições, com a visão de substituir a necessidade do que não se podia modificar (Stuenkel, 2017).

Foi na 4ª Cúpula do bloco, realizada na Índia, que os países, portanto, trouxeram a embrionária ideia de criar um banco de desenvolvimento, visando, justamente, reduzir a dependência dos lentos mecanismos financeiros globais convencionais. Entretanto, esta ideia residiu somente na declaração final do encontro de 2012, sem avanços práticos acerca de sua formação. Não obstante à esta limitação, a 4ª Cúpula foi importante, pois nela é que começou-se as tratativas para alcançar a institucionalização bricsiana,²⁸ como o Mecanismo de Cooperação Interbancária. Em seguida, intensificou-se a troca de informações entre os países na 5ª Cúpula do BRICS, na África do Sul, a partir de novos fóruns de cooperação, como o de acadêmicos, no entanto, ainda sem um compromisso claro sobre a criação do banco (Stuenkel, 2017).

A criação efetiva, destarte, do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD - comumente conhecido como Banco do BRICS) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) se deu na 6ª Cúpula do BRICS, em 2014, no Brasil. Ambas instituições têm os mesmos objetivos de entidades ocidentais, como o Banco

²⁸ Esta institucionalização não era do grupo em si, mas sim, acerca da criação de instituições que atuariam em prol da diversificação institucional financeira global.

Mundial e o FMI, entretanto com a atuação e regramentos embasados na lógica de contestação bricsiana e com grande proximidade de países do Sul-Global.

Inicialmente, a mídia internacional enxergou o surgimento das instituições de forma cética, chegando a acusar o BRICS de ser um grupo desconexo e sem objetivos em comum para contestar o ocidente. Entretanto, de acordo com Desai (2013):

Este ceticismo é um engano. Os países do BRICS possuem uma massa que os ligam: sua experiência comum e a rejeição do modelo de desenvolvimento neoliberal das últimas décadas e ao FMI e ao Banco Mundial dominados pelo ocidente, que ainda o defendem. Seu rápido desenvolvimento ao passar das diversas décadas anteriores foi apesar, e não por conta disso (Desai, 2013, s.p., tradução nossa).²⁹

Outrossim, o NBD e o ACR, acabaram elevando o grau de institucionalização do BRICS, isso porque quando existem instituições como estas, condicionantes e garantias precisam ser aplicadas junto à aproximação de países que necessitam de socorro econômico, uma vez que estas entidades não podem esvaziar-se em nome de uma ampla facilidade de liberação de crédito para fins exclusivamente contestatórios. Ou seja, deve-se haver regramentos e cautela, o que cria burocracias e aumenta o grau de institucionalização (Stuenkel, 2017).

A partir da criação do NBD, abre-se um novo paradigma sistêmico dentro do mundo econômico, visto que o FMI e o Banco Mundial passaram a não ser mais as únicas instituições de socorro financeiro não regionais. A criação do Banco do BRICS acentuou a visão contestatória de um grupo emergente que ansiava e quase implorava por uma revisão, nunca levada em consideração, das grandes instituições ocidentais. Enfim, a espera de uma mudança findou em uma movimentação efetiva deste grupo, que se comprometeu com o financiamento de obras de infraestrutura e energia tanto nos países membros quanto nos demais países emergentes.

3.3.1. O Banco do BRICS

O enfoque desta instituição é ser uma alternativa ao FMI e ao Banco Mundial, as principais entidades financeiras globais e de controle ocidental. Para poder, efetivamente, contrapor estes organismos, o Banco do BRICS precisa, necessariamente, funcionar como uma real alternativa, ou seja, com condicionantes

²⁹ Such scepticism is misleading. The Brics countries do have a mortar that binds them: their common experience, and rejection, of the neoliberal development model of the past several decades and the western-dominated IMF and the World Bank that still advocate it. Their rapid development over the previous couple of decades was despite, not because of, this (Desai, 2013, s.p.).

distintas e que se encaixem em seu público-alvo. De acordo com Stuenkel (2017), estas condicionalidades estão baseadas em termos de não-interferência política, econômica ou de reforma institucional, mantendo-se o princípio da soberania nacional em todos os âmbitos.

A necessidade de criação de um banco de desenvolvimento resume-se bem na fala de Desai (2012, s. p., tradução nossa):

A agenda comum do BRICS de afastar a governança econômica internacional do neoliberalismo e da dominância ocidental também se manifestou quando eles reclamaram que a austeridade do ocidente estava segurando o crescimento mundial e que as não convencionais políticas monetárias de seus Bancos Centrais encorajaram a especulação mundial ao invés do crescimento doméstico.³⁰

Ou seja, a saturação do modelo adotado pelas instituições financeiras globais foi a principal causa para que o bloco adotasse uma ideia conjunta de contestação prática, de criação de uma nova articulação financeira mundial. Ainda neste raciocínio, a derrocagem do poder estadunidense/ocidental, consolidado no século XX e ainda vigente no XXI - conforme explicado no capítulo anterior -, que já apresenta sinais de derrocagem desde os ataques do 11 de setembro, agora sofria a primeira investida real, ainda que incipiente, de um bloco emergente unido e sedento por mudança (Todd, 2003).

Não obstante ao incremento da contestação de países emergentes sob representação do BRICS, o NBD precisaria de um capital inicial e de uma estrutura hierárquica para funcionar, além de condições para empréstimos e de formas para continuar absorvendo recursos, uma vez que o dinheiro a ser emprestado deveria sempre estar disponível. Algumas das tratativas acordadas entre os países-membros acerca do banco de desenvolvimento foram descritas na Declaração de Fortaleza, em 2014:

O Banco terá capital inicial autorizado de US\$100 bilhões. O capital inicial subscrito será de US\$50 bilhões, dividido igualmente entre os membros fundadores. O primeiro presidente do Conselho de Governadores será da Rússia. O primeiro presidente do Conselho de Administração será do Brasil. O primeiro Presidente do Banco será da Índia. A sede do Banco será localizada em Xangai. O Centro Regional Africano do Novo Banco de

³⁰The Brics common agenda of pushing international economic governance away from neoliberalism and western dominance was also manifest when they complained that austerity in the west was holding back world growth and that the central banks' unconventional monetary policy encouraged speculation worldwide rather than growth domestically.

Desenvolvimento será estabelecido na África do Sul concomitantemente com sua sede (Brics, 2014, s.p.).

Este, portanto, é o pontapé inicial do NBD, com US\$100 bilhões disponíveis para custear empreitadas de infraestrutura e desenvolvimento nos países-membros ou em outros Estados emergentes. Mas, como funciona o Banco do BRICS? E quais condicionantes ele impõe para emprestar seus recursos?

Efetivamente, o Banco do BRICS funciona como uma espécie de complemento aos investimentos externos em determinado país, e trabalha com a emissão de títulos em moeda local, os chamados *Green Bonds*, que servem como um fundo de investimento de baixo risco cambial para investidores domésticos, que se torna atrativo por conta da menor volatilidade quando comparado a títulos em moedas estrangeiras (BRICS Policy Center, 2018).

A instituição não cobra mudanças estruturais, políticas ou econômicas para disponibilizar recursos, o que a distingue enormemente do FMI e do Banco Mundial, que cobram políticas de austeridade, como metas de inflação, superávit fiscal, diminuição do aparato estatal, entre outras movimentações. O que o NBD, de fato, exige é que se apresente um projeto de infraestrutura que possa comprovar impactos socioambientais e econômicos positivos para a nação requerente.

Outro fator importante são os tipos de empréstimos, que são dois, o soberano e o não-soberano. Enquanto este baseia-se no financiamento de um projeto público-privado ou somente privado, que acaba deixando o NBD com menos garantias de devolução monetária pelo tomador, aquele é o financiamento exclusivamente estatal, ou seja, o próprio Estado dá garantias de pagamento do empréstimo, o que eleva as salvaguardas do prestador (Procurement Policy of the New Development Bank, 2017).

Atualmente, o BRICS já aprovou mais de US\$39 bilhões distribuídos em um total de 120 projetos, com “potencial para atrair mais de 2 trilhões de dólares em aportes até 2030” (Banco do BRICS, 2019, s. p.). Estes projetos estão distribuídos pelos cinco membros fundadores e por países como Egito e Bangladesh, com financiamentos de infraestruturas de energia limpa e eficiente, de transporte, de água e saneamento, de proteção ambiental e de infraestruturas social e digital (Novo Banco de Desenvolvimento, 2025a).

Ademais, o Banco do BRICS possui uma dinâmica não-intervencionista sobre os países para financiar obras de infraestrutura, além de exigir que estas sejam

sustentáveis e benéficas ao crescimento social e econômico da nação requerente do dispêndio, o que atrela a empatia entre os Estados emergentes - no que tange o não-intervencionismo - com o desenvolvimento sustentável, que contribui para um crescimento responsável, pensando a longo prazo e adequando as estruturas nacionais às novas exigências socioambientais.

Portanto, o NBD representa o ideal de desenvolvimento emergente próprio dos membros do BRICS: poucas condicionantes, e as existentes são razoáveis, adequadas à realidade destes países, completamente o oposto do FMI e do Banco Mundial. Além do mais, o Banco do BRICS ainda não quebrou paradigmas, nem desbancou o Banco Mundial - o que não é o objetivo da instituição -, mas já demonstra que é uma alternativa, e no cenário atual de transição e emparelhamento de poder, mais notavelmente da China e da Índia, a tendência é que seus aportes e dispêndios sejam cada vez maiores e mais relevantes.

3.3.2. O ACR

Como complemento ao NBD, o BRICS criou também um fundo compensatório para caso alguma das economias do bloco entre em crise, o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), ou seja, foi instituído um acordo de cobertura para que nenhum destes países precise recorrer ao FMI em caso de necessidade financeira. A criação do ACR também foi em 2014, a partir da resolução final da Declaração de Fortaleza:

Temos satisfação em anunciar a assinatura do Tratado para o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS com a dimensão inicial de US\$100 bilhões. Esse arranjo terá efeito positivo em termos de precaução, ajudará países a contrapor-se a pressões por liquidez de curto prazo, promoverá maior cooperação entre os BRICS, fortalecerá a rede de segurança financeira mundial e complementará arranjos internacionais existentes. Manifestamos apreço pelo trabalho realizado por nossos Ministros das Finanças e Presidentes de Banco Central. O Acordo é um marco para a prestação de liquidez por meio de swaps de divisas em resposta a pressões de curto prazo reais ou potenciais sobre o balanço de pagamentos (Brics, 2014, s.p.).

Diferentemente do NBD, o Arranjo do BRICS não possui uma estrutura física, e os US\$100 bilhões disponíveis estão armazenados nos Bancos Centrais dos membros do bloco. Ademais, a divisão deste montante não foi feita de forma igualitária, o que reflete a disparidade de poderio econômico entre os membros. A China contribuiu com US\$41 bilhões; Brasil, Rússia e Índia, com US\$18 bilhões cada; e a África do Sul, com US\$5 bilhões (Banco Central do Brasil, s.d.).

Cada país tem acesso aos recursos do fundo a partir do equivalente de um multiplicador próprio para cada um. Em outros termos, a China só pode acessar a quantia de 0,5 vezes US\$41 bilhões, ou seja, US\$20,5 bilhões, enquanto o multiplicador para Brasil, Rússia e Índia é 1, e para a África do Sul é 2, podendo acessar US\$10 bilhões (Brasil, 2016).

O ACR, entretanto, não é uma instituição de tamanho suficiente para ser tida como contestadora nos mesmos moldes do NBD, isso porque este fundo atua como o equivalente ao FMI, que possui uma reserva de cerca de US\$800 bilhões, enquanto o acordo de reservas do BRICS, dispõe de apenas US\$100 bilhões, o que torna este arranjo apenas uma eventual válvula de escape para os próprios integrantes do bloco (Stuenkel, 2017).

O que permeia a importância real do ACR, portanto, é o seu simbolismo e sua potencialidade, pois, além de ser uma instituição de baixo teor contestatório, o arranjo possui um vínculo com o FMI. Ou seja, os países membros somente podem pegar 30% do total disponível do fundo, o que exceder este valor, deve ser pego junto ao FMI. Esta condicionalidade está expressa no tratado promulgado pelo Brasil na criação do ACR:

- c. Uma parcela ("parcela desvinculada"), igual a 30% do acesso máximo para cada uma das Partes, estará disponível, sujeita apenas à concordância das Partes Provedoras [...].
- d. Uma parcela ("parcela vinculada ao FMI"), que consiste nos 70% restantes do acesso máximo, estará disponível para a Parte Requerente, sob as seguintes condições: [...]
 - ii. Evidência da existência de um acordo em curso entre o FMI e a Parte Requerente [...].
 - f. Se uma Parte Requerente tiver um acordo em curso com o FMI, ela poderá acessar até 100% de seu limite de acesso máximo, observado o disposto no parágrafo (d) acima. (BRASIL, 2016, Anexo, art. 4º).

O ACR é, portanto, um grande exemplo do desejo de reforma e não de substituição da ordem vigente, isto porque a dependência de acesso aos recursos do FMI pelos Estados do BRICS diminuiu em 30% para casos de crise. No entanto, por outro lado, a dependência ainda se mantém, e é expressiva (Stuenkel, 2017). Ademais, o que fica elucidado, é que o ACR visa somente proteger as próprias economias do BRICS de terem que recorrer ao FMI em caso incipiente de desequilíbrio, e que, atualmente, não há um projeto de expansão deste cercamento, limitando um artefato que também poderia se configurar como um braço forte da alternativa à ordem vigente.

O que poderia minimizar esta baixa disponibilidade monetária, seria refazer o acordo do ACR - assunto que será abordado no capítulo 4 -, incluindo os novos membros do BRICS+, para que os mesmos contribuíssem com o fundo e também pudessem ter acesso ao mesmo, já que atualmente, somente os cinco membros fundadores do arranjo é que podem acessar seus recursos. Notavelmente, isto demandaria, além de um novo acordo do ACR, a desvinculação, ou uma vinculação mais branda, do FMI. Enquanto aquela proposição está em vias de acontecer, esta se apresenta como uma movimentação mais difícil, tendo em vista que a ruptura total com o Fundo tende a causar uma resposta mais agressiva do ocidente, principalmente de Washington.

Portanto, o ACR ainda é um *player* promissor, com estrada para percorrer, no entanto, esta “estrada ainda precisa ser asfaltada”, para que surja, efetivamente, um novo ator institucional que representará uma alternativa real ao FMI. Por enquanto, o Arranjo é muito pequeno para ser elencado como contestador, apesar de ter margem para se tornar uma artimanha preocupante ao ocidente, caso seja considerada a expansão/desvinculação do mesmo.

3.4. BRICS+ e a ampliação do Peso Externo

O embrionário BRIC de 2009 nasceu com uma proposta ousada, como visto anteriormente. Concentrava quatro países emergentes que iniciavam seu caminho como contestadores daquilo que enxergavam como uma injustiça. Àquela época, o grupo reunia 40% da população, 18% do PIB e cerca de ¼ do território mundiais (Agarwal; Kumar; Shahid, 2023). Já havia sinais de que o BRIC tinha espaço para se tornar um ator com alto teor de representatividade e peso em suas decisões.

A chegada da África do Sul, em 2011, não alterou significativamente a representação em números do grupo, mas sim a do Sul-Global, completando o continente que faltava para retórica de serem representantes dos interesses dos emergentes. A concentração de território mudou pouco, a população foi para cerca de 42%, mas o PIB foi a 22%, no entanto muito por conta do crescimento da China, e não pela entrada da África do Sul.

Com a entrada de novos membros, em 2024, como Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã e Indonésia, o grupo continua representando mais de 40% da população mundial e 37% do PIB global em paridade de poder de compra, cerca de US\$82 trilhões - maior que o do G7. Com esta última expansão, o

acrônimo passou a ser BRICS+, e o bloco aumentou exponencialmente seu controle sobre setores importantes da economia. Os principais são o petróleo (44%) e as fatias do comércio mundial (26%) e de terras raras (72%) (Abdala, 2025).

Ainda há outros fatores que corroboram o peso externo bricsiano, como a projeção acerca das futuras maiores economias do mundo. De acordo com o Goldman Sachs (2023), até 2050, China e Índia serão, respectivamente, a 1ª e a 3ª maiores economias do mundo, e até 2075, Nova Delhi será a 2ª.

Estes indicadores apresentados demonstram como o multilateralismo é uma poderosa ferramenta para se alcançar a sonhada alternativa pelo BRICS. Ser grande detentor de materiais importantes para o comércio mundial, como gás natural, petróleo e das terras raras, que é da onde se retiram componentes para fabricação de materiais tecnológicos, diz muito sobre a capacidade de ingerência sobre estes mercados. Evidentemente, a ideia do BRICS não é usar isso como uma arma de contra-ameaça ao ocidente, mas sim de promoção às nações emergentes, uma vez que não será mais necessário ficar à mercê das potências para ter acesso a determinados recursos.

Como veremos no próximo capítulo, a China é um dos países mais engajados em promover esta emergência do Sul-Global, pois Pequim necessita deste multilateralismo para desenvolver-se, o que acaba gerando um benefício mútuo, os demais países progridem em seus planos de desenvolvimento, enquanto Beijing fortifica-se política e diplomaticamente. A China representa um ator fortíssimo dentro do bloco, enquanto o BRICS+ transforma-se, cada vez mais, em um *player* proeminente do sistema, o famoso “uma mão lava a outra”.

4. A ASCENSÃO CHINESA

Como descrito no capítulo anterior, a China é o país do BRICS que mais possui influência, tanto intra quanto extra bloco. Esta sua proeminência a permite bancar questões internacionais de forma unilateral, ou seja, a partir de anseios próprios dentro do sistema, bem como é o país mais propenso a se projetar com êxito dentro do grupo e acabar o direcionando para uma via desejada - assim como fez com o ingresso da África do Sul no bloco e tal como com a expansão do BRICS+, que será abordada adiante.

Ademais, o uso do BRICS pela China para alcançar a desdolarização - que este capítulo visa demonstrar - não é uma movimentação única ou isolada. Ao passo que se tem estas políticas de inserção moldadas pela China, os EUA já alcançaram a sua crise sinalizadora, assim como já esgotaram sua expansão material, migrando para a financeira, nos mesmos moldes dos processos descritos para a Grã-Bretanha no capítulo 2 - mas, evidentemente, com suas particularidades e movimentações próprias - (Arrighi, 1996).

Complementarmente, Harvey (2005) explica que os EUA passam por um momento de escassez de empregos e por uma externalização da produção. Em outros termos, esta produção, antes estadunidense, já migrou para outros polos geográficos, fazendo com que o país ficasse, majoritariamente, com o retorno dos dividendos das aplicações feitas sob estes novos mercados. Entretanto, esta prática beneficia as classes mais altas da sociedade, enquanto os outros setores que ainda geram empregos passam pela substituição da mão de obra pela tecnologia. Estes fatores em conjunto, apesar de gerarem um aumento na produtividade, diminuem os custos de operação, e conseqüentemente, pressionam os salários e, por conseguinte, a qualidade de vida.

Essas forças continuam a agir e explicam a baixa taxa de criação de empregos e de renda da classe trabalhadora no interior dos Estados Unidos. A perda relativa de capacidade produtiva constitui, concludo, um pesado ônus imposto ao bem-estar da massa da população norte-americana, tornando os Estados Unidos vulneráveis à competição estrangeira, mesmo que as faixas de renda mais alta muito se beneficiem com os investimentos estrangeiros (Harvey, 2005, p.181).

Esta explanação demonstra o encerramento da expansão material estadunidense e a migração completa para a financeira. Evidentemente, ainda existe produção industrial e alto comércio nos EUA, mas estes não representam mais a

fase de condução do regime de acumulação de Washington, visto que a sua fase atual está baseada na aplicação financeira em outros países.

Além do mais, os EUA vivem a sua onda mais intensa de substituição de mão de obra humana pela tecnológica, sobretudo de inteligência artificial. Harvey apenas apresentou em sua obra o prelúdio de uma intensificação da produtividade em detrimento da geração de emprego, visto que com o advento de novas tecnologias, houve-se conjuntamente a suplantação da mão de obra humana.

À título de comprovação, de acordo com Weatherbed (2025), a Amazon - 5ª empresa mais valiosa do mundo³¹ - visa implantar um sistema automatizado com robôs em seus armazéns que substituirão cerca de 600 mil funcionários e os pouparão de contratar novos colaboradores para o setor logístico até 2033. Ainda conforme Weatherbed (2025), a estimativa da empresa é de dobrar suas vendas neste mesmo período, o que corrobora, em termos práticos, as falas de Harvey (2005), aumento da produtividade e diminuição da geração de empregos.

Ademais, Tremayne-Pengelly (2025) apresenta dados coletados de 2022 até julho/2025 demonstrando que houve um declínio de cerca de 13% na geração de empregos de jovens entre 22 e 25 anos. Quando analisados setores específicos, como o de desenvolvimento de sistemas, setor altamente exposto à inteligência artificial, a queda chega a 20%.

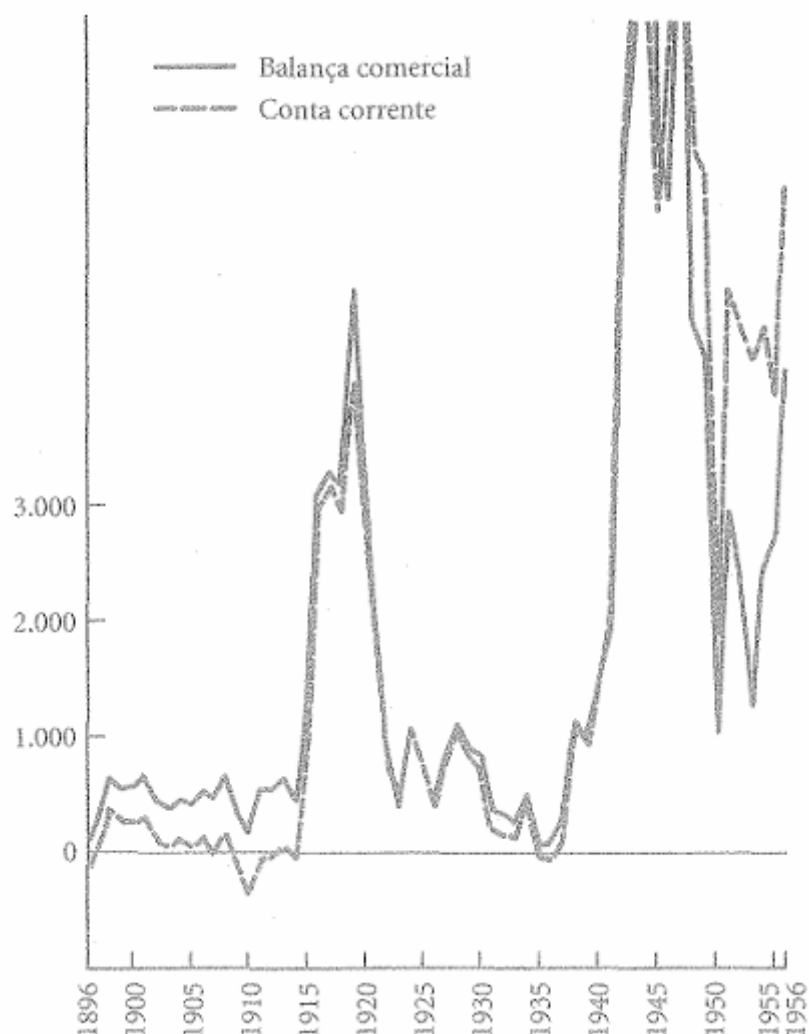
Paralelamente ao processo de aprofundamento da expansão financeira estadunidense, a China passou por uma absorção da indústria e do comércio internacional em alta escala nas décadas de 1990 e de 2000, principalmente por conta da importação de tecnologia e *commodities*, o que permitiu o início do processo de mudança do centro dinâmico mundial e rendeu uma considerável fatia da produção e comércio globais para Pequim (Harvey, 2005). Já os EUA, como explicado nos itens 2.2 e 2.3, absorveram este centro dinâmico a partir dos dois conflitos mundiais, que marcaram a passagem do ciclo britânico para o norte-americano.

Analisemos em seguida a evolução das balanças comerciais de ambos os países na assunção de suas respectivas expansões materiais. Os EUA obtiveram um salto na balança comercial e em sua conta corrente com o término do 2º conflito

³¹ Informação obtida no dia 23 de outubro de 2025. COMPANIESMARKETCAP.COM. Global top companies by market cap., 2025. Disponível em: <https://companiesmarketcap.com/>. Acesso em: 23 out. 2025.

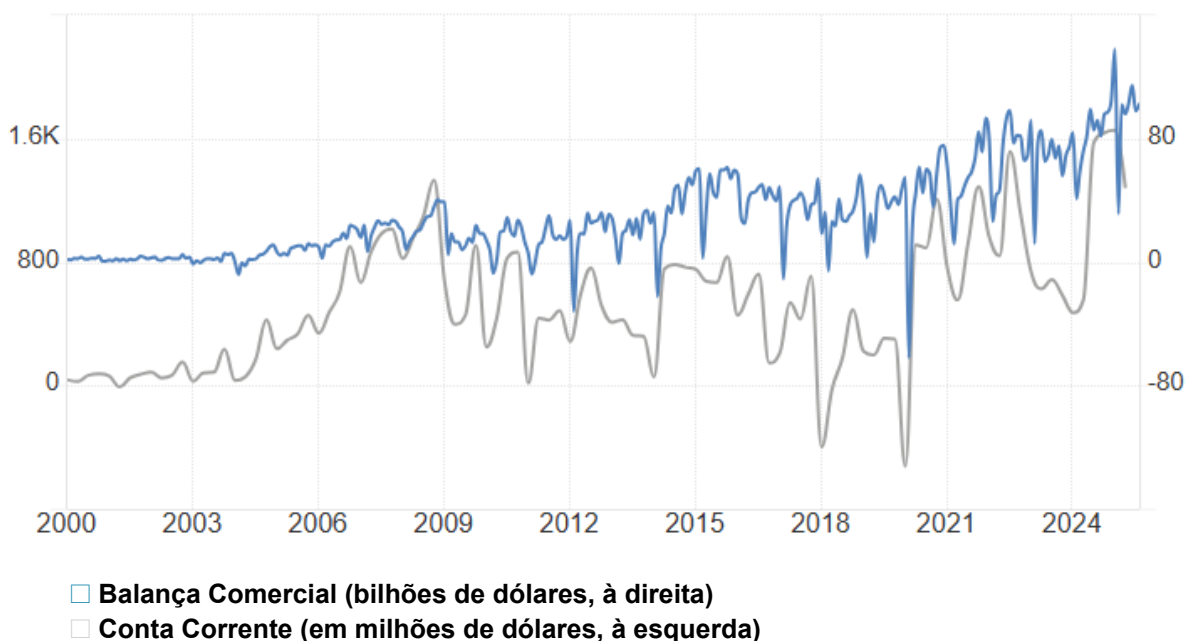
mundial, dado que a guerra representou uma ruptura nos moldes da ordem internacional vigente na época, e transpassou a liderança da economia capitalista mundial à Washington (gráfico 1) (Arrighi, 1996).

Gráfico 1 - Balança Comercial e Conta Corrente dos EUA, em milhões de dólares (1896-1956)



Fonte: Arrighi (1996)

No gráfico é possível ver como há um salto na década de 1940 do superávit de divisas estadunidenses, principalmente a partir de 1945, o que demarca a ruptura supracitada. Entretanto, os números de Pequim apresentam-se de forma contínua, sem uma ruptura, demonstrando que a China passou a absorver aos poucos os recursos que seriam invertidos em sua indústria, ou seja, não presenciou uma reconfiguração sistêmica, como ocorreu com Washington (gráfico 2).

Gráfico 2 - Balança Comercial e Conta Corrente da China (2000-2024)

Fonte: Trading Economics (2025a)

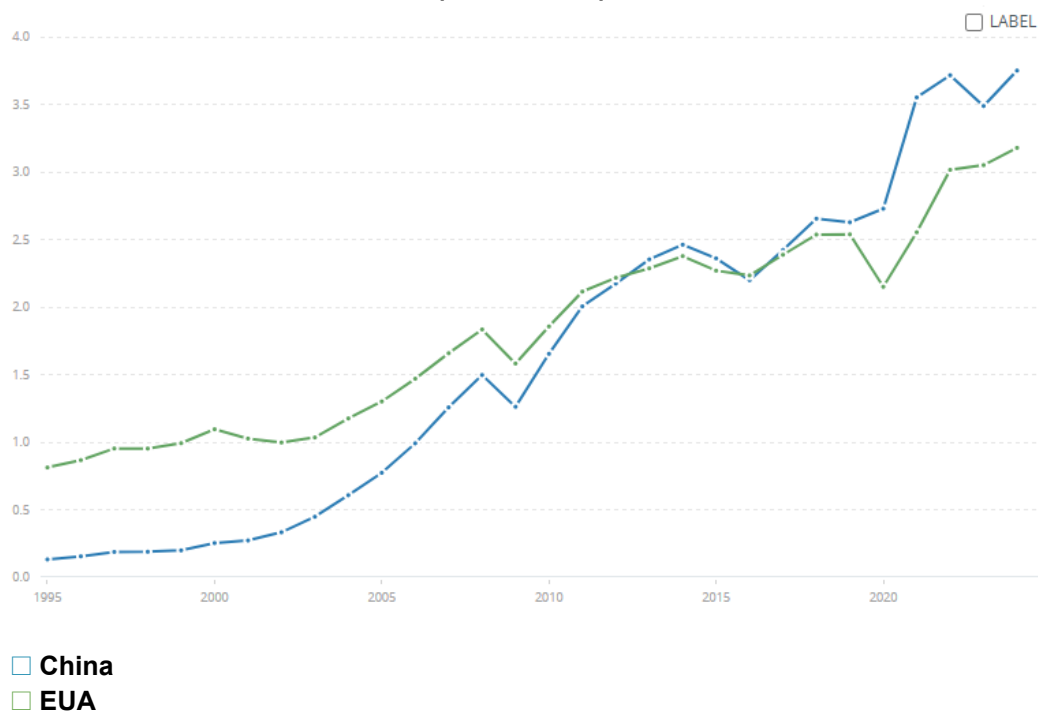
É possível ver nestas comparações como o primeiro assumiu a proeminência comercial mundial a partir de uma ruptura que causou escassez generalizada, enquanto o segundo assumiu pouco a pouco esta mesma proeminência e demonstra estar ou em seu auge ou em vias de alcançá-lo, visto que o superávit de 2024 alcançou a casa dos US\$120 bilhões. Estas comparações dizem muito ao que tange o peso comercial que ambos os países representaram em suas fases de expansão material, formando suas exportações a partir da venda de produtos de maior valor agregado (Arrighi, 2007).

Ainda conforme Arrighi (2007), o mesmo explica como os países do Terceiro Mundo passaram a ter maior protagonismo no sistema comercial a partir da década de 1970, com uma conjuntura econômica favorável a estes Estados em razão de, neste período, seus recursos naturais estarem em alta e sua mão de obra ser mais barata do que nos países do Primeiro e Segundo Mundos, o que, consequentemente, acelerou o processo de industrialização destas nações.

A China, de acordo com Harvey (2005), começou absorvendo os mercados do sul e leste asiático, consolidando-se como uma hegemonia regional. Este processo amadureceu-se ao ponto da China se tornar o principal destino das

exportações asiáticas e, ao mesmo tempo, rivalizar o protagonismo nas exportações mundiais com os EUA.

Gráfico 3 - Exportações da China e dos EUA, em trilhões de dólares (1995-2024)



Fonte: Banco Mundial (2025a)

Portanto, Harvey (2005) argumenta que a transferência da liderança do SMI dos EUA para a China se dá pelo fator econômico, pela absorção de mercados que Pequim vem realizando, o que se comprova pelos gráficos apresentados. Já para Arrighi (2007), esta transferência acontece tanto pelo fator econômico, quanto pelo aspecto ideológico/imperialista que Washington tentou promover, mas acabou falhando. O teórico caracteriza esta falha como a aceleração da crise terminal estadunidense.

Este aspecto ideológico/imperialista é descrito por Arrighi em duas oportunidades diferentes, a primeira na obra “O Longo Século XX”, na qual o autor argumenta que a invasão ao Vietnã, em 1965, e a sua retirada com tradução de derrota, em 1973, já haviam manchado a imagem ideológica propagada pelos estadunidenses no contexto da Guerra Fria (Arrighi, 1996). Posteriormente, Arrighi complementa em “*Adam Smith in Beijing*” que os EUA tentaram dar sequência a esta imposição ideológica, com a invasão ao Iraque, em 2003, justificada pelos

atentados do 11 de setembro, a partir da guerra ao terror, e pela retórica da existência de armas químicas no regime de Saddam Hussein (Arrighi, 2007).

[...] a resistência dos EUA no que tange a acomodação e o ajustamento [de um sistema liderado pelo mesmo] materializou-se de forma mais extrema do que qualquer um esperava no Projeto para um Novo Século Americano, cujo primeiro desastroso teste no Iraque precipitou a crise terminal da hegemonia estadunidense e consolidou ainda mais a transferência do poder econômico global para o Leste Asiático (Arrighi, 2007, p. 165, tradução nossa).³²

Os EUA, portanto, chegou ao seu esgotamento no que concerne ao seu regime de acumulação. Como descrito no capítulo 2, Washington migrou para sua expansão financeira na década de 1970, com o Choque Nixon e o fim da paridade cambial. Estes fatores os dispuseram de diversas regalias e privilégios dentro do SMI, como por exemplo, não precisar se preocupar com os déficits no balanço de pagamentos - o oposto da realidade vista quando os EUA assumiram sua expansão material -, depreciar o valor de sua moeda para tornar seus produtos mais competitivos no mercado internacional e, quando necessário, emitir dólares e depois liberá-los no SMI para controlar o câmbio e expandir o alcance de sua moeda, o que beneficiava tanto o capital privado - com o avanço das empresas norte-americanas em outros países - quanto o governo norte-americano - com a consolidação da hegemonia do dólar, já que o implícito consórcio público-privado induzia a penetração da divisa em todo o mercado global (Arrighi, 1996).

O amálgama apresentado comprova como são reais o declínio e a crise terminal estadunidenses, conforme descrevem Arrighi e Harvey, já que ambos demonstram, por perspectivas diferentes, mas que se aglutinam, tanto seu declínio de poder sistêmico, como o vácuo que está se abrindo pouco a pouco perante sua corrosão. E o ator que está assumindo esta posição como nova liderança - apesar de ser a partir de uma forma particular, assim como demonstrado quando Washington assumiu o ciclo sistêmico dos britânicos - é a China.

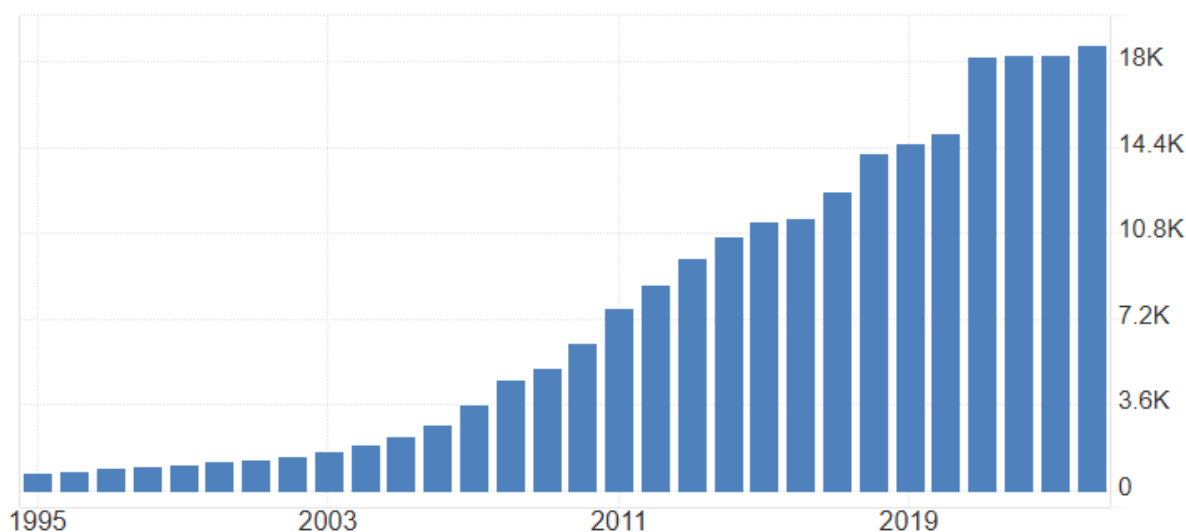
Ao mesmo tempo, a probabilidade de testemunharmos a formação de uma sociedade de comércio mundial centrada no Leste Asiático aumentou. [...] Em sua maior parte, entretanto, devido ao avanço econômico espetacular

³² [...] US resistance to adjustment and accommodation has materialized in a more extreme form than anyone expected in the Project for a New American Century, whose disastrous first trial in Iraq has already precipitated the terminal crisis of US hegemony and consolidated further the shift of global economic power to East Asia (Arrighi, 2007, p. 165).

da China desde o início da década de 1990 (Arrighi, 2007, p. 8, tradução nossa).³³

Pequim absorveu, ao decorrer dos anos, setores produtivos nas mais variadas alas. Consolidou-se como um polo de produção internacional de grande importância e mantém um crescimento econômico estrondoso há anos, conforme demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4 - Crescimento econômico da China, em bilhões de dólares (1990-2024)



Fonte: Trading Economics (2025b)

Como se observa no gráfico, Pequim saiu de um PIB de cerca de US\$740 bilhões, em 1995, para ultrapassar US\$18 trilhões, em 2024, consolidando-se como a 2ª maior economia do mundo ainda em 2010 (World Bank, 2010). Se medirmos o PIB a partir da paridade de compra, a China possui o maior do mundo desde 2014.

Finalmente, Harvey (2005) afirma que a China absorveu setores industriais de diversos países que surfavam na onda de condução do SMI ianquista. Além das indústrias dos próprios EUA, Pequim levou para si, plantas industriais mexicanas, sul-coreanas e japonesas. Entretanto, o ponto de destaque chinês está na forma em que os investimentos industriais foram alocados no país, visando estimular o crescimento da economia global, e não o consumismo, como fora feito pelos EUA.

[...] deveria estar claro quem lidera a recuperação global, tal como ela é, neste momento. E a resposta não é: os Estados Unidos. A transição do poder para a China e para a Ásia de modo mais geral [...] está antes em

³³ At the same time, the probability that we will witness the formation of an East Asian-centered world market society has also increased. [...] For the most part, however, they are due to China's spectacular economic advance since the early 1990s (Arrighi, 2007, p. 8).

aceleração do que em redução de velocidade, e a única dúvida é se e como se poderá sustentar o ritmo de crescimento chinês (Harvey, 2005, p. 185).

Como demonstrado no gráfico 4, a dúvida que permeava a proposição de Harvey está respondida, a China conseguiu sustentar seu ritmo de crescimento. Mas, como a China conseguiu atrair todo este investimento externo para compor a sua indústria, dar início à sua expansão material e assumir a cadeira de principal indutora da economia mundial?

Para responder esta pergunta, se faz mister desmentir o fato da China ter atraído capital externo simplesmente por conta da sua “alta disponibilidade de mão de obra barata”, como muito se propaga. De acordo com Arrighi (2007), a China conseguiu atrair este investimento estrangeiro de outra forma:

A principal atração, nós argumentamos, tem sido a alta qualidade de suas reservas [de mão de obra] - em termos de saúde, educação, e capacidade de autogerenciamento - em combinação com a rápida expansão das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva destas reservas dentro da própria China. Além do mais, esta combinação não foi criada pelo capital externo, mas por um processo de desenvolvimento baseado em tradições endógenas - incluindo a tradição revolucionária que deu gênese à RPC (Arrighi, 2007, p. 351, tradução nossa).³⁴

Adicionalmente, sob as políticas de Deng Xiaoping, a China impunha restrições sobre as empresas estrangeiras, como na liberdade destas em contratar e demitir e, principalmente, em mandar seus lucros para o exterior, o que provocou o reinvestimento destas corporações no país, pelo menos, ao nível mínimo para manter suas operações no dragão asiático (Arrighi, 2007).

Estas políticas, combinadas com a disponibilidade de uma boa mão de obra e alta demanda do mercado chinês, provocaram um salto exponencial no Investimento Externo Direto (IED) no país. De acordo com Gao e Wang (2018) a China acumulou cerca de US\$3 trilhões em IED nas últimas três décadas.

Paralelamente ao crescimento da economia chinesa, ocorreu, em 2008, a crise do *subprime*, que como explicada no capítulo anterior, foi a precursora da ascensão dos países do Terceiro Mundo. Entretanto, a crise também representou o acirramento da derrocagem do poderio econômico estadunidense, acelerou a

³⁴ The main attraction, we shall argue, has been the high quality of those reserves - in terms of health, education, and capacity for self-management - in combination with the rapid expansion of the supply and demand conditions for the productive mobilization of these reserves within China itself. Moreover, this combination was not created by foreign capital but by a process of development based on indigenous traditions - including the revolutionary tradition that gave birth to the PRC (Arrighi, 2007, p. 351).

percepção de perda do controle da governança global por Washington, e consequentemente, ampliou a margem de atuação de países como a China e também o BRICs (Pagot; Jardim, 2014).

Harvey (2011) explica que os EUA, para corrigir a crise de 1970 - assinalada no capítulo 2 - passou a “atacar o emprego” interno, ou seja, estagnou os salários para resolver o problema do lucro. No entanto, também criou um mercado sem condições de aquisição, justamente pela falta de recursos, portanto os bancos resolveram este problema emprestando dinheiro para a população afetada pelas políticas empregatícias, o que aumentou o endividamento.

Em outros termos, os bancos emprestaram dinheiro para pessoas das quais não tinham condições de pagar a dívida. As hipotecas eram uma destas dívidas. A falta de pagamento gerou a escassez de liquidez dos ativos investidos nestas dívidas por outras instituições financeiras, o que criou uma crise global (Harvey, 2011). Esta é a crise terminal dos EUA. Se a ideologia ianquista já havia encontrado seu fim com a invasão ao Iraque, a econômica encontrou seu término com a crise de 2008.

Desta forma, portanto, é possível assinalar que a China está na fase de assunção do regime de acumulação outrora liderado pelos EUA. Com o aglomerado sinalizado por Arrighi (2007) e Harvey (2011), pode-se concluir que a crise terminal de Washington chegou, enquanto Pequim vive o auge de sua expansão material - em vias de migrar para uma expansão financeira, faltando somente, em nossa argumentação, ser a detentora do meio de troca internacional. Assim sendo, o SMI passa por seu interregno, ou seja, no aguardo de um novo ator assumir sua liderança. Conforme a argumentação apresentada, e apoiada em Harvey (2005) e Arrighi (2007), este ator, muito provavelmente, será a China.

Por fim, Pequim busca desdolarizar o sistema para que possa atuar de forma ainda mais independente. Esta desdolarização, na verdade, nada mais é que a criação de um SMI alternativo, mais inclusivo, e com maior integração mundial, principalmente no tocante dos países do Terceiro Mundo (Liu; Papa, 2022). Entretanto, a demonstração das proposições que permeiam esta tentativa será assunto dos próximos subcapítulos.

4.1. O Apelo Desdolarizante

Apresentada a comparação da assunção dos períodos de expansão material entre EUA e China, chegamos no ponto de demonstrar práticas estadunidenses que corroboram com a afirmação de que o mesmo conduz o sistema da forma que mais lhe beneficia. Algumas destas movimentações são, evidentemente, veladas ou possuem “justificativas”, justamente com o intuito de driblar a percepção americocentrista.

Primeiramente, devemos elucidar que a ideia e o temor norte-americano de uma desdolarização não é inédita. No fim da década de 1970 e início da de 1980, o dólar passou por uma crise de legitimidade por conta das frouxas políticas do Federal Reserve - apresentadas no capítulo 2 -, que geraram uma alta oferta da divisa e uma exportação inflacionária. A partir destas políticas, os bancos Centrais e privados mundo afora pararam de aceitar o dólar como moeda universal, o que só foi revertido com os efeitos posteriores a adoção de uma postura firme do FED em 1979, que restringiu a oferta desenfreada de dólares e estabilizou a moeda (Arrighi, 1996).

Elucidada a crise legitimadora do dólar da transição das décadas de 1970 e 1980, passemos para a condução sistêmica estadunidense. Esta condução está baseada em ter movimentações que beneficiem os EUA e/ou aliados, ou que afete algum ator do sistema que, propositalmente, não se encaixe em sua lógica hegemônica. Evidentemente que os EUA não conseguem impor sanções, restrições ou ter atitudes similares a partir de sua exclusiva vontade. Portanto, os mesmos usam de mecanismos para alcançarem estes objetivos. E é justamente isto que será demonstrado ao decorrer deste subcapítulo.

No que tange às sanções - principal artimanha utilizada por Washington -, os norte-americanos se valem de suas empresas para afetar os mercados mundiais ou algum mercado específico. As empresas mais utilizadas neste âmbito são: Visa, MasterCard (ambas no âmbito bancário-financeiro) e Nvidia (do ramo tecnológico). De acordo com Liu e Papa (2002), a detenção de empresas como a Visa e a Mastercard proporciona um alto poder no âmbito financeiro, pois ambas são de abrangência global, e uma simples interrupção de suas operações em um país, poderia travar toda a condução bancária rotineira, o que causaria grandes danos ao sistema bancário/financeiro, já que isto impossibilitaria a execução de necessidades simples, como a de retirar ou transferir dinheiro.

Uma das situações que exemplificam esta possibilidade de sanção é a que os EUA impuseram contra a Rússia em 2014, após a invasão da Crimeia:

As iniciativas de desdolarização russas iniciaram-se em 2014, na onda de sanções norte-americanas. Após a anexação russa da Crimeia, o presidente Barack Obama assinou a Ordem Executiva nº. 13661, na qual mirou cartões bancários emitidos por sete bancos russos. Tanto a Visa quanto a MasterCard pararam de processar transações para seus clientes russos, e cerca de 500 mil cartões de crédito e débito emitidos por estes sete bancos tiveram suas funções de pagamentos congeladas (Liu; Papa, 2022, p. 41, tradução nossa).³⁵

A partir deste exemplo é possível observar a magnitude que as sanções unilaterais estadunidenses podem alcançar por ser o país sede de empresas transnacionais. Esta movimentação em retaliação à Rússia, por invadir o território de um país que tentava aderir ao bloco ocidental (Ucrânia) foi vista como uma afronta aos EUA. Assim como também foi visto desta forma na invasão russa à Ucrânia em 2022, situação esta que Washington e seus aliados europeus impuseram sanções em conjunto:

A União Europeia impôs massivas e sem precedentes sanções contra a Rússia em resposta à sua agressão militar contra a Ucrânia. Sanções foram impostas também em relação às violações de direitos humanos e ameaças híbridas (Council of The European Union, 2025, s. p., tradução nossa).³⁶

De acordo com o Council of The European Union (2025), no dia 23 de outubro de 2025, foi imposto o 19º pacote de sanções contra Moscou. Entretanto, o questionamento não reside nas sanções impostas sobre os russos, mas sim na inoperância ocidental quando as mesmas agressões militares passaram a ocorrer na Faixa de Gaza, advindos de Israel, que não ironicamente, é outro membro da aliança ocidental. O genocídio promovido sobre os palestinos não resultou na mesma postura contra o agressor.

Ademais, há outros países do BRICS que também já foram sancionados, como o Irã, o Brasil e a China. As sanções sobre o Irã ficaram conhecidas como “Pressão Máxima”, uma completa política de sufocamento. Os EUA usaram da

³⁵ Russia's de-dollarization initiatives started in 2014 in the wake of US sanctions. Following Russia's annexation of Crimea, President Barack Obama signed Executive Order No. 13661, which targeted bank cards issued by seven Russian banks. Both Visa and Mastercard stopped processing transactions for their Russian customers, and about 500,000 credit cards and debit cards issued by these seven Russian banks found their payment function frozen (Liu; Papa, 2022, p. 41).

³⁶ The EU has imposed massive and unprecedented sanctions against Russia in response to its military aggression against Ukraine. Sanctions have been imposed also in relation to human rights violations and hybrid threats (Council of The European Union, 2025, s. p.).

justificativa de que o país enriquece urânio com o intuito de desenvolver uma bomba nuclear para aplicar estas sanções. Inicialmente, o pacote sancionador era brando, um acordo entre EUA, outros países aliados e o próprio Irã, chamado *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA). No entanto, com o primeiro mandato de Donald Trump, em 2018, as sanções tomaram outro rumo e passaram a ser altamente prejudiciais, com proibição de compra do petróleo iraniano e exclusão do sistema SWIFT de qualquer empresa que desrespeitasse as restrições (United States - Department of State, 2025).

Entretanto, houve um momento em que o Irã encontrou maneiras de burlar as sanções, com a criação de empresas de fachada e rotas comerciais indiretas para que pudesse continuar vendendo seu petróleo, sobretudo para a Ásia e Oriente Médio. Os EUA, portanto, visando impossibilitar a continuidade do programa nuclear iraniano, bombardearam, em 2025, três usinas nucleares do país, entretanto, causando danos reais à apenas uma, a Usina de Fordow, ao passo que as demais não foram seriamente danificadas (Misra, 2025). Ou seja, quando as sanções não foram mais capazes de estrangular o país médio-oriental, recorreu-se à ingerência direta e ao uso militar.

Acerca do Brasil, as sanções foram tanto econômicas quanto sobre autoridades do judiciário. As sanções foram justificadas da seguinte forma:

Em julho, o presidente Trump ameaçou impor tarifas de 50% sobre as importações de produtos brasileiros em resposta às preocupações norte-americanas a respeito do processo criminal do ex-presidente Jair Bolsonaro, dos recentes desdobramentos judiciais que impactam a regulação das mídias sociais, às supostas práticas injustas de comércio que o Brasil possui e o apoio brasileiro às políticas do BRICS, que a administração Trump tem elencado como “anti-Americanas” (Covington & Burling Llp, 2025, s. p., tradução nossa).³⁷

Os EUA acabaram impondo as tarifas, o que era ameaça, virou realidade. Complementarmente, ministros do STF foram sancionados a partir da Lei Magnitsky, que proíbe a emissão de visto estadunidense e congela ativos financeiros em solo norte-americano. A justificativa, como descrita, é a alegação de Trump de suposta

³⁷ President Trump threatened in July to impose tariffs of 50% on imports of products from Brazil in response to U.S. concerns regarding Brazil's criminal prosecution of former President Jair Bolsonaro, recent judicial developments impacting social media regulation in Brazil, Brazil's allegedly unfair trade practices, and Brazil's support for BRICS policies that the Trump Administration has deemed to be “anti-American” (Covington & Burling Llp, 2025, s. p.).

perseguição e julgamento arbitrário contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado (Tokarnia, 2025).

Acerca da China, as sanções são diferentes, isto porque estão baseadas em um contexto de guerra comercial e tentativa estadunidense de manter-se como a liderança sistêmica. Enquanto o medo contra o Irã estava baseado em ter de repartir o poderio nuclear com mais um ator, com Pequim, as sanções baseiam-se em não permitir que a China ultrapasse os EUA em assuntos como avanço tecnológico, militar e econômico.

O setor de semicondutores é o que os norte-americanos mais sancionam com afinco, pois, apesar da criação desta tecnologia ser estadunidense, as indústrias líderes do setor atualmente estão na Ásia, mais especificamente, na China, em Taiwan e na Coreia do Sul (Tewari, 2023). Não obstante às sanções impostas às empresas chinesas do setor, como a Huawei, por exemplo, Washington também proíbe que suas empresas, como a Nvidia, vendam determinados chips para empresas chinesas - estas restrições são impostas sobre chips de última geração e alta tecnologia. O objetivo é não permitir o avanço e nem o acesso à tecnologia pelos chineses (Bacon, 2025).³⁸

Portanto, este tipo de unilateralidade ou ainda, de parcialidade na condução da ordem sistêmica se torna o principal indutor de iniciativas que busquem a desdolarização e a desvinculação total com a ordem ocidental. Na 17ª Cúpula do BRICS, em 2025, no Brasil, Vladimir Putin (presidente russo) mencionou a necessidade de se intensificar o comércio intrabloco sem o uso do dólar e de criação de um sistema próprio de transações financeiras, bem como argumentou que a Rússia fez cerca de 90% de seu comércio com os demais membros do BRICS em moedas nacionais (G1, 2025).

Ademais, na mesma iniciativa desdolarizante, Lula também defendeu na 17ª Cúpula do BRICS um novo ordenamento financeiro:

Se a gente quiser criar alguma coisa nova no mundo, a gente vai ter que criar novos paradigmas de participação e não pode repetir os mesmos erros. A gente não quer mudança no FMI porque eu não gosto do FMI, a gente quer mudança para o FMI ser um banco de investimento para atender a necessidade dos países mais pobres (Lula apud Nakamura, 2025, s. p.).

³⁸ A título de curiosidade, os EUA possuem uma relação denominada “Lista de Entidades”, onde divulgam todas as empresas, indivíduos, embarcações e aeronaves sancionadas. A lista é extensa e possui originários de várias partes do mundo. Para acessá-la, basta seguir o endereço eletrônico: <https://sanctionssearch.ofac.treas.gov/>.

Em outras oportunidades, Lula também já defendeu a criação de uma moeda intrabloco para se esquivar do uso da divisa norte-americana: “O dólar é uma moeda importante, mas nós podemos discutir nos Brics, a necessidade de uma moeda de comércio entre nós.” (Lula apud Ferreira, 2025, s. p.).

Quando falamos do BRICS em conjunto, o mesmo possui iniciativas a partir de várias frentes, uma delas é o NBD - abordado no capítulo 3 deste trabalho -, entretanto, há outras tratativas em andamento, as com maior potencial ainda são incipientes. Contudo estas não são unânimes dentro do bloco. O principal exemplo é o “BRICS Pay”, que ficou popularmente conhecido como Pix do BRICS.

O sistema nada mais é do que uma alternativa ao SWIFT, um sistema de pagamentos descentralizado que tem o intuito de integrar diversas moedas e países. O próprio Conselho Empresarial do BRICS (CEBRICS) argumenta que o objetivo não é derrubar o SWIFT e o dólar, mas sim criar um ecossistema soberano, sem estar sujeito à sanções e exclusões, nem usá-lo como moeda de ameaça (Brics Pay, s. d.). Entretanto, este é um trabalho exclusivo do CEBRICS, ou seja, ainda não houve consenso do grupo para sua criação e lançamento. Se, de fato, desenvolvido, o grupo precisaria votar em uma reunião a sua operacionalidade (Alves, 2025).

Outra tratativa que revela um distanciamento da lógica estadunidense é a retomada do RIC - aquele mesmo abordado no capítulo 3 -, que ficou escanteado durante um período. De acordo com Andrei Khlutkov:

[...] logística, energia, tecnologia, transações em moedas nacionais e laços humanitários podem se tornar áreas-chave de cooperação dentro do RIC. Ele acrescenta que tal cooperação permitiria à Rússia fortalecer seus laços estratégicos na Ásia, à China promover a multipolaridade e à Índia consolidar sua autonomia na política externa (TV Brics, 2025, s. p.).

O RIC apresenta-se como uma saída tanto política quanto geograficamente viável para os três países, já que desde o início o grupo carregava em sua gênese o intuito de desvincular-se de uma lógica singular estadunidense. Evidentemente, a coalizão é pequena para medir forças estruturais, mas serve como uma forma de estreitamento econômico e tecnológico robusta.

Por fim, o aglomerado apresentado demonstra o porquê do intenso apelo desdolarizante por parte dos integrantes do BRICS, a condução de sanções unilaterais, nas áreas econômica, tecnológica e sobre indivíduos tornaram-se uma espécie de armamento exclusivo, disponível somente à coalizão ocidental. A China

apresenta-se como o único país capaz de rivalizar os EUA em nível sistêmico, o que, simultaneamente, abre espaço para que outros países que estejam insatisfeitos possam integrar um *modus operandi* alternativo. Entretanto, estas iniciativas chinesas de desdolarização serão um assunto do próximo capítulo.

4.2. Práticas Chinesas De Desdolarização

Apesar da proposição anterior que a China é o único país do Terceiro Mundo capaz de rivalizar sistemicamente com os EUA e sua aliança, o que está por trás desta argumentação, na verdade, é um país capaz de liderar uma nova coalizão. Entretanto, esta movimentação precisa, obrigatoriamente, ser em conjunto, pois sem o multilateralismo, dificilmente a China alcançará o objetivo de propor uma alternativa ao atual *modus operandi* estadunidense.

Para alcançar esta ambição, Pequim precisa criar uma rede alternativa para que os países possam acessar recursos, termos e meios de troca, terem possibilidade de práticas de comércio, que possam transferir dinheiro sem interrupções e, o principal, convencer o sistema internacional que esta alternativa é mais viável e confiante que a vigente. A principal base de sustentação para isto é o baluarte apresentado anteriormente, os EUA causam grandes ingerências e atrasos contra Estados que não se alinham à esta lógica sistêmica. Este subcapítulo, portanto, concentrar-se-á em demonstrar as práticas que a China desenvolveu unilateralmente em busca da desdolarização.

Primordialmente, a movimentação mais impactante e importante seria a internacionalização de uma moeda (o yuan, no caso chinês), nos moldes de como funciona o dólar. No entanto, Pequim também precisaria, concomitantemente, de um sistema de pagamentos interbancários (nos moldes do SWIFT). O *Cross Border Interbank Payment System* (CIPS) é o sistema interbancário desenvolvido pela China. Lançado em 2015, o CIPS visa expandir o uso do yuan e auxiliar na sua internacionalização (Liu; Papa, 2022).

Até outubro de 2025, o sistema chinês movimentou cerca de RMB\$883 bilhões³⁹ (cerca de US\$124 bilhões), teve mais de 39 mil transações interbancárias e conta com 184 participantes diretos e 1553 indiretos⁴⁰ (CIPS, 2025). Entretanto, o

³⁹ RMB é o código para Renminbi, versão em inglês para yuan, moeda chinesa.

⁴⁰ Um participante direto é um banco que possui credenciamento no CIPS, como bancos chineses e bancos estrangeiros com forte atuação na China, como o HSBC. Já, os indiretos são instituições financeiras que não possuem esse credenciamento, e por isso operam a partir dos participantes diretos, utilizando-os como correspondentes (China, 2015).

CIPS ainda possui limitações, como o atrelamento ao SWIFT para acessar a rede financeira global:

O CIPS permite que bancos globais realizem transações transfronteiriças de renminbi [yuan] diretamente em território nacional, ao invés de fazê-las através de bancos estrangeiros com liquidez na moeda chinesa. Isso empodera o CIPS ao servir como um sistema de mensagens alternativo ao SWIFT e, portanto, reduz o risco de expor informações acerca de transações aos EUA, o que, consequentemente, mitiga o efeito das sanções norte-americanas. Entretanto, o CIPS ainda não se desvinculou do SWIFT. O sistema chinês ainda utiliza o SWIFT e seus padrões de mensagens financeiras transfronteiriças para se conectar com o sistema global (Liu; Papa, 2022, p. 39, tradução nossa).⁴¹

Como visto, o CIPS é vinculado ao SWIFT, o que reduz sua liberdade de ação, não obstante conter elementos de contestação e de potencialidade. Outra forma que a China busca para internacionalizar o yuan, é através de criptomoedas, das chamadas *stablecoins*. A ideia principal é permitir que yuans sejam comprados sem a burocracia estatal, expandindo o alcance da moeda globalmente. Além disso, Pequim visa aumentar sua participação nos meios de pagamentos globais, já que o yuan representa um pouco menos de 3% desta fatia, enquanto o dólar alcançou a bagatela de 47% - um pouco menos que todas as outras moedas existentes em conjunto (Reuters, 2025). Apesar de se ter este anseio, a *stablecoin* ainda não foi lançada.

Complementarmente à política de internacionalização do yuan, a China instituiu, em 2002, o UnionPay, uma rede independente que emite cartões para bancos (crédito e débito) - concorrentes diretos de Visa e MasterCard. Em 2004 foi lançada internacionalmente, e já emitiu mais de 7,5 bilhões de cartões globalmente (consolidando-se como uma das maiores provedoras de cartões do mundo), está presente em mais de 180 países e regiões, com mais de 150 milhões de cartões fornecidos em 67 países fora da China continental. O principal objetivo do UnionPay é tornar o yuan uma alternativa como meio de troca internacional, abrangendo setores que vão além do turismo e do comércio com Pequim (Liu; Papa, 2022).

⁴¹ CIPS allows global banks to clear cross-border renminbi transactions onshore directly instead of through offshore renminbi clearing banks. This empowers CIPS to serve as an alternative messaging system to SWIFT and thus reduce the risk of exposing transaction information to the United States, thereby mitigating the effect of US sanctions. However, CIPS has not yet departed from SWIFT. It currently uses SWIFT and its standards for cross border financial messaging to connect with the global system (Liu; Papa, 2022, p. 39).

Além destas formas singulares de desvincular-se do dólar, a China busca junto com parceiros, formas bilaterais de reduzir o uso e a exposição à divisa norte-americana. A Rússia é o aliado mais empenhado nesta ambição. Isto porque Moscou também desenvolveu um aparato financeiro próprio para desvencilhar-se do dólar, o que facilita a aproximação e a convergência ambiciosa de ambos os países.

No entanto, o mais longe que estes dois Estados podem chegar, conjuntamente, é reduzindo o volume de dólares utilizados em seu comércio bilateral, justamente, o que ambos fazem. De acordo com Liu e Papa (2022), a porção de dólares utilizados em suas transações comerciais bilaterais caiu de cerca de 90% em 2015, para cerca de 46% em 2020, e para menos de 5%, em 2024:

A cooperação prática entre a China e a Rússia tem produzido resultados frutíferos, demonstrando a alta qualidade de sua relação bilateral. Em 2024, o comércio bilateral entre os dois países atingiu US\$244,8 bilhões, um aumento de 1,9% em relação ao ano anterior. A China permanece como o maior parceiro comercial da Rússia há 15 anos consecutivos. Mais de 95% do comércio bilateral é liquidado em moedas locais (Lin, 2025, s. p.).⁴²

Portanto, apesar da China buscar estas iniciativas unilaterais e bilaterais, dificilmente expandirá seu apelo para além de parceiros pontuais, como a Rússia. Isto porque, não obstante Moscou também possuir um aparato que busca se distanciar da lógica estadunidense e driblar sanções, grande parte dos países do Terceiro Mundo não possuem capacidade ou tecnologia para integrar a mesma iniciativa. Além de que se há o medo de alguns destes, de que se integrem-se às iniciativas asiáticas, também serão sancionados ou prejudicados, no entanto, absorvendo um custo maior do que China e Rússia absorvem.

Por fim, há uma forma de tentar burlar este temor, realizando esta movimentação em conjunto, ou seja, se um grupo de países emergentes adotarem conjuntamente estas iniciativas, o custo de uma transição seria muito menor, além de que o medo de perder parceiros ocidentais poderia ser suplantado pela nova gama de potenciais parceiros que surgiriam com uma nova ordem mundial. O palco perfeito para tal proposição? O BRICS. Por este motivo, o grupo é de extrema importância para se alcançar esta nova lógica sistêmica, pois como já abordado, sem uma ruptura - como aconteceu com a Grã-Bretanha ao passar a liderança aos

⁴² Evidentemente, pode-se alegar juízo de valor por conta da afirmação ser de origem chinesa. Portanto, além do que afirma Lin (2025), outros veículos também corroboram com a proposição de que China e Rússia possuem comércio bilateral com mais de 95% em moedas locais (yuan e rublo). Akulov (2024) e Greene (2024) são outras referências, russa e ocidental, respectivamente.

EUA -, o multilateralismo é que se apresenta como um grande expoente atual. Para tal argumentação, o próximo subcapítulo discutirá estas movimentações.

4.3. Brics como Instrumento Chinês

Como podemos ver ao decorrer desta obra, o BRIC, o BRICS e o BRICS+, nada mais são que a sequência cronológica da intensificação contestatória terceiro mundista, que enxerga nos moldes atuais uma submissão e um condicionamento aos países do Primeiro-Mundo. As práticas diferenciadas e a segregação imposta, tanto pelos países quanto pelas instituições, revelam a motivação para este anseio emancipatório.

Entretanto, conforme visto anteriormente, é impossível realizar este feito de forma unilateral, o que justifica a intensidade cada vez mais profunda na integração a partir de coalizões, sobretudo o BRICS. O que veremos neste subcapítulo é quanto a China - país com maior capacidade contestatória - se vale do bloco como um palco para alcançar uma ordem alternativa. Será que Pequim usa o BRICS como uma ferramenta própria ou realmente como uma articulação multilateral em prol de uma alternativa sistêmica? É isso que veremos a seguir.

Antes de adentrarmos em políticas específicas que justifiquem um eventual uso arbitrário do BRICS+ pelos chineses, se faz mister elucidar a causalidade entre membros de um bloco emergente em relação aos líderes de um sistema já consolidado. Liu e Papa (2022) argumentam que a hegemonia do dólar causa uma “assimetria desestabilizante”. Portanto, o BRICS+ deve buscar confrontar a lógica sistêmica vigente com movimentações substitutivas (ou contestatórias) que gradualmente poderão se converter em maior autonomia e influência, ao passo que mitiga-se sua exposição.

Ademais, a desdolarização, ou melhor dizendo, a ânsia em conjunto dos países mais afetados pelas políticas monetárias do FMI em criar um SMI alternativo ao do dólar é a teoria de Liu e Papa (2022). Para se alcançar este objetivo, é necessário uma coalizão, tendo em vista o poderio econômico alcançado pelos EUA e pela consolidação do atual baluarte sistêmico, ou seja, a coalizão se faz altamente mister por conta dos custos de transição de um SMI para outro, o que pode resultar em um movimento muito custoso para um único país. Portanto, para Liu e Papa (2022), a desdolarização é a criação de um novo Sistema Monetário Internacional,

com novas instituições, com um novo ordenamento e com uma nova moeda de referência.

Destarte, estas práticas contestatórias começam a partir de um sentimento de exclusão ou insatisfação. No caso da desdolarização, membros juntaram-se justamente a partir destes sentimentos, consolidando o processo de criação de uma coalizão anti-hegemônica:

Uma coalizão desdolarizante é provável de emergir quando membros do sistema baseado no dólar estão insatisfeitos com o *status quo* internacional, incluindo o privilégio exorbitante do dólar, a incumbente liderança global estadunidense, e as normas e regras existentes. [...] Entretanto, essa insatisfação se torna acentuada e dá gênese à uma coalizão contra-hegemônica quando enfrentam ameaças diretas às suas autonomias financeira e geopolítica. Tais ameaças incluem serem alvos de políticas hostis e coercitivas ou estarem em um sistema que experiencia uma crise severa ou um choque. O primeiro caso ocorre quando, por exemplo, a estrutura financeira internacional (como o SWIFT) é usada para coagir um ator específico a mudar seu comportamento. (Liu; Papa, 2022).⁴³

Como visto no tópico 4.1, os EUA utilizam de seu poderio para impor suas vontades contra atores específicos do sistema. Brasil, China, Irã e Rússia são alguns dos exemplos demonstrados. Estas características em comum acabam sendo um agravante para que países insatisfeitos unam-se em busca de uma estadia internacional que não contem com estes percalços. E é a partir desta ótica que entra a liderança chinesa.

A expansão para o BRICS+ é uma das bases argumentativas que serão utilizadas, visto que deu-se a partir do anseio chinês em justamente expandir esta ordem contestatória. Não obstante os demais membros também acordarem com esta movimentação, o ponto em questão é quais países adentraram ao bloco e por quê. Assim como foi demonstrado no capítulo 3.2, a China foi a pivô na entrada da África do Sul no grupo, da mesma maneira que foi o principal ator na decisão de entrada dos países que formaram o BRICS+.

De acordo com Sant'Anna (2023), dos 22 candidatos, os 6 novos membros foram apontados sumariamente. Brasil e Índia eram os membros que mais cobravam

⁴³ A de-dollarization coalition is likely to emerge when members of the dollar-based system are dissatisfied with the international status quo, including the dollar's exorbitant privilege, the incumbent US global leadership, and the existing rules and norms. [...] However, their dissatisfaction with the system is particularly pronounced and gives rise to a counter-hegemonic coalition when they face direct threats to their financial and geopolitical autonomy. Such threats include being targeted by hostile and coercive policies or having the existing system experience a severe crisis or a shock. The former occurs when, for example, the international financial infrastructure (e.g., SWIFT) is deployed to coerce a targeted actor to change its behavior (Liu; Papa, 2022. p. 12).

a criteriosidade, enquanto Pequim oferecia o apoio em defender a expansão do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), sobretudo acerca de uma cadeira destinada ao Brasil, em troca da não ingerência nos termos de ingresso. Acordo este que baseia-se em uma situação muito difícil de acontecer, visto que seria altamente improvável a renúncia de uma parcela de poder dos detentores dos assentos no CSNU - essencialmente para fazer-se cumprir um acordo de um único membro -, além de que já se demonstra existirem outros candidatos naturais ao assento, sendo eles a Índia e o Japão (Sant'Anna, 2023).

Além disso, a China não apontou indiscriminadamente as suas “preferências”, mas as articulou de forma deliberada e estratégica. Seu foco foi primordial em detentores de recursos naturais importantes globalmente, como o petróleo. Emirados Árabes Unidos, Irã e Arábia Saudita são os principais Estados que compõem esta lista. Outro ponto fulcral da escolha foi a posição que estes países possuem na arquitetura sistêmica estadunidense, que é de marginalização. Todos os novos membros são marginais na ordem vigente, sem exceção (Lee; Sims, 2024).

Este alinhamento estratégico com países ricos em recursos, muitos dos quais já presenciaram tensões com a ordem liberal ocidental, sublinha o comprometimento chinês em reestruturar a governança global. Isso representa um movimento ousado que visa recalibrar o sistema internacional, a garantindo maior precisão no reflexo das naturezas diversas da nossa sociedade global. Com isso, a China não apenas solidifica sua própria posição no palco global, como também promove uma distribuição de poder e influência mais equilibradas (Lee; Sims, 2024, p. 2).⁴⁴

A construção de uma nova ordem, como visto, pressupõe uma distribuição de poder mais equitativa, isso porque essa é a forma que Pequim busca para alcançar dois objetivos, o primeiro é o convencimento de que mudar esta ordem é uma boa iniciativa, independente de os Estados impactados já terem ou não sofrido alguma tensão; e o segundo é a centralidade desta ordem na própria China, dado que naturalmente alguma nação terá de assumir o novo regime de acumulação (Liu; Papa, 2022).

Ademais, com as reformas instauradas no país, é possível argumentar que “de apenas um centro manufatureiro, a China tornou-se um palco para desenvolver

⁴⁴ This strategic alignment with resource-rich countries, many of which have experienced tensions with the Western liberal order, underscores China's commitment to reshaping the global governance landscape. It represents a bold move to recalibrate the international system, ensuring it more accurately reflects the diverse nature of our global society. In doing so, China is not only solidifying its own position on the world stage but also promoting a more equitable distribution of power and influence (Lee; Sims, 2024, p. 2).

e vender bens de alta tecnologia” (Arrighi, 2007, p. 353).⁴⁵ Esta é uma das argumentações que justificam a China como o novo centro hegemônico de um novo regime de acumulação, que possui nuances e características próprias, conforme ocorreu com todos os outros CSAs.

Conforme Arrighi (1996) demonstra em sua obra, houveram lideranças durante todos os séculos longos. O primeiro CSA contemporâneo foi o genovês (séc. XVI-XVII), o segundo foi o holandês - na época o Estado chamava-se Províncias Unidas - (séc. XVII-XVIII), o terceiro foi o britânico (séc. XVIII-XIX), e o último, o norte-americano (séc. XX). O que presencia-se atualmente, é o interregno da transição para um novo CSA, o chinês (séc. XXI) (Arrighi, 1996).

Em “*Adam Smith in Beijing*”, Arrighi (2007) perpassa sobre as características chinesas que estão moldando seu regime de acumulação. A primeira é a da ascensão pacífica, sem dominação militar e evitando todo e qualquer conflito, visando gerar confiança no concerto internacional - sobretudo na Ásia.⁴⁶ O segundo, é o planejamento estatal do seu mercado, incentivando, desde os anos 1980, o IED - usando como referência a sua mão de obra mais barata que a ocidental, mas altamente eficiente -, o que obrigou empresas estrangeiras - principalmente norte-americanas - a migrarem o mais rápido possível para uma economia em expansão, dado o temor que estes tinham de outras indústrias instalarem-se na China primeiro (Arrighi, 2007).

Ainda há outras características impactantes que fazem parte do pacote, como a relutância chinesa de aderir à onda de empréstimos dos bancos ocidentais, em 1970, e ao neoliberalismo, na década de 1990. Estas decisões permitiram que a China conduzisse sua economia de forma autônoma, exemplos que comprovam esta proposição foram a desregulamentação e privatização lentas e seletivas, abarcando setores que interessavam à China, e não aos bancos ocidentais. As principais movimentações foram a de exposição à concorrência estrangeira das empresas estatais e a criação de empresas mistas (com capital privado, público-privado e de propriedade comunitária - as cooperativas), que apesar de ter reduzido o emprego, quando comparado ao período pré-reformas de Deng,

⁴⁵ “Once just a manufacturing center, China has become the place to develop and sell high-tech goods” (Arrighi, 2007, p. 353).

⁴⁶ Apesar do ideal de ascensão pacífica, a China investe altas quantias em suas forças armadas e frequentemente realiza exercícios militares, essencialmente nos Mares do Sul e Leste da China e no Estreito de Taiwan (Lee; Blanchard, 2025). De acordo com Arrighi (2007), Pequim não enxerga incongruência em desenvolver-se pacificamente e expandir suas forças armadas.

atualmente representa o principal motor da expansão da indústria chinesa, que diferentemente das características do CSA estadunidense - centrado na financeirização (visando rendimentos) e na exportação da indústria -, busca centrar o seu século longo justamente na acumulação produtiva (Arrighi, 2007).

Portanto, a China, como demonstrado, é a nação que está assumindo a cadeira de novo centro hegemônico, posição esta que independe de uma voluntariedade, mas sim, como explicado no capítulo 2, de uma sequência de movimentações não planejadas, de atos inintencionais de muitos atores do sistema, e não de somente um único Estado. Este é o mesmo motivo de Pequim ser o centro de articulações do BRICS e centrar as atuações do bloco em si, como as duas ondas expansivas.

Os controles de recursos naturais e de uma alta parcela da população mundial, conferem ao grupo uma massa de manobra potente, e isso leva ao supracitado controle equitativo da governança global. “Em suma, [...] a expansão chinesa do BRICS+ é um esforço estratégico e deliberado para construir legitimidade internacional e desafiar a ordem mundial existente” (Lee; Sims, 2024, p. 2).⁴⁷ Por fim, a expansão “arbitrária” visa também reforçar a ideia de que a China é uma nova liderança e que vai exercer diferentemente esta posição. Este passo é um dos que justifica a ideia de escolha da aproximação de países marginalizados.

Não obstante às nuances de um CSA renovado, com Pequim como liderança, mais uma vez o tripé - capacidades materiais, ideias e instituições - de Cox aparece. Levando em consideração a citação exposta no capítulo 2.2, a China já possui alta capacidade material; está em processo de estabelecer uma ideia geral, conforme apresentado anteriormente a questão da necessidade de uma nova ordem renovada; e busca no BRICS+ uma forma de estabilizar e perpetuar esta nova ordem particular (Cox, 1986).⁴⁸

Além da expansão bricsiana, outro ponto importante a ser elencado é o das instituições do BRICS. Isto porque, por conta da supramencionada relutância chinesa em aderir aos moldes liberais ocidentais desde meados dos anos 1970, a mesma passou a ser excluída tanto das instituições internacionais quanto do

⁴⁷ In summary, [...] China's expansion of BRICS+ is a strategic and deliberate effort to build international legitimacy and challenge the existing world order (Lee; Sims, 2024, p. 2).

⁴⁸ Entretanto, que fique claro, esta nova ordem é apresentada de maneiras distintas do que aquela liderada pelos EUA (conforme é demonstrado ao decorrer de todo o capítulo 4), com nuances e movimentações próprias chinesas. A concatenação com Cox (1986) refere-se ao processo de consolidação de uma nova lógica sistêmica.

sistema como um todo, com os EUA a restringindo de acessar tecnologias avançadas (Lee; Sims, 2024).

Apesar do supracitado, com o decorrer dos anos, Pequim foi integrando-se ao SMI, a entrada na OMC, em 2001, é um exemplo disso. No entanto, a condução seletiva que se tem dentro das organizações financeiras internacionais, como já explicado anteriormente, descarta uma cartilha coerente que atenda as necessidades reais do Terceiro Mundo, além da exclusão arbitrária que a China presenciou nestes organismos:

Historicamente, a China presenciou uma exclusão ou participação limitada em diversas iniciativas e organizações internacionais. Por exemplo, sua influência nas instituições de Bretton Woods, como o FMI e o Banco Mundial, foi limitada por muitos anos, enquanto o país também foi excluído de grupamentos econômicos de relevância, como o G7 (Lee; Sims, 2024, p. 1).⁴⁹

Mas, de que forma isso aconteceu? A partir da reafirmação da centralidade que o FMI conquistou. Em meados de 2010, a instituição reconheceu que suas políticas de austeridade, na verdade, prejudicavam os países, assumindo o compromisso de não mais distribuir “remédios genéricos” aos Estados. Entretanto, isto apenas reacendeu o senso de centralidade financeiro mundial do Fundo, já que não houve uma mudança nas condicionantes impostas pelo FMI aos países do Sul-Global, ou seja, “com a solidificação do papel central do FMI como a instituição encarregada ao gerenciamento de crises e a reconstrução de seu autogerenciamento, seus programas reincorporaram muitas das reformas que afirmaram não mais recomendar” (Kentikelenis; Stubbs; King, 2016, p. 545).⁵⁰

A título de comprovação, a China participou de apenas um programa do FMI, um acordo de *Stand by* (1986-1987).⁵¹ Para tal programa, o Fundo aplicou 28 condicionantes sobre a economia chinesa. Para o restante do mundo, o organismo variou sua média de condições, durante a década de 1980, a média chegou a 30 condições por país; nos anos entre 1996 e 2007 (crise do *subprime*), passou das 40;

⁴⁹ Historically, China has faced exclusion or limited participation in various international initiatives and organizations. For instance, its influence in Bretton Woods institutions like the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank was limited for many years, and it has been excluded from major economic groupings such as the G7 (Lee; Sims, 2024, p. 1).

⁵⁰ [...] as the IMF solidified its role as the central institution charged with crisis management and built up organizational self-confidence anew, its programmes re-incorporated many of the reforms that it claimed to no longer advocate (Kentikelenis; Stubbs; King, 2016, p. 545).

⁵¹ Um acordo de *Stand by* é um empréstimo de curto prazo concedido pelo FMI a um país que esteja passando por algum desequilíbrio em sua balança de pagamentos (Kentikelenis; Stubbs; King, 2016).

e, por fim, estabilizou em cerca de 35 no período pós-crise. Os principais países afetados são da África Sub-Saariana, da Ásia Central, e em menor proporção a partir dos anos 2000, da América Latina e Leste Asiático (Kentikelenis; Stubbs; King, 2016).

Ainda há outros países elencados nesta lista, Rússia e Ucrânia receberam mais de 140 condicionantes durante ao fim dos anos 1990. A submissão coletiva programada, a partir das condicionantes supramencionadas, portanto, é uma das motivações do nascimento do NBD, como já explicado no item 2.3.1. Entretanto, o Banco do BRICS é muito mais que uma simples instituição alternativa ao Banco Mundial, é um banco realmente promissor em sua proposta, isto porque o mesmo passou por processos importantes de evolução desde o início de suas operações, em 2015.

O Banco saiu de um período de estruturação para alcançar sua fase mais ambiciosa. Em 2015, o objetivo do grupo era financiar o desenvolvimento sustentável (o alvo era pelo menos 60% dos empréstimos), estabelecer escritórios regionais - no Brasil, na África do Sul e na Rússia - e projetar o horizonte para que se pudesse usar moedas locais no futuro. Até 2018, os empréstimos foram todos feitos em dólar. A partir de 2019 é que começa-se a emitir títulos em rands (moeda sul-africana) e em yuans, mas estas somaram apenas cerca de 10% dos empréstimos do NBD. É somente em 2023, que o uso de moedas locais vira uma política prioritária, com o objetivo de alcançar 30% das operações do banco até 2026 (Chin, 2024).

Ainda de acordo com Chin (2024), além da política de uso de moedas locais, o NBD também visa a sua expansão, que divide opiniões dentro do bloco. Alguns países defendem que é necessário o assentamento do Banco, para depois expandi-lo, enquanto outra ala defende que o mesmo deve ampliar-se, visando o aumento de sua presença e legitimidade globais. Atualmente, os membros do NBD são: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito e Argélia. Estão em processo de adesão: Uruguai, Uzbequistão e Colômbia⁵² (Novo Banco de Desenvolvimento, 2025b).

Ademais, o BRICS+ visa usar de suas instituições para abranger uma retórica contestatória mais contundente, incentivando a cooperação Sul-Sul e a menor

⁵² Os países em processo já foram aceitos, faltando somente depositarem o seu instrumento de adesão (Novo Banco de Desenvolvimento, 2025b).

exposição às sanções advindas do dólar. Além do NBD, o ACR também está em processo de reestruturação, com discussões iniciadas pelo grupo para justamente aumentar o número de países contribuintes ao Arranjo. Entretanto, estas tratativas ainda residem no campo da conversa, sem previsão para a expansão efetivamente acontecer (Vasconcelos, 2025).

Em suma, a China consegue exercer grande influência, sobretudo nas decisões de quais Estados adentrarão ao bloco - atitude esta vista em duas ocasiões. Em outros setores em que o bloco atua, a China não impôs suas vontades, no entanto, não porque não quis, mas porque não precisou. As movimentações em bloco, no que tange a desdolarização, foram feitas em conjunto, com todos os membros aderindo voluntariamente à estas tratativas, essencialmente, acerca do NBD.

Finalmente, o uso do BRICS+ avança cada vez mais em nome da desdolarização e da criação de um SMI alternativo, com um sistema interbancário em desenvolvimento, um banco concessor de empréstimos, um fundo de recursos em caso de crises e, sobretudo, uma expansão representativa, que apoia o uso de moedas locais em detrimento do dólar. Não obstante a incipiência da contestação - em termos de completude -, o bloco representa o maior grau de alternância sistêmica ao ocidente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das demonstrações das passagens entre os séculos longos, pôde-se enxergar como a Inglaterra e, posteriormente, os EUA conduziram suas lideranças sistêmicas, e como estas não estavam apenas atreladas ao setor monetário, mas também a imposição cultural, ao setor militar, atualmente, ao setor tecnológico, entre outros setores que moldaram os CSA de cada uma destas hegemonias. A China não é exceção nesta lista, a mesma passa pelo processo de assunção de seu regime de acumulação, conforme descrito ao longo de todo capítulo 4.

Evidentemente, o BRICS+ detém uma participação colossal neste processo, a tentativa de colocá-lo em prática sem o multilateralismo seria impossível para um único país, e por isso que o bloco não é coadjuvante, mas protagonista. Entretanto, ainda é mister ter que alcançar outros objetivos para, efetivamente, desdolarizar o sistema.

O mais essencial destes objetivos é o da criação de uma moeda única, que o grupo pudesse utilizar internamente, o que retiraria uma necessidade dupla, a de uso do dólar e a de se ter reservas de moedas que pertencem aos Estados membros. Não obstante o BRICS+ possuir rigorosos anseios e uma forte retórica acerca de uma moeda própria, este é um projeto que nunca sai do papel, isto por conta da falta de concordância entre os membros do grupo ao que tange sua criação, e por isso estimula-se o uso de moedas nacionais nas transações intrabloco.

Esta discordância é justamente o que apresenta-se como um desafio ao bloco em busca da completude do processo desdolarizante, pois quando um membro não quer engajar-se em alguma tratativa do bloco, paralisa-se o seu processo, escancarando as dificuldades que o grupo absorve pelo temor ou falta de capacidade de qualquer um de seus partícipes (Vasconcelos, 2025).

Entretanto, para superar este temor, a China tomou os riscos primeiro para depois tentar convencer os demais países a segui-la, dado que é o único país do bloco com capacidades de iniciar processos internos de desdolarização. A Rússia é um parceiro particular que Pequim possui que engaja-se similarmente nesta corrida, no entanto, sem o mesmo alcance e eficácia, além de ser alvo constante de sanções, que apesar de acabarem intensificando sua ânsia sistêmica alternativa, também são eficientes em a isolar do sistema (Liu; Papa, 2022).

A condução contestatória chinesa embasa-se no que Liu e Papa (2022) chamam de “faça você mesmo” ou “vá sozinho”, que consiste em uma potência emergente demonstrar, a partir de políticas próprias, a outros Estados que é possível alcançar a completude de um processo que se almeja. Pequim recusou o neoliberalismo e a alinhar-se com as políticas de Bretton Woods, incentivou a própria captação de capital e desenvolveu sua indústria, abriu seu mercado de forma discriminada e incentivou mecanismos financeiros que batem de frente com os da coalizão ocidental.

Todos estes fatores foram incorporados ao BRICS. As primeiras iniciativas de desdolarização vieram quando o grupo era apenas cinco. O NBD, o ACR e a constante retórica em nome da emancipação são provas disso. Além de que a própria expansão do BRIC para o BRICS foi um anseio chinês, entretanto com uma conjuntura que favoreceu Pequim, visto que os demais membros também se interessavam mais pela África do Sul do que pelos demais candidatos. O ponto fulcral da China ter sido pivô da entrada de Pretória no grupo, não obstante a concordância alheia, é que neste momento ficou claro qual membro detinha o maior peso político em uma indicação.

Quando a coalizão expandiu-se para o BRICS+, a China não somente reiterou que era o mais forte politicamente, como também deixou claro suas ambições (pois, antes poderiam parecer ocultas), já que incluiu membros escolhidos a dedo, ofereceu acordos inviáveis aos demais membros em troca do aceite expansionista e, conseqüentemente, aprofundou ainda mais o processo desdolarizante. Estados como o Irã são extremamente importantes para aprofundar este processo, dado que possuem rixas com os EUA e são grandes detentores de petróleo.

Evidentemente, a completude de um processo de ruptura sistêmica, sem um conflito, leva tempo, estratégia e precisa ganhar legitimidade a passos lentos, caracterizando uma transição. É justamente este momento que vivemos, a transição de diversos setores, de uma liderança para outra, de um CSA para outro, de um SMI para outro e de um sistema como um todo para outro, além de que, inevitavelmente, algum ator terá de assumir estes processos e se tornar líder, independente de voluntariedade, é a legitimidade sistêmica que tornará este ator como hegêmon.

De acordo com Arrighi (1996) há um tipo de Estado dominante que lidera no sentido de trazer outros Estados para sua própria via de desenvolvimento, ou seja,

os afastando de outra via, o que resulta na “liderança contra a própria vontade”. Isto significa que com o passar do tempo, haverá um aumento da competição pelo poder, em detrimento do aumento do poder do atual Estado hegemônico. Justamente o que caracteriza a condução sistêmica vigente.

Contudo, com o aglomerado reunido pela obra, com as teorias aqui elencadas e com as interpretações que surgiram a partir da união destes fatores, se percebe a confirmação parcial da hipótese, visto que a China consegue direcionar o grupo a partir de sua vontade em questões específicas, como a expansão do bloco, mas o BRICS atua em ambição conjunta no que tange às políticas institucionais.

Consequentemente, a China ainda não precisa impor vontades em determinados assuntos, dado que o grupo atua em prol de um objetivo que também a beneficia. As práticas institucionais do grupo são um exemplo, grupos como o CEBRICS possuem membros de todos os países, mas continuam empenhados em sair do dólarcentrismo. No entanto, como demonstrado ao longo da obra, a China busca sim usar o BRICS+ como um palco, mas tal como os demais membros, visto que a preocupação-mor chinesa reside em quem adere à coalizão, em uma tentativa de mantê-la homogênea, ou seja, o objetivo é não precisar impor vontades, mas sim manter o grupo em um ritmo que a favoreça.

Por fim, não obstante o BRICS+ ainda enfrentar grandes dificuldades, como as decisões por consenso e a falta de um grau maior de institucionalização, com regras e normativas, que o deixaria mais próximo de um bloco econômico, o grupo é o maior contestador atual no que diz respeito à uma alternativa sistêmica, e tem como liderança o país mais capaz do mundo nesta mesma matéria. A continuidade da linearidade bricsiana tem promessa real de fazer emergir um sistema diferente do que conhecemos atualmente.

6. REFERÊNCIAS

- ABDALA, Vitor. BRICS tem mais de 40% da população e 37% do PIB mundiais. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 2 jan. 2025. Economia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-12/brics-tem-mais-de-40-da-populacao-e-37-do-pib-mundiais-0>. Acesso em: 25 set. 2025.
- AGARWAL, Manmohan; KUMAR, Sushil; SHAHID, Afsah. Is BRICS Expansion Significant for Global Trade and GDP?. **BRICS Journal of Economics**, v. 4, p. 83-99, 2023. Disponível em: <https://brics-econ.arphahub.com/article/139877/>. Acesso em: 25 set. 2025.
- AKULOV, Anatoly. Foi revelada a participação do rublo e do yuan na estrutura dos acordos entre a Rússia e a China. **Lenta.ru**, 2024. Disponível em: <https://lenta.ru/news/2024/10/01/raskryta-dolya-rublya-i-yuany-v-strukture-raschetov-rossii-i-kitaya/>. Acesso em: 30 out. 2025.
- ALVES, Juliana. BRICS Pay: o “Pix” do BRICS está em fase avançada e pode ser lançado já em setembro. **Exame**, 2025. Disponível em: https://exame.com/invest/mercados/brics-pay-o-pix-do-brics-esta-em-fase-avancada-e-pode-ser-lancado-ja-em-setembro/?utm_source=the_news&utm_medium=newsletter&utm_campaign=22-08-2025&_bhlid=42fd97ca072bbb1340421bd02812263abcbd8f60. Acesso em: 30 out. 2025.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. London; New York: Verso, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BACON, Auzinea. Veja por que a Nvidia está envolvida na guerra comercial entre EUA e China. **CNN Brasil**, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/veja-por-que-a-nvidia-esta-envolvida-na-guerra-comercial-entre-eua-e-china/>. Acesso em: 29 out. 2025.
- BALASSA, Bela. **The Theory of Economic Integration**. New York: Routledge Revivals, 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **BRICS**. Brasília, DF: BCB, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/brics>. Acesso em: 25 set. 2025.
- BANCO do Brics: saiba como funciona o braço financeiro que impulsiona economias em desenvolvimento. **BRICS 2019**, [s.d.]. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/noticias/banco-do-brics-saiba-como-funciona-o-braco-financeiro-que-impulsiona-economias-em-desenvolvimento>. Acesso em: 23 set. 2025.
- BANCO MUNDIAL. **Exports of goods and services (current US\$) - China, United States**. Washington, DC: The World Bank Group, 2025a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.CD?end=2024&locations=CN-US&start=1995&view=chart>. Acesso em: 23 out. 2025.
- BANCO MUNDIAL. GDP (current US\$) - South Africa. **The World Bank Data**, 2025b. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=ZA>. Acesso em: 20 set. 2025.

BERNIER, Pihla. **Yevgeny Primakov's Operational Code and Russian Foreign Policy**. Orientador: Tuomas Forsberg. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). University of Tampere, Tampere, Finlândia, 2018.

BRASIL. Decreto nº 8.702, de 11 de maio de 2016. Promulga o Tratado para o Estabelecimento de um Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, firmado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 90, p. 2, 12 maio 2016.

BRICS Pay. **Empowering sustainable financial connectivity across BRICS+**, s. d. Disponível em: <https://www.brics-pay.com/>. Acesso em: 30 out. 2025.

CHIN, Gregory T. **The evolution of New Development Bank (NDB): A decade plus in the making**. *Global Policy*, v. 15, n. S2, p. 5-16, 2024.

CHINA. **Interim Rules for Business Conducted through the Cross-Border Interbank Payment System (CIPS)**. Lei info China, artigo 6, 2015. Disponível em: <http://lawinfochina.com/display.aspx?EncodingName=big5&id=20616&lib=law>. Acesso em: 29 out. 2025.

CONHEÇA OS BRICS: BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL. **IPEA, 2014**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 10 set. 2025.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **EU sanctions against Russia**. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/sanctions-against-russia/>. Acesso em: 28 out. 2025.

COVINGTON & BURLING LLP. **U.S. Tariffs and Sanctions Against Brazil and the Brazilian Response**. 2025. Disponível em: <https://www.cov.com/en/news-and-insights/insights/2025/08/us-tariffs-and-sanctions-against-brazil-and-the-brazilian-response>. Acesso em: 28 out. 2025.

COX, Robert W. **Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método**. In: GILL, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: UERJ; Cambridge University Press, 2007. p. 101–123.

COX, Robert W. **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**. In: KEOHANE, Robert O. (Org.). *Neorealism and Its Critics*. New York: Columbia University Press, 1986. cap. 8, p. 204-254.

CROSS-BORDER INTERBANK PAYMENT SYSTEM – CIPS. **Official website**, 2025. Disponível em: <https://www.cips.com.cn/en/index/index.html>. Acesso em: 28 out. 2025.

DESAI, Radhika. The Brics are building a challenge to western economic supremacy. **The Guardian**, Londres, 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/apr/02/brics-challenge-western-supremacy>. Acesso em: 21 set. 2025.

EICHENGREEN, Barry. Airing the IMF's Dirty Laundry. **Project Syndicate**, 2016.

Disponível em:

<https://www.project-syndicate.org/commentary/imf-self-assessment-eu-crisis-by-barry-eichengreen-2016-08>. Acesso em: 13 abr. 2025.

EICHENGREEN, Barry. **Globalizando o capital: uma história do sistema monetário internacional**. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. São Paulo: UNESP, 2000.

EMERGING Stock Markets Projected to Overtake the U.S. by 2030. **Goldman Sachs**, 2023. Disponível em:

<https://www.goldmansachs.com/insights/articles/emerging-stock-markets-projected-to-overtake-the-us-by-2030.html>. Acesso em: 25 set. 2025.

FARIAS, Samuel André Spellmann Cavalcanti de. **O Capital chinês e o imperialismo no século XXI: o papel do Banco Asiático de investimentos em Infraestrutura na internacionalização do capital chinês no sudeste asiático (2013-2019)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, p. 266, 2020.

FIRST MEETING OF BRIC FINANCE MINISTERS, 2008. Disponível em:

http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/48031/BRIC_-_First_Meeting_of_BRIC_Finance_Ministers__2_p_.pdf?sequence=20&isAllowed=y. Acesso em: 02 set. 2025.

FERREIRA, Luiz Claudio. Lula diz que não recuou da ideia de moeda própria do BRICS. **Agência Brasil**, 2025. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-08/lula-diz-que-nao-recuou-d-a-ideia-de-moeda-propria-do-brics>. Acesso em: 30 out. 2025.

FLEIDER, Theo; OLIVEIRA, José A. Puppim de. Planejamento para o Desenvolvimento: Lições dos Processos de Planejamento na China. **Scielo Brasil**, Caderno de Gestão Pública e Cidadania, n. 29, 2024.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World Economic Outlook:**

Tensions from the Two-Speed Recovery. Washington, D.C.: FMI, 2011. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/pdf/text.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

G1. **Declaração de Putin no BRICS**. Rio de Janeiro, 6 jul. 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/07/06/declaracao-de-putin-no-brics.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2025.

GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. **The imperialism of free trade**. The Economic History Review, Oxford, v. 6, n. 1, p. 1–15, 1953.

GAO, Yuning; WANG, Qinzhen. **China: Direções Globais de Investimentos**. 2. ed. Brasília: Apex-Brasil; Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), 2018. Disponível em:

https://www.cebc.org.br/arquivos_cebc/investimentos-chineses/Estudo_china_dire%C3%A7%C3%B5esdeinvestimento_v2_Apex_CEBC_3_01.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

GIL, Jeffrey. How does a language become global? In: GIL, Jeffrey; MARSEN, Sky (Org.). **Exploring language in global contexts**. London: Routledge, 2022. p. 95–111.

GILL, Stephen; LAW, David. **Hegemonia global e o poder estrutural do capital**. In: GILL, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: UERJ; Cambridge University Press, 2007. p. 157–197.

GOWAN, Peter. **A roleta global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GREENE, Robert. *China's Dollar Dilemma*. Washington, D.C.: **Carnegie Endowment for International Peace**, 2024. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2024/10/chinas-dollar-dilemma?lang=en>. Acesso em: 30 out. 2025.

GRUPO DOS 20 (G20). **Emerging countries, world crisis imposes new financial regulation**. Comunicado de imprensa da Reunião dos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20. São Paulo, 2008. Disponível em: https://g7g20-documents.org/fileadmin/G7G20_documents/2008/G20/Brazil/Finance%20Track/3%20Miscellaneous/Press%20Release%20-%20Emerging%20Countries%20C%20World%20Crisis%20Imposes%20New%20Financial%20Regulation_07112008.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

HARMON, Mark. **The British Labour Government and the 1976 IMF Crisis**. London: Macmillan, 1997.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HURRELL, Andrew et al. **Os Brics e a Ordem Global**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

IKENBERRY, G. John. **After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). BRICs Drive Global Economic Recovery. **IMF News**, 22 jul. 2009. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/sorea072209a>. Acesso em: 25 set. 2025.

KENTIKELLENIS, Alexander; STUBBS, Thomas; KING, Lawrence. IMF conditionality and development policy space, 1985-2014. **Review of International Political Economy**, vol. 23, n. 4, p. 543-582, 2016.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

LEE, Brice Tseen Fu; SIMS, Juan Pablo. **Legitimacy through diversity: China's leadership in the BRICS+ expansion for global balance**. Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences, v. 2, p. 265-302, 2024.

LEE, Yimou; BLANCHARD, Ben. *Taiwan coast guard warns of China using 'pretext' to launch war games this year*. **Reuters**, 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/taiwan-coast-guard-warns-china-using-pretext-launch-war-games-this-year-2025-04-01/>. Acesso em: 31 out. 2025.

LIN, Zihan. A cooperação econômica e comercial entre a China e a Rússia abrange uma ampla gama de áreas, produzindo resultados frutíferos e possuindo grande potencial (Global Hotspot). **People's Daily Overseas Edition**, 2025. Disponível em: https://paper.people.com.cn/rmrbhwb/pc/content/202505/10/content_30072272.html. Acesso em: 30 out. 2025.

LIU, Zongyuan Zoe; PAPA, Mihaela. **Can Brics De-Dollarize the Global Financial System?**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

MISRA, Surbhi. Ataque dos EUA destruiu apenas uma instalação nuclear do Irã, diz jornal. **CNN Brasil**, 17 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ataque-dos-eua-destruiu-apenas-uma-instalacao-nuclear-do-ira-diz-jornal/>. Acesso em: 28 out. 2025.

MOORE, Candice. BRICS Partnership: A Case of South-South Cooperation? **Institute for Global Dialogue**, 2012. Disponível em: <https://igd.org.za/2012/08/27/brics-partnership-a-case-of-south-south-cooperation/>. Acesso em: 19 set. 2025.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de; RIBEIRO, Elton Jony Jesus. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 255–287, jan. 2015.

NACH, Marida; NCWADI, Ronney. BRICS economic integration: Prospects and challenges. **South African Journal of International Affairs**, Guquebera, vol. 31, n. 2, p. 151–166, jul. 2024.

NAIDOO, Sharda. South Africa's presence 'drags down Brics'. **Mail & Guardian**, 2012. Disponível em: <https://mg.co.za/article/2012-03-23-sa-presence-drags-down-brics/>. Acesso em: 16 set. 2025.

NAKAMURA, João. “Queremos novo sistema financeiro no mundo”, diz Lula na cúpula do BRICS. **CNN Brasil**, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/queremos-novo-sistema-financeiro-no-mundo-diz-lula-na-cupula-do-brics/>. Acesso em: 29 out. 2025.

NOT JUST STRAW MEN. **The Economist**, 2009. Disponível em: <https://www.economist.com/international/2009/06/18/not-just-straw-men>. Acesso em: 13 nov. 2024.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NDB). **All Projects**. Shanghai: NDB, 2025a. Disponível em: <https://www.ndb.int/projects/all-projects/>. Acesso em: 23 set. 2025.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NDB). **Brics Policy Center**, 2018. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/new-development-bank/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NBD). **Members**. Shanghai: NDB, 2025b. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/members/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NBD). **Procurement Policy of the New Development Bank**. Shanghai: NDB, 2017. Disponível em: <https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2017/01/Procurement-Policy.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

NYE, Joseph. **Soft Power: The means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

O'BRIEN, Patrick Karl; PIGMAN, Geoffrey Allen. **Free trade, British hegemony and the international economic order in the nineteenth century**. Review of International Studies, Cambridge, v. 18, n. 2, p. 89–113, 1992.

OLIVEIRA, Adriano. CIPS - O que é e como pode afetar o mercado de câmbio. **Masfra Banking e Câmbio, 2024**. Disponível em: <https://www.masfra.com.br/post/o-que-e-o-cips>. Acesso em: 14 abr. 2025.

O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. **Goldman Sachs, 2001**. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/intelligence/archive/building-better.html>. Acesso em: 10 set. 2025.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. **Member Countries**. Vienna, [s.d.]. Disponível em: <https://www.opec.org/member-countries.html>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PAGOT, Rhaïssa; JARDIM, Emmanuel Brandolff. Os Brics Frente aos Estados Unidos após a Crise Financeira de 2008: Alternativa A Uma Hegemonia Declinante?. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 128-150, jul./dez. 2014.

PEET, Richard. **Unholy Trinity: the IMF, World Bank and WTO**. Londres; Nova York: Zed Books, 2003.

PHILLIPS, Kevin. **Boiling Point: Republicans, Democrats, and the Decline of the Middle-class Prosperity**. New York: Random House, 1993.

REUTERS. **China considering yuan-backed stablecoins to boost global currency usage, sources say**. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/finance/china-considering-yuan-backed-stablecoin-s-boost-global-currency-usage-sources-2025-08-21/>. Acesso em: 29 out. 2025.

SANT'ANNA, Lourival. Novo Brics vira bloco de ditaduras que favorece a China. **Estadão**, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/lourival-santanna/novo-brics-vira-bloco-de-ditaduras-que-favorece-a-china-leia-a-coluna-de-lourival-santanna/>. Acesso em: 20 set. 2025.

SHABBIR, Muhammad. **Primakov Doctrine and Russian Foreign Policy**. Islamabad: Institute of Strategic Studies Research & Analysis (ISSRA), 2023. Disponível em: <https://issra.pk/pub/insight/PrimakovDoctrine/PRIMAKOV-DOCTRINE.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

STEINBOCK, Dan. The Coming BRICS Currency Diversification. **China-US Focus**, 2023. Disponível em: <https://www.chinausfocus.com/finance-economy/the-coming-brics-currency-diversification-24834>. Acesso em: 11 abr. 2025.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o Futuro da Ordem Global**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

TEWARI, Suranjana. US vs China: como a rivalidade começou, alimentada pela guerra comercial de Trump. **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp8kjkzyyvgo>. Acesso em: 29 out. 2025.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império**: a decomposição do sistema americano. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TOKARNIA, Mariana. Itamaraty diz que Brasil “não se curvará” a novas sanções dos EUA. **Agência Brasil**, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-09/itamaraty-diz-que-brasil-nao-se-curvara-novas-sancoes-dos-eua>. Acesso em: 29 out. 2025.

TRADING ECONOMICS. **China — Balance of Trade**, 2025a. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/china/balance-of-trade>. Acesso em: 21 out. 2025.

TRADING ECONOMICS. **China — GDP (current US \$)**, 2025b. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/china/gdp>. Acesso em: 25 out. 2025.

TREMAYNE-PENGELLY, Alexandra. A.I. Takes Biggest Toll on White-Collar Workers in Their 20s: Stanford Study. **Observer**, 2025. Disponível em: <https://observer.com/2025/08/stanford-study-ai-job-impact/>. Acesso em: 23 out. 2025.

TV BRICS. **Especialistas analisam perspectivas de retomada da cooperação no formato Rússia-Índia-China**. Moscou, 2025. Disponível em: <https://tvbrics.com/pt/news/especialistas-analisam-perspectivas-de-retomada-da-cooperacao-no-formato-russia-india-china/#>. Acesso em: 30 out. 2025.

UNITED STATES. Department of State. **Iran sanctions**. Washington, D.C., 2025. Disponível em: <https://www.state.gov/iran-sanctions/>. Acesso em: 28 out. 2025.

VASCONCELOS, Jonnas. *Group progress*. **China Daily Global**, 2025. Disponível em: <https://global.chinadaily.com.cn/a/202507/18/WS687988ffa310ad07b5d9090d.html>. Acesso em: 2 nov. 2025.

VI CÚPULA BRICS, 2014, Fortaleza. **Declaração de Fortaleza**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-la-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014. Acesso em: 23 set. 2025.

WEATHERBED, Jess. Amazon hopes to replace 600,000 US workers with robots, according to leaked documents. **The Verge**, 2025. Disponível em: <https://www.theverge.com/news/803257/amazon-robotics-automation-replace-600000-human-jobs>. Acesso em: 23 out. 2025.

WILSON, Dominic. Dreaming with BRICs: The Path to 2050. **Goldman Sachs, 2003**. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/goldman-sachs-research/brics-dream>. Acesso em: 10 set. 2025.

WORLD BANK. **Supporting Report 5 – Reaching “Win-Win” Solutions with the Rest of the World**. In: *China 2030: Building a Modern, Harmonious, and Creative High-Income Society*. Washington, D.C.: World Bank, 2010. p. 391-448. Disponível em: <https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/SR5--391-448.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025

ZHEBIT, Alexander. **Sobre a história da política externa da Rússia: o “paradigma” de Primakov**. Topoi (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 421-445, 2019.